



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2003-----

----- ACTA NÚMERO VINTE E NOVE / DOIS MIL E TRÊS -----

----- Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e três, nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência inicial da Senhora Presidente Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e mais tarde do Senhor Vice-Presidente Engenheiro José Arménio Lopes Neno, estando presentes os Senhores Vereadores Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, José Ferreira de Matos, Doutora Ana Isabel Beça Dias da Costa, Doutor Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Doutora Maria Manuela de Almeida Costa Augusto, Doutor Jorge Barreto Xavier e ainda presentes embora entrados no decurso da reunião os Senhores Vereadores Luís Filipe Martins Pires e Emanuel Silva Martins. ---

----- Faltou o Senhor Vereador Doutor Arnaldo António Pereira, tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezassete horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. - -----

2 - APROVAÇÃO DE ACTAS: -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação as actas números vinte e sete e vinte e oito, de dois mil e três, de doze e vinte e seis de Novembro, previamente distribuídas pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade dos presentes, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos de alteração aos respectivos textos. -----

3 - DESPACHOS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações constantes da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de

Janeiro dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas, nomeadamente os dos Senhores Vice-Presidente e Vereadores: José Eduardo Costa, José Ferreira de Matos, Rui Soeiro e Jorge Barreto Xavier.-----

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente José Arménio Lopes Neno, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despacho de vinte e seis de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo de “Execução de uma Vedaçāo para Protecção do Tanque da Quinta do Sales, na Outurela”, à firma Adérito Augusto Dias, Limitada, pelo montante de dois mil cento e cinquenta euros, mais IVA (dezanove por cento); -----

----- Despacho de vinte e sete de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “Trezentos e sessenta e sete, de dois mil e três - DIM/DCAD - Obras de Beneficiação do Mercado de Tercena”, cujo preço base é de trinta e um mil novecentos e cinquenta euros e com prazo de execução de trinta dias; -----

----- Despacho de vinte e oito de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a adjudicação por preço global da empreitada “Duzentos e oitenta e três, de dois mil e três - DIM/DEIP - Remodelação da Instalação Eléctrica na EB Um de Linda-a-Velha, número Três (Dom Pedro Quinto)”, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, pelo montante de setenta e quatro mil setecentos e oitenta e um euros e trinta e quatro cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de trinta dias; -----

----- Despachos de três de Dezembro de dois mil e três:-----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo de “Revisão e Faseamento do Projecto Inicial - Projecto de Execução da Remodelação do Sistema de Esgotos de Algés: Parte Dois - Algés de Cima”, à firma Engidro, no montante de quatro mil e noventa e cinco euros, mais IVA



(dezanove por cento); -----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “Trezentos e sessenta e seis, de dois mil e três - DIM/PROQUAL - Demolição da Moradia Vivenda Madeira Fernandes, com prévia Remoção dos Azulejos na sua Fachada Principal na Avenida Bombeiros Voluntários em Algés”, cujo preço base é de vinte e sete mil trezentos e quarenta euros e com prazo de execução de trinta dias; -----

----- Despachos de cinco de Dezembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “Trezentos e sessenta, de dois mil e três - DIM/DCAD - Reparação/Manutenção de Pavimentos nas Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos, Caxias e Porto Salvo”, cujo preço base é de cento e dezassete mil duzentos e nove euros e trinta e três cêntimos e com prazo de execução de cento e oitenta dias; -----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “Trezentos e setenta e três, de dois mil e três - DIM/DCAD - Reparação/Manutenção de Pavimentos nas Freguesias de Barcarena, Queijas e Carnaxide”, cujo preço base é de cento e dezassete mil duzentos e nove euros e trinta e três cêntimos e com prazo de execução de cento e oitenta dias; -----

----- Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Director de Obras e Ambiente, Engenheiro Luiz de Melo, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-

----- Despacho de dezassete de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “Trezentos e oitenta, de dois mil e três - DIM/DEIP - Beneficiação da Iluminação das Vitrinas e Painéis Informativos no Museu da Fábrica da Pólvora, Barcarena”, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, pelo montante de dezasseis mil novecentos e vinte e quatro euros e setenta cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de quinze dias; -----

----- Despacho de vinte e sete de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “Trezentos e setenta e sete, de dois mil e três - DIM/DCAD - Reparação de Calçadas em Diversos Locais da Freguesia de Linda-a-Velha”, à firma Mateus & Irmãos, Limitada, pelo montante de dez mil quinhentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de trinta dias; -----

----- Despacho de quatro de Dezembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a adjudicação de elaboração de todos os projectos das especialidades referentes ao projecto da Nova Secção de Limpeza Urbana, em Tercena, à firma Barrento da Costa, Serviços de Engenharia, Limitada, pelo montante de oito mil setecentos e cinquenta euros, mais IVA (dezanove por cento); -----

----- Despachos de nove de Dezembro de dois mil e três: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo de “Reparação da Fonte Luminosa da Rotunda do Bairro Auto Construção, em Porto Salvo”, à empresa Ghesa, Sociedade Anónima, pelo montante de nove mil duzentos e quarenta e um euros e dois cêntimos, mais IVA (dezanove por cento); -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “Trezentos e oitenta e três, de dois mil e três - DIM/DOM - Arranjo da Zona Envolvente do Jardim de Infância número Um de Algés”, à empresa Graviner, Construções, Sociedade Anónima, pelo montante de dezasseis mil cento e cinquenta e nove euros e sessenta e um cêntimos, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de quinze dias; -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “Trezentos e oitenta e quatro, de dois mil e três - DIM/DOM - Fornecimento e Colocação de Pilares e Guarda no Bairro da Medrosa, em Oeiras”, à firma Jocartécnica - Construções e Obras Públicas, Limitada, pelo montante de vinte mil quinhentos e sessenta euros, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de trinta



dias;-----

-----Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Director de Departamento de Infra-Estruturas Municipais, Engenheiro Manuel dos Santos Pinto, no âmbito do despacho de delegação de competências número cinco, de dois mil e três, de um de Abril e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

-----Despacho de vinte e quatro de Novembro de dois mil e três:-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo da empreitada “Trezentos e setenta e seis, de dois mil e três - DIM/DCAD - Colocação de Grades no Arquivo de Vila Fria em Porto Salvo”, à firma Adérito Augusto Dias, Limitada, no montante de mil e quarenta euros, mais IVA (cinco por cento) e com prazo de execução de três semanas;-----

-----Despachos de cinco de Dezembro de dois mil e três:-----

-----Aprovação da revisão de preços referente à empreitada “Noventa e oito, de dois mil - DIM/DEIM - RDL sete, de noventa e oito - Reparação de Arruamentos na Freguesia de Paço de Arcos” e o respectivo pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pelo montante de três mil novecentos e oitenta e quatro euros e oitenta e oito céntimos, mais IVA (cinco por cento);-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo de “Apoio de Som durante o Mês de Novembro no Teatro Amélia Rey Colaço”, à firma Audiomeios - Serviços de Aluguer Audiovisual, Limitada, no montante de mil e quinhentos euros, mais IVA (dezanove por cento);-----

-----Autorizada a adjudicação por ajuste directo de “Reparação da Ponte de Valejas”, à firma Nelson Silva e Filhos, Limitada, pelo montante de quatro mil quatrocentos e oitenta euros, mais IVA (dezanove por cento).”-----

-----“Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de

trinta e um de Janeiro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com aquisição de bens e serviços: -----

----- Despacho de cinco de Dezembro de dois mil e três:-----

----- Autorizada a aquisição de uma viatura mista de cabine dupla, em ALD, por quarenta e oito meses, pelo montante de vinte e cinco mil quinhentos e trinta e oito euros e oitenta e cinco centimos, acrescido do IVA, ao concorrente Mercauto.” -----

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Ferreira de Matos, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro: -----

----- Despacho de vinte e cinco de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil cento e doze euros e oitenta e dois centimos, à empresa Estratégia Publicidade, Limitada, referente à elaboração e aquisição de dois painéis informativos, no âmbito da abertura da passagem pedonal ao lado da Galeria Verney, na Vila de Oeiras. Informação número cento e oitenta e seis, de dois mil e três - DPE-CH. -----

----- Despacho de vinte e sete de Novembro de dois mil e três: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de quinhentos e trinta e nove euros e treze centimos, no âmbito da participação da C.M.O. na Nauticampo dois mil e quatro, referente a vinte e cinco por cento do valor estimado para o espaço de dois módulos (mil seiscentos e trinta e quatro euros e treze centimos) mais a quota de inscrição (cento e trinta e um euros) no evento. Informação número trezentos e oitenta e cinco, de dois mil e três - ST. -----

----- Despachos de três de Dezembro de dois mil e três:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de duzentos e vinte e oito euros e dez centimos, à empresa UC Publicidade e Artes Gráficas, Limitada, referente à redecoração de trinta e duas placas para divulgação dos participantes no Mercado de Artesanato e Venda de Natal. Informação número trezentos e oitenta e nove, de dois mil e três - ST.-----



----- Autorizado o pagamento no valor total de duzentos e vinte e seis euros e dez cêntimos, à empresa Estrelas de Papel, referente à elaboração de placas para divulgação do Mercado de Artesanato e Venda de Natal. Informação número trezentos e oitenta e oito, de dois mil e três - ST.

----- Despachos de quatro de Dezembro de dois mil e três:

----- Autorizado o pagamento no valor total de novecentos e doze euros e vinte e cinco cêntimos, à empresa Jotécnica, Assistência Técnica e Venda de Equipamento de Lavandaria, referente à reparação dos danos causados na Lavandaria Seali (situada no Mercado de Tercena) devido às cheias ocorridas no local. Informação número mil duzentos e sessenta e dois, de dois mil e três - DAPFS.

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil quatrocentos e noventa e nove euros, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, referente à execução de cinco suportes para acondicionamento de caixas no Mercado Municipal de Carnaxide. Informação número mil duzentos e sessenta, de dois mil e três - DAPFS.”

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador Rui Manuel Marques Soeiro, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março:

----- Período de treze de Novembro de dois mil e três a dez de Dezembro de dois mil e três (inclusive).

----- Data / Assunto / Empresa / Valor com IVA

----- Dezassete de Novembro de dois mil e três / Projectos de Segurança contra riscos de incêndio para a Creche e Centro da Terceira Idade da Politeira / B.I. - Técnicos de Segurança, Limitada / três mil duzentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos;

----- Dezoito de Novembro de dois mil e três / Requalificação urbanística do Bairro do Moinho da Portela - pedido de parecer técnico / Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras -

LEMO / oitocentos e noventa e oito euros e noventa e sete cêntimos;-----

----- Vinte e três de Novembro de dois mil e três / Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de edifícios / CME, Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima / cinco mil cento e vinte e sete euros e trinta cêntimos;----

----- Vinte e três de Novembro de dois mil e três / Programa de Conservação do Parque Habitacional - Obras de beneficiação de edifícios / CME, Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima / cinco mil oitenta e um euros e quinze cêntimos; -----

----- Total - Vinte e sete mil quinhentos e trinta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos.”

----- “Despachos proferidos pelo Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier, ao abrigo da subdelegação de competências: -----

----- Doze de Novembro de dois mil e três a dez de Dezembro de dois mil e três -----

----- Serviço / Data / Acção / Entidade / Autorização / Valor com IVA -----

----- CDI / três de Novembro de dois mil e três / Assinaturas de Revistas / LEX - Edições Jurídicas, Limitada / Factura número novecentos e noventa mil quatrocentos e oitenta e quatro - Informação número cento e sessenta e um, de dois mil e três / cento e trinta e um euros e noventa cêntimos; - -----

----- CDI / quatro de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / Livraria Portugal / Factura número dez mil oitocentos e dois - Informação número cento e sessenta, de dois mil e três - Informação número cento e oitenta e nove, de dois mil e três / dezasseis euros e cinquenta e seis cêntimos;-----

----- CDI / dez de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / Vida Económica / Factura número oito mil e doze - Informação número cento e setenta e cinco, de dois mil e três / cento e setenta e cinco euros;-----

----- CDI / onze de Novembro de dois mil e três / Assinatura de Revista / Edimprensa /



Factura número cento e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e nove A - Informação número cento e sessenta e um, de dois mil e três / vinte e oito euros e oito cêntimos; -----

-----CDI / onze de Novembro de dois mil e três / Assinatura de Revista / Edimprensa / Factura número cento e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e oito A - Informação número cento e sessenta e um, de dois mil e três / noventa e três euros e quatro cêntimos; -----

-----CDI / onze de Novembro de dois mil e três / Assinatura de Revista / Edimprensa / Factura número cento e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e sete A - Informação número cento e sessenta e um, de dois mil e três / noventa e sete euros e vinte cêntimos; -----

-----CDI / doze de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / Livros Horizonte / Factura número vinte e dois mil cento e quatro - Informação número cento e setenta e três, de dois mil e três / dezassete euros e quarenta e cinco cêntimos; -----

-----CDI / treze de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / Bulhosa Livreiros, Limitada / Factura número dois mil quinhentos e setenta e nove - Informação número cento e quarenta e seis, de dois mil e três / oitenta e seis euros e quarenta e um cêntimos; -----

-----CDI / treze de Novembro de dois mil e três / Aquisição de publicações / Bulhosa Livreiros, Limitada / Factura número dois mil quinhentos e setenta e oito - Informação número cento e sessenta e dois, de dois mil e três / onze euros e vinte e quatro cêntimos; -----

-----CDI / dezassete de Novembro de dois mil e três / Assinatura de Revista / Ministério do Trabalho e da Solidariedade - CIDES / Factura número cinquenta e quatro B / vinte e cinco euros; -----

-----CDI / dezoito de Novembro de dois mil e três / Renovação de assinatura / Expresso / Factura número AS dois mil setecentos e trinta e um - Informação número cento e sessenta e um, de dois mil e três - Informação número cento e noventa e quatro, de dois mil e três / cento e quarenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos; -----

-----CDI / vinte de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / Bulhosa

Livreiros, Limitada / Factura número dois mil quinhentos e oitenta - Informação número cento e cinquenta e dois, de dois mil e três - Informação número cento e noventa e sete, de dois mil e três / setenta e três euros e sessenta e oito cêntimos; -----

----- CDI / vinte e quatro de Novembro de dois mil e três / Assinatura de Revista / Livraria Portugal / Factura número onze mil cento e quarenta e três / noventa e oito euros e um cêntimo; --

----- CDI / vinte e seis de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / PresseLinha / Factura número dois mil seiscentos e noventa e nove - Informação número cento e sessenta e um, de dois mil e três / cento e seis euros e oitenta e nove cêntimos; -----

----- CDI / vinte e seis de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / PresseLinha / Factura número dois mil oitocentos e noventa e oito - Informação número cento e setenta e quatro, de dois mil e três / cento e cinquenta euros e oitenta e nove cêntimos; -----

----- CDI / vinte e quatro de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / Almedina / Factura número AVC dez milhões vinte e quatro mil e setecentos - Informação número cento e setenta e cinco, de dois mil e três - Informação número cento e noventa e oito, de dois mil e três / cento e setenta e dois euros e sete cêntimos; -----

----- CDI / vinte e seis de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Publicação / Dun & Bradstreet Portugal / Factura número cento e setenta e cinco mil novecentos e cinquenta - Informação número cento e vinte e sete, de dois mil e três / oitocentos e um euros e quarenta e sete cêntimos; -----

----- CDI / cinco de Dezembro de dois mil e três / Aquisição de Publicações / PresseLinha / Factura número dois mil setecentos e três - Requisição número quatro biliões quinhentos e três milhões quatro mil oitocentos e nove / setenta e um euros e cinquenta e três cêntimos; -----

----- GAJ / quatro de Novembro de dois mil e três / Formação Profissional / Associação Nacional de Jovens para Acção Familiar / Factura número um milhão trinta mil e cinco -



Informação número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três / quatrocentos e cinquenta e dois euros; -----

-----GAJ / quinze de Novembro de dois mil e três / Aquisição de Presas de Escalada / Top Trinta Portugal / Factura número cento e setenta e oito - Informação número duzentos e setenta e dois, de dois mil e três / oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos; -----

-----GAJ / vinte e cinco de Novembro de dois mil e três / Aluguer de som e luz - Festival de Hip Hop / Jorge Lopes / Factura número cento e dezasseis - Informação número duzentos e trinta e sete, de dois mil e três / oitocentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos; -----

-----SAC / catorze de Outubro de dois mil e três / Concepção Gráfica OCCO, dois mil e três / Costa Valença / Registo número quarenta e um mil trezentos e sessenta e nove - Informação número seiscentos e vinte e três, de dois mil e três / mil cento e noventa euros; -----

-----SAC / dezassete de Outubro de dois mil e três / Desdobráveis OCCO / Palma / Factura número quatro mil quinhentos e oitenta e quatro, de dois mil e três - A / Informação número seiscentos e vinte e dois, de dois mil e três / quinhentos e cinquenta e nove euros e trinta cêntimos; -----

-----SAC / dezassete de Outubro de dois mil e três / Catálogos e convites “Exposição António Sacchetti” / Palma / Factura número quatro mil quinhentos e oitenta e cinco, de dois mil e três - A / seiscentos e noventa euros e vinte cêntimos; -----

-----SAC / vinte e sete de Outubro de dois mil e três / Espectáculos pelos Valdevinos / Associação Juvenil Rostos Cobertos / Recibo número duzentos e cinco - Informação número quatrocentos e sessenta e um, de dois mil e três / quinhentos e vinte e cinco euros; -----

-----SAC / vinte e oito de Outubro de dois mil e três / Limpeza e montagem de Placa - Auditório Eunice Muñoz / Gê Três, Comunicação Visual, Limitada / Factura número A mil novecentos e sessenta e sete - Informação número seiscentos e cinquenta e sete, de dois mil e três / cento e oitenta e nove euros e vinte e um cêntimos; -----

----- SAC / trinta e um de Outubro de dois mil e três / Material Gráfico para Exposições / Palma / Factura número quatro mil setecentos e setenta e oito, de dois mil e três - A / mil oitocentos e setenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos; -----

----- SAC / sete de Novembro de dois mil e três / Prestação de Serviços / Local Crew / Factura número cento e trinta e sete - Informação número seiscentos e quarenta e um, de dois mil e três / mil novecentos e quinze euros e noventa cêntimos; -----

----- SAC / dez de Novembro de dois mil e três / Espectáculo “A Joana está na Lua” / Lua Cheia / Factura número quinhentos e quatro - Informação número quatrocentos e sessenta e um, de dois mil e três / mil e cem euros; -----

----- SAC / catorze de Novembro de dois mil e três / Embalagem, recolha e transporte de peças para exposição “Cartografia de Oeiras” / FeirExpo / Factura número quinhentos e quarenta e três - Informação número setecentos e dezasseis, de dois mil e três / mil noventa e quatro euros e oitenta cêntimos; -----

----- SAC / catorze de Novembro de dois mil e três / Aquisição de vidros / A Vidreira da Avenida, Limitada / Factura número novecentos e oitenta e cinco - Informação número setecentos e três, de dois mil e três / mil e onze euros; -----

----- SAC / catorze de Novembro de dois mil e três / Substituição de vidro do Auditório Municipal Eunice Muñoz / A Vidreira da Avenida, Limitada / Factura número novecentos e oitenta e três - Informação seiscentos e sessenta e cinco, de dois mil e três / cento e treze euros e cinquenta cêntimos; -----

----- SAC / dezassete de Novembro de dois mil e três / Sonoplastia / Fernando Jorge Pereira Dias / Informação número setecentos e cinco, de dois mil e três / mil quinhentos e vinte euros; -----

----- SAC / dezassete de Novembro de dois mil e três / Luminotecnia / Paulo Miguel Almeida Pereira / Informação número setecentos e cinco, de dois mil e três / mil quinhentos e



vinte euros; -----

----- SAC / vinte de Novembro de dois mil e três / Folhetos “Homenagem a José de Castro” / Impriténica / Factura número quatrocentos e catorze / quatrocentos e quatro euros e sessenta cêntimos; -----

----- SAC / vinte e um de Novembro de dois mil e três / Músicos / Luís Miguel Coelho / Informação número setecentos e treze, de dois mil e três / trezentos euros; -----

----- SAC / vinte e três de Novembro de dois mil e três / Troféus em acrílico / JG Acrílicos / Factura número trinta e sete, de dois mil e três - Informação número seiscentos e sessenta e três, de dois mil e três / setecentos e setenta e um euros e sessenta e três cêntimos; -----

----- SAC / vinte e quatro de Novembro de dois mil e três / Abertura e encerramento do Auditório Municipal Lourdes Norberto / Odete da Cruz Neto / Informação número setecentos e cinco, de dois mil e três / duzentos euros; -----

----- SAC / vinte e cinco de Novembro de dois mil e três / Compra de águas engarrafadas / Binal / Factura número VN setenta e oito mil setecentos e setenta e três - Requisição interna de vinte e sete de Outubro de dois mil e três / onze euros e sessenta cêntimos; -----

----- SAC / ... / Peça multimédia para a exposição “Cartografia de Oeiras” / Carlos Manuel Pires Boiça / Informação número setecentos e quarenta e dois, de dois mil e três / setecentos e cinquenta euros; -----

----- SAC / ... / Honorários - moderador nas Jornadas Europeias do Património / Guilherme Cardoso / Informação número seiscentos e dez, de dois mil e três / duzentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos.” -----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

----- Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de cinco milhões duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e setenta e nove euros e vinte e seis cêntimos, tendo a Senhora Presidente

informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real de trezentos e sessenta e nove mil cento e quinze euros e seis cêntimos. -----

5 - PAGAMENTOS: -----

----- a) Pagamentos autorizados anteriormente:-----

----- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam autorizações no valor global de dois milhões seiscentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e dois euros e vinte e oito cêntimos. -----

----- b) Pagamentos autorizados:-----

----- Sob proposta da Senhora Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os seguintes subsídios: -----

----- Ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de vinte e quatro mil seiscentos e noventa euros e cinquenta cêntimos.-----

----- Aos Bombeiros Voluntários do Concelho, no valor de trinta e cinco mil setecentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos, sendo cinco mil cento e dois euros e quatro cêntimos, a cada Corporação. -----

6 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia nove de Dezembro, os quais são: -----

----- “Foi presente a acta da reunião anterior. -----

----- - Informações:-----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data.-----

----- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas.-----

----- Tomou conhecimento da atribuição de prémios pela Associação Portuguesa de



Comunicação Empresarial. -----

----- - Tomadas de Conhecimento: -----

----- Aposentação requerida pelo funcionário com a categoria de Fiscal de Leituras, João José dos Santos. -----

----- Aposentação requerida pelo funcionário com a categoria de Especialista de Informática de Grau Dois, António Carlos Salvador da Costa. -----

----- Encargos com renovações da manutenção anual dos contratos de cedência onerosa de utilização da cartografia digital de base e de cedência onerosa de utilização de base de dados. -----

----- Aposentação requerida pelo funcionário com a categoria de Técnico de Informática de Grau Três, Nível Um, Luís Herberto de Avelar Vilas Boas. -----

----- Empreitada destinada à instalação de um troço de conduta de quatrocentos milímetros no Terreiro do Rossio, na Damaia, no Concelho da Amadora - Adjudicação, por ajuste directo, à empresa António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo valor de vinte mil e quatrocentos euros, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. --

----- Aposentação requerida pelo funcionário com a categoria de Oficial Principal de Electricista, Joaquim Fernando de Assunção Santos. -----

----- - Propostas de Deliberação: -----

----- ADC - Águas de Cascais, Sociedade Anónima / Cliente número trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e dezassete - Foi aprovada, por unanimidade, a refacturação da factura número três biliões um milhão quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e cinco, no valor de cento e sessenta mil seiscentos e quarenta e oito euros e trinta e dois céntimos, isentando o pagamento referente às tarifas de utilização e de resíduos sólidos no montante de trinta e nove mil quinhentos e sessenta e nove euros e quarenta e oito céntimos. -----

----- Empreitada de ampliação do Reservatório da Zona Média da Brandoa - Foi aprovada, por unanimidade, a adjudicação, por concurso público, à empresa Construteze,

Limitada, pelo valor de setecentos e setenta e oito mil trezentos e quinze euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA, com celebração de contrato escrito.-----

----- Reformulação do projecto para a conduta elevatória do Reservatório da Zona Média da Amadora - Foi aprovada, por unanimidade, a adjudicação do fornecimento, por ajuste directo, à empresa Sanágua - Estudos e Projectos de Engenharia, Limitada, pelo valor de trinta e seis mil euros, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de Assessor Principal da Carreira de Engenheiro (área funcional de Engenharia Civil) - Foi homologada a acta número dois e nomeado, por unanimidade e votação secreta, o candidato único, Engenheiro José Maria Lopes Pires.-----

----- Foi aprovada, por unanimidade, a actualização das comparticipações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para o ano de dois mil e quatro.-----

----- Actualização dos Preços dos Serviços para o ano de dois mil e quatro - Foi adiada. --

----- Actualização dos preços das Análises Laboratoriais para o ano de dois mil e quatro. - Foi adiada.-----

----- Actualização das Tarifas de Aluguer de Contadores para o ano de dois mil e quatro - Foi adiada.” -----

7 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios: -----

----- Número, duzentos e oitenta, remetendo cópia da deliberação sobre: “Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para dois mil e quatro”:-----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil e quatro, aprovadas em suas reuniões extraordinária e ordinária, realizadas respectivamente em sete e doze do mês em curso e



deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte e um do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, sete abstenções do Partido Socialista, cinco votos contra sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar na generalidade as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para dois mil e quatro. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

----- Número, duzentos e oitenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre: “Alteração dos Estatutos da Empresa LEMO - Laboratório de Ensaios de Materiais de Oeiras, E.I.M.”: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil quatrocentos e setenta e três barra zero três, a que se refere a deliberação número nove da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove do mês findo e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e um do Centro Democrático Social/Partido Popular e cinco abstenções sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e uma do Bloco de Esquerda, aprovar as alterações introduzidas nos Estatutos da LEMO - Laboratório de Ensaios de Materiais de Oeiras, E.I.M., nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta”. -----

----- Nesta altura entraram na sala os Senhores Vereadores Luís Pires e Emanuel Martins.

8 - INFORMAÇÕES - SR^a. PRESIDENTE:-----

----- A Senhora Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento de que se irá ausentar após dar conhecimento das suas informações para transmitir a mensagem de Natal aos funcionários aposentados, cuja festa se está a realizar no Auditório Eunice Muñoz.-----

----- Iniciando o seu período de informações deu conhecimento de um ofício que enviou ao Presidente do Instituto Gulbenkian de Ciência, o qual a seguir se transcreve:-----

----- “Tive, recentemente conhecimento, através da imprensa, do êxito alcançado pelo estudo, realizado no Laboratório de Biologia Celular da Malária, por investigadores desse Instituto, coordenados pela Senhora Doutora Maria Mota. -----

----- Quero, pois, em meu nome e da Câmara Municipal de Oeiras, dirigir a Vossa Excelência as nossas felicitações e expressar-lhe o orgulho que sentimos nesta “vitória” que é portuguesa, orgulho esse reforçado pelo facto de o Instituto que a alcançou se situar em Oeiras. -

----- Permita-me, Senhor Presidente, que este Município se associe à vossa alegria, que cremos ser imensa, pois a “descoberta” conseguida abriu, certeza, novas perspectivas ao tratamento de uma doença que nos nossos dias ainda mata milhões de pessoas. -----

----- Solicito, finalmente a Vossa Excelência que transmita aos investigadores envolvidos, em particular, à Senhora Doutora Maria Mota, os parabéns da Câmara Municipal de Oeiras e os votos de que o futuro lhe continue a reservar inúmeros êxitos, a bem da saúde da população mundial”. - -----

----- De seguida deu conhecimento das análises efectuadas em quinze de Outubro, à água das praias, cujos resultados foram os seguintes: -----

----- - Torre - Boa qualidade; -----

----- - Inatel, Motel, Santo Amaro Dois (a meio da praia), Santo Amaro Três (junto ao Saisa) - Aceitável; -----

----- - Fontainhas - Não aceitável; -----

----- - Paço de Arcos, Caxias Um, Caxias Dois, Cruz Quebrada Um - Aceitável; -----

----- - Cruz Quebrada Dois, Algés INIP - Não aceitável”. -----

----- Prosseguindo referiu que no dia treze de Novembro, presidiu à sessão de abertura do “Sexto Encontro de História Local, no auditório da Biblioteca Municipal, o qual teve uma grande adesão e participação. -----

----- Ainda neste dia, procedeu à realização da escritura da compra do Palácio dos



Marqueses de Pombal, onde também estiveram presentes todos os Senhores Vereadores, com excepção do Senhor Vereador Ferreira de Matos que não pode estar presente nesta cerimónia, pelo facto de estar a representar a Senhora Presidente num outro evento. -----

----- No dia catorze, recebeu os Presidentes de Câmara com Centros Históricos, os quais estiveram uma reunião no Salão Nobre, seguida de almoço. Durante a tarde visitaram os centros históricos de Oeiras e Paço de Arcos. -----

----- Neste mesmo dia procedeu às inaugurações das iluminações de Natal e da Feira Terra Sã, esta com a presença do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e que teve lugar no Pavilhão da Refrige na Fundição de Oeiras, a qual teve uma concorrência enorme de pessoas que vindas de norte a sul do País. -----

----- No dia quinze, participou num convívio do Rotary Clube de Algés, que se realizou no Forte de São Julião da Barra. -----

----- No dia dezasseis, esteve juntamente com o Senhor Vereador Arnaldo Pereira no Cross Internacional de Oeiras, no Estádio Nacional, onde procederam à distribuição dos prémios pelos atletas. -----

----- Ainda durante este mesmo dia e no âmbito do encontro dos Municípios geminados com Cabo Verde, teve a oportunidade de participar num jantar de trabalho na embaixada de Cabo Verde, onde também esteve presente o Presidente da Câmara de São Vicente e outros presidentes de câmaras geminadas com São Vicente. Encontro este que culminou no dia dezassete onde tiveram a oportunidade de fazer uma avaliação e um balanço do que têm sido as geminações com Cabo Verde e muito em concreto com São Vicente e onde foram também debatidos alguns aspectos por forma a orientar novos apoios no âmbito do protocolo de geminações. -----

----- No dia dezoito, efectuou uma visita ao Centro Cívico de Carnaxide, o qual está numa fase muito avançada, estando previsto o seu terminus para finais de Janeiro, princípio de

Fevereiro e a sua inauguração no dia vinte e cinco de Abril.-----

----- No dia dezanove, teve a oportunidade de inaugurar o novo edifício na Universidade Atlântica, sob a presidência da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, Doutora Manuela Ferreira Leite.-----

----- No dia vinte, presidiu ao Primeiro Fórum da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, no Auditório da Biblioteca Municipal. Sublinhou que esta é uma área que lhe diz duplamente respeito, primeiro, porque a CMO tem obrigações nesta matéria em termos de Comissão Concelhia, segundo, porque é a representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco.-----

----- No dia vinte e um, presidiu à reunião do Conselho de Fundadores e Beneméritos, da Fundação Marquês de Pombal, onde o Presidente do Conselho de Administração teve a oportunidade de fazer o ponto de situação de toda a actividade da Fundação ao longo do último ano e de dar pistas para o novo ano, através da apresentação do Plano de Actividades e Orçamento.-----

----- No dia vinte e dois, esteve presente juntamente com o Senhor Vereador Rui Soeiro, que por sinal é dos membros do Executivo mais assíduo nestas cerimónias, no aniversário dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, onde também esteve presente o Governador Civil de Lisboa. -

----- No dia vinte e nove, procedeu à inauguração da Rua das Encosta de Lagoas, que liga a Lage ao Casal do Deserto. -----

----- Ainda durante este dia participou no almoço/convívio na AERLIS, onde estiveram presentes todos os Bombeiros que ajudaram no combate aos incêndios durante o Verão passado.

----- No dia trinta, esteve presente na festa de Santa Catarina, juntamente com o Senhor Vereador Rui Soeiro, em Outurela, no momento que assinalou a conclusão das obras da nova cobertura da Igreja Matriz de Barcarena. -----

----- No dia três de Dezembro, iniciou como já vem sendo hábito, o périplo pelas Escolas



Básicas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância, acompanhada como Senhor Vereador José Eduardo Costa e serviços da Divisão de Educação, levando consigo a mensagem de Natal da CMO, onde também teve a oportunidade de entregar uma pequena lembrança às crianças. -----

----- Durante este mesmo dia procedeu ao lançamento do livro "Projectos e Obras do Município de Oeiras um Caso Singular de Desenvolvimento", no Taguspark. -----

----- No dia quatro, esteve presente na reunião do Conselho de Administração das Municípios, o qual se realizou na Maia. -----

----- No dia seis, procedeu à inauguração da Creche e Jardim de Infância de São Marçal. -

----- No dia oito, esteve presente no Circo Cardinal, o qual pela primeira a CMO proporcionou às crianças do Primeiro Ciclo.-----

----- Ontem, dia nove assistiu à apresentação dos trabalhos que têm sido feitos pela APG - Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos. -----

----- Referiu que, entretanto irá fornecer o relatório intercalar, que contem os elementos que já foram trabalhados ao longo do tempo e também com a metodologia de trabalho que entretanto irá ser efectuada. -----

----- Para terminar, observou que assistiu à sessão de abertura, na Estação Agronómica, a qual contou também com a presença do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, de um Seminário realizado no âmbito de um programa nacional para a educação a nível de "Segurança e Saúde no Trabalho", onde teve a oportunidade de chamar a atenção para determinados aspectos que têm constituído preocupação para a CMO. -----

9 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO DE JESUS CORREIA: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara o seguinte voto de pesar:-----

----- "Voto de Pesar -----

----- António de Jesus Correia, um grande Desportista e um Cidadão Exemplar -----

----- (Mil novecentos e vinte e quatro - Dois mil e três) -----

----- Faleceu no passado dia trinta de Novembro, em Paço de Arcos, terra que o viu nascer e onde sempre viveu, António de Jesus Correia, o popular Necas, como era carinhosamente tratado pela comunidade desportiva e pelos seus amigos. -----

----- Jesus Correia foi um desportista de uma envergadura excepcional, com um palmarés notável nas duas modalidades mais difundidas no nosso país: o futebol e o hóquei em patins. Nas duas, em representação do Sporting Clube de Portugal e do Clube Desportivo de Paço de Arcos, atingiu patamares de excelência que o guindaram à internacionalização. Ganhou todos os títulos que podiam ser conquistados, tanto a nível de clube como na selecção nacional, ficando ligado a feitos inesquecíveis do desporto português, cuja história marcou de forma indelével. No hóquei em patins, a que se dedicou desde a infância patinando numa grande placa de cimento que à época existia na praia de Paço de Arcos, Jesus Correia foi um elemento preponderante de uma equipa nacional de sonho que, ao conquistar pela primeira vez para Portugal os títulos de campeão europeu e mundial, despertou um entusiasmo popular indescritível, dando um poderoso contributo para a projecção desportiva do país e a afirmação da nossa auto-estima, a qual, até aí, se ia consolando apenas com vitórias morais. No futebol, integrou a célebre equipa leonina dos Cinco Violinos que ganhou sucessivos campeonatos nacionais e cedo foi chamado para envergar a camisola das quinas, participando em jornadas memoráveis, sendo de destacar a da primeira vitória oficial sobre a Espanha em mil novecentos e quarenta e sete, no Estádio Nacional. Foi pena que o tivessem obrigado a escolher entre o futebol e o hóquei, ele que, como assinalou Cândido de Oliveira, tão bem se completava nas duas. E foi sintomático do seu carácter e maneira de ser que tivesse pesado na sua opção pelo hóquei o amor à sua terra e a fidelidade às suas gentes, desistindo dos maiores proveitos e prestígio social do futebol. -----

----- Mas os méritos de Jesus Correia como atleta de eleição não se limitaram aos planos físico e técnico. Soube também, dentro e fora do campo, evidenciar aquelas qualidades morais que devem ser apanágio do desporto, entendido como espaço saudável de competição,



aperfeiçoamento e formação integral da personalidade humana: o respeito pelo adversário, o acatamento das regras, a lealdade competitiva, o saber ganhar e saber perder, que são valores sem os quais a prática desportiva deixa de fazer sentido. Por isso Jesus Correia considerava que um dos momentos mais altos da sua carreira, recheada de tantos êxitos, foi a atribuição do Prémio de Fair-Play pelo Comité Olímpico Internacional, em reconhecimento do seu impecável percurso desportivo. O Município de Oeiras teve o privilégio de contar com a colaboração de Jesus Correia no seu Programa de Promoção do Espírito Desportivo, ao qual emprestou a sua permanente disponibilidade para participar em acções de sensibilização junto dos praticantes mais jovens, o seu empenhamento infatigável nas múltiplas iniciativas desenvolvidas nas escolas e nos clubes para promover os ideais do desportivismo.

O Município de Oeiras e a vila de Paço de Arcos perderam um cidadão exemplar, um munícipe devotado à sua terra e fiel às suas raízes, um homem simples que nunca se deixou inebriar pela fama e pelos êxitos, conciliando sempre o seu trabalho profissional com uma intensa actividade desportiva, um amigo que irradiava uma grande simpatia e uma contagiente alegria de viver. Resta-nos o conforto de saber que ele teve uma vida feliz, com o amor da sua família e o reconhecimento e apreço generalizados de toda a comunidade desportiva e dos seus concidadãos.

Jesus Correia deixa, assim, uma marca inapagável, não apenas no desporto português e na história da sua terra, mas no coração dos seus amigos e admiradores. A recordação da sua vida será um estímulo e um incentivo para todos nós.

A Câmara Municipal de Oeiras, reunida em dez de Dezembro de dois mil e três, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de António de Jesus Correia, associa-se à dor da sua família a quem apresenta as suas sentidas condolências e delibera:

Um - Atribuir o seu nome a uma artéria ou espaço público situados em Paço de Arcos, bem como ao Pavilhão da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, em construção;

----- Dois - Desenvolver os preparativos tendo em vista a criação do Museu da Patinagem, concretizando assim um sonho de Jesus Correia e dos seus companheiros da gloriosa equipa do CDPa, em homenagem a uma modalidade tão profundamente enraizada no Concelho Oeiras e que tanto contribuiu para a sua projecção desportiva.” -----

----- II - A este propósito, o **Senhor Vice-Presidente** informou que, no passado dia sete de Dezembro, esteve em representação da Senhora Presidente na sessão solene da comemoração do Septuagésimo Sétimo Aniversário da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, onde fez uma intervenção que, a pedido da Senhora Presidente, terminou referindo precisamente a intenção desta Câmara Municipal em atribuir o nome de António de Jesus Correia ao Pavilhão da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, tendo também sido referido no discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, aquando da condecoração do Senhor Joaquim Coutinho com a Medalha de Mérito - Grau Ouro, que este teria sugerido a atribuição do referido topónimo àquele Pavilhão, pelo que teve oportunidade de esclarecer, tal como já disse, que era intenção da Senhora Presidente levar à próxima reunião de Câmara uma proposta nesse sentido, visto que, certamente, todos concordam que o seu nome deverá ficar indelevelmente marcado e associado a um pavilhão que está a ser construído fundamentalmente para dar apoio ao desporto escolar.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

----- Após a votação saiu da sala, definitivamente, a Senhora Presidente. -----

10 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO: -----

----- A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto iniciou a sua intervenção congratulando-se pela inauguração de vários espaços no Centro Comunitário do Alto da Loba, nomeadamente a oficina-escola de construção de instrumentos musicais, que na sua opinião é um espaço muito digno e que irá certamente trazer grande prestígio ao concelho, uma vez que tem à sua frente o grande Mestre Gilberto Grácio, famoso a nível nacional e até internacional e que tem a particularidade de já ter sido condecorado pelo Senhor Presidente da República. -----



----- Salientou ainda, que toda a construção de instrumentos que é orientada pelo Mestre Grácio, é muito reconhecida pelos entendidos nesta matéria. Nesta oficina, para além de construírem, reparam também violas e guitarras clássicas e há uma curiosidade que consiste no facto de aí trabalharem antigos formandos de cursos de formação profissional, e eventualmente poder-se-á vir a acolher gradualmente alguns jovens e adultos desempregados. -----

----- Há ainda neste espaço uma outra oficina, que é a Oficina dos Biscateiros, a qual é constituída por pessoas que têm formação profissional em várias áreas, como a jardinagem, reparação de móveis, ou encadernação, entre outras, e que designam o seu trabalho como “biscates”. -----

----- Por último, observou que seria bom, que a Associação de Surdos de Cascais e Oeiras também pudesse usufruir de um espaço neste Centro Comunitário, não só para desenvolverem actividades ligadas a esta Associação, mas também para poderem proporcionar cursos de linguagem gestual. -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR FERREIRA DE MATOS: -----

----- O Senhor Vereador Ferreira de Matos iniciou a sua intervenção dando conhecimento de que no dia catorze de Novembro, participou numa reunião da Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, que se realizou desta vez no concelho de Oeiras, porque normalmente são efectuadas em cada município aderente. -----

----- No dia dezanove, participou, em representação da Senhora Presidente, numa reunião do Conselho Geral da Universidade Atlântica, onde foi eleito um elemento para a administração, em substituição do anterior. -----

----- Ainda durante este dia foram inauguradas por todo o concelho as iluminações de Natal e a Feira Biológica Terra Sã, onde esteve presente o Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário. -----

----- No dia vinte foi inaugurado no Mercado de Oeiras, a Feira do Livro, a qual decorreu

muito bem, tendo uma afluência de cerca de dez mil pessoas. -----

----- No dia vinte e dois, participou na festa da “Castanha e Água-Pé de Vinhais”, no Pavilhão da Refrige, na ex-Fundição de Oeiras, onde também esteve presente o Presidente da Câmara daquele Concelho. Frisou que esta festa e a Feira de Gastronomia, possivelmente para o próximo ano irão ser efectuadas no Mercado de Oeiras, uma vez que o Presidente da edilidade de Vinhais ao visitar o Mercado de Oeiras, considerou que este seria o espaço ideal para a realização destas duas feiras. -----

----- No dia cinco, foi também inaugurada no Mercado de Oeiras, a venda de Natal, que terminou com um enorme sucesso. -----

----- Hoje, dia dez, participou, em representação da Senhora Presidente, na apresentação da “Carta Magna da AIP”, na FIL, onde foram tratados três temas importantes relacionados com a PME Internacional que consiste na definição e implementação de estratégias de internacionalização de negócios; PME Ambiente, que diz respeito à criação de uma política de sistema de gestão ambiental nas PME’s e PME Digital, que se refere ao apoio na integração das empresas na Sociedade e Formação. -----

----- Por último, deu conhecimento de que o parque de estacionamento, que fica por detrás da Galeria Verney, está aberto ao público gratuitamente durante este mês, no âmbito de uma parceria entre a CMO e a Santa Casa da Misericórdia, a qual tem a finalidade de trazer mais pessoas ao Centro Histórico de Oeiras. -----

----- A propósito deste assunto interveio o **Senhor Vice-Presidente**, salientando que este parque de estacionamento teve duas fases, sendo que a primeira que entrou em funcionamento foi a do terreno que pertence à Santa Casa da Misericórdia, a segunda no terreno que a CMO ampliou por detrás da Galeria Verney, onde foram criados cerca de cento e oitenta lugares, o que totaliza cerca de duzentos e quarenta lugares. -----

----- Acrescentou ainda, que naquela altura foi celebrado um protocolo entre a Santa Casa



da Misericórdia e a CMO, onde está mencionado que este parque seria partilhado entre estas duas entidades, ficando a Santa Casa da Misericórdia com as despesas de funcionamento, após o que, deduzidas estas, o lucro seria dividido pela Misericórdia e Parques Tejo.

-----Na altura da construção deste parque, houve a tentativa de o dinamizar, inclusivamente com sinalização direccional, mas apesar de toda a informação que existe desde a entrada na Marginal e noutras que vão dar a Oeiras, verifica-se que a maior parte das pessoas não aderem, apesar de possuir tarifas muito mais baixas do que as da via pública.

-----A propósito deste assunto usou da palavra o **Senhor Vereador Luís Pires**, dizendo que o problema deste parque, é o problema das zonas taxadas, ou seja, é a dificuldade que existe onde hajam passeios livres na envolvente onde se possa estacionar. Os parques dissuasores têm que ser complementados com uma rede envolvente, que como já é sabido numa primeira fase as pessoas não vão gostar, mas na segunda já gostam, indo beneficiar os residentes, uma vez que o estacionamento vai ficar ordenado. Na sua opinião o que não se pode é entrar em histeria de opiniões individuais, relativamente ao trabalho que a Câmara necessita que a Parques Tejo faça no ordenamento do estacionamento, como foi o caso do Largo Maria Leonor, em Linda-a-Velha, o qual em seu entender foi muitíssimo bem taxado, porque gerir é antecipar e não reagir e, nesta situação em concreto como a zona do centro comercial vai ser taxada, todos os utentes do mesmo, iriam colocar a sua viatura naquele Largo, o que levaria a que só neste caso apenas os residentes irão ser beneficiados, com o alargamento das ZEL's neste local.

-----Para terminar, referiu ainda, que é evidente que nestas situações há sempre pessoas que gostam de reclamar, mas tudo depende da importância que se dá às reclamações e, se se está a voltar a um período em que a Câmara para constituir uma ZEL tem que ir ao local ouvir os moradores, tendo em conta a opinião da maioria e depois ordena ou não ordena, está-se a entrar num caminho, que não leva ninguém a lado nenhum.

12 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:

----- O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento de que, no dia vinte e sete de Outubro, recebeu em representação da Senhora Presidente um grupo sueco, que pertence à empresa Tyrens o qual veio a Portugal fazer uma visita de estudo, nomeadamente no concelho de Oeiras nas áreas do ambiente, construção civil, etc., os quais tiveram a oportunidade de visitar determinados locais no concelho tais como: o Parque dos Poetas, o SATU, bem como as estações ferroviárias e a zona ribeirinha, Passeio Marítimo, Porto de Recreio e toda a zona envolvente.-----

----- Terminada sua estadia em Portugal, informou que recebeu um fax enviado por esta delegação, cujo teor é o seguinte: -----

----- “Excelentíssimo Senhor -----

----- Venho por este meio, agradecer a sua colaboração e a da Câmara Municipal de Oeiras na organização da visita de estudo acima referida. -----

----- Esta visita foi muito apreciada pelo cliente Tyrens que nos transmitiu a sua satisfação pelo profissionalismo e simpatia com que foram recebidos por vós. -----

----- Esta não foi a primeira visita em colaboração com a CMO e seguramente não será a última, sempre que a vossa disponibilidade o permita. O dinamismo que esta Câmara Municipal reflecte é sempre motivo de orgulho sobretudo quando recebemos grupos do estrangeiro.-----

----- Uma vez mais, os meus agradecimentos, que gostaria que transmitisse igualmente a todos aqueles que possibilitaram esta visita”. -----

----- No dia dezassete de Novembro, reuniu em Torres Vedras, na sala de sessões dos Paços do Concelho, o Conselho de Administração da AMAGÁS na sua quadragésima terceira reunião, na qual foi apresentado o Plano de Actividades, cujo conteúdo a seguir se transcreve:---

----- “Vigésima sétima reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS -----

----- No dia vinte e quatro de Março de dois mil e três, realizou-se na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Torres Vedras, pelas onze horas, a vigésima sétima reunião da Assembleia



Intermunicipal da AMAGÁS, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Um - Aprovação da acta da vigésima sexta reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS; -----

-----Dois - Análise e deliberação sobre o Relatório de Actividades e das Contas da Gerência da AMAGÁS, referente ao ano de dois mil dois, nos termos da alínea e) do artigo vigésimo segundo dos Estatutos; -----

-----Três - Análise e deliberação sobre a Primeira Revisão Orçamental para o ano de dois mil e três; -----

-----Quatro - Proposta de renovação do mandato, do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS para o ano de dois mil e três, ao abrigo do número três do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos; -----

-----Cinco - Informações.-----

-----Participaram na Assembleia, presidida pela Senhor Vereador José António Vale Paulos da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vice-Presidente Simões Luís da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e o Vereador Alexandrino Saldanha da Câmara Municipal de Odivelas, Vereador José Manuel Baptista Alves da Câmara Municipal de Sintra, Assessor do Vice-Presidente Rui Martins Rodrigues da Câmara Municipal de Mafra, Vereador João Domingues da Câmara Municipal de Loures, Vice-Presidente José Bernardo Nunes da Câmara Municipal do Cadaval. -----

-----Os representantes dos Municípios da Amadora Vereador Gabriel Oliveira, de Cascais Vereador Carlos Reis e de Oeiras Vereador José Neno, justificaram as suas faltas.-----

-----Participaram ainda nesta reunião, os Assessores da AMAGÁS Doutora Gracinda Veloso e Doutor Duarte Nuno Clímaco, e a Senhora Dona Maria Clara Lourenço que secretariou a reunião.-----

-----Primeiro ponto da ordem de trabalhos: Aprovação da acta da vigésima sexta reunião

da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS; -----

----- A acta foi aprovada com a abstenção dos Municípios de Sintra, Mafra, Cadaval e Loures, por não terem participado na reunião. -----

----- Segundo ponto da ordem de trabalhos: Análise e deliberação sobre o Relatório de Actividades e das Contas da Gerência da AMAGÁS, referente ao ano de dois mil e dois, nos termos da alínea e) do artigo vigésimo segundo dos Estatutos; -----

----- O Relatório de Actividades e das Contas da Gerência foi aprovado por unanimidade.

----- Terceiro ponto da ordem de trabalhos: Análise e deliberação sobre a Primeira Revisão Orçamental para o ano de dois mil e três; -----

----- Após análise sobre a Primeira Revisão Orçamental para o ano de dois mil e três, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- Quarto ponto da ordem de trabalhos - Proposta de renovação do mandato, do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS para o ano de dois mil e três, ao abrigo do número três do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos; -----

----- Foi aprovada por unanimidade. -----

----- Quinto ponto da ordem de trabalhos: Informações; -----

----- Foi distribuída diversa documentação e foi aprovada uma moção sobre o assunto: Inspecção às instalações de gás. A moção foi anexa à presente acta. -----

----- Sexto Ponto da ordem de trabalhos: Minuta da acta da vigésima sétima reunião da Assembleia Intermunicipal. -----

----- A minuta da acta desta reunião foi aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal encerrou a reunião, eram doze horas.” -----

----- “Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e quatro - AMAGÁS -----

----- Dando continuidade à actividade desenvolvida durante o ano em curso, o presente



Plano de Actividades tem em conta os objectivos definidos para a AMAGÁS. -----

----- Deste modo, esta proposta tem em consideração as actividades promovidas no ano em curso e as acções que transitando, impõem medidas de continuidade. -----

----- Assim, a AMAGÁS propõe-se realizar, no ano de dois mil e quatro, acções tendentes a: -----

----- Um - Actualizar o protocolo celebrado com a GDP em onze de Junho de mil novecentos e noventa e um, tendo em conta que esta empresa, hoje funciona como Holding do Grupo e o operador que faz a gestão da rede em baixa é a Gás de Lisboa (GDL); -----

----- Dois - Promover acções com os Municípios Associados no sentido de uniformização de posições com o objectivo de actualização dos protocolos celebrados entre os Municípios individualmente e a GDL; -----

----- Três - Priorizar, como Projecto Ambiental, o uso de viaturas a Gás Natural, devendo para o efeito, a Associação, continuar o processo de instalação dos postos de abastecimento de Gás Natural Veicular (GNV), a instalar na área dos municípios associados. Neste sentido e tendo em conta a situação privilegiada dos municípios para a disponibilização de espaços e respectivo licenciamento, será dada continuidade aos estudos necessários, de ordem económica, técnica e jurídica, e mantidos os contactos com a GDP e GDL, que permitam concretizar o objectivo de instalação de depostos de abastecimento de GNV, independentemente do tipo de exploração dos mesmos. -----

----- Em locais onde esteja instalada a rede de Gás Natural, os municípios associados deverão, em futuros licenciamentos de postos de abastecimento de combustíveis, que seja instalado nos mesmos um Posto de Abastecimento de GNV; -----

----- Quatro - Defender junto da Direcção-Geral de Energia que sejam exercidas inspecções às Instalações de Gás Natural de modo a que sejam regularmente certificadas as mesmas em, edifícios e instalações industriais, garantindo, deste modo, a segurança de pessoas e

bens.-----

----- Cinco - Dar continuidade ao estudo económico em curso, de apoio aos municípios associados, no processo de reconversão das respectivas frotas, adaptando-as ao GNV. Serão desenvolvidos contactos com os municípios interessados, tendo em vista a obtenção de comparticipações, através de programas comunitários e nacionais, para a reconversão de viaturas municipais, para o GNV, -----

----- Seis - Procurar que, na base do actual protocolo entre a GDP e a AMAGÁS, se programem intervenções da GDP na instalação de redes de GN para os municípios que ainda não estão abrangidos ou pretendam antecipar ou alterar as prioridades para as redes previstas; -----

----- Sete - Continuar a divulgar em conjunto com a Transgás, a importância e os benefícios resultantes dos processos de Cogeração a Gás Natural, pela sua importância ambiental e redução de custos na produção de energia eléctrica, frio e calor, assim como, de aquecimento de águas ou a sua refrigeração. Este processo revela-se de grande alcance para as empresas (individual ou colectivamente), assim como para condomínios;-----

----- Oito - Continuar a dar apoio e informação, aos municípios associados, tendo em vista a uniformização de procedimentos, nomeadamente, no licenciamento de redes nas urbanizações e edifícios, assim como na aplicação de taxas pela abertura de valas e utilização do subsolo do espaço urbano, do domínio público; -----

----- Nove - Promover iniciativas que funcionem como instrumento de divulgação do GNV, na perspectiva de um projecto ambiental que permita, futuramente, aos municípios, vedar a circulação de áreas urbanas a viaturas poluentes, disponibilizando para o efeito uma alternativa constituída por viaturas a GNV, GPL ou eléctricas;-----

----- Dez - Aprofundar a problemática da exigência de uma renda aos operadores de redes de infra-estruturas urbanas da área do domínio público no âmbito da emissão do alvará de loteamento.-----



-----Deste modo, diligenciar junto da ANMP, Junta Metropolitana de Lisboa e na AMO uma acção conjunta no sentido de se instruir este princípio, ou seja, a atribuição de uma renda aos operadores das redes de Gás Natural, assim como aos operadores das redes locais de gás propano, sempre que as respectivas redes resultem de exigência municipal, no âmbito do alvará de loteamento;

-----Onze - Continuar os contactos que permitem associar à AMAGÁS todos os municípios da zona norte da Área Metropolitana.

-----Doze - Manter actualizada na “Internet” o Site referente à AMAGÁS, divulgando, desta forma, a actividade desta Associação, como forma de facilitar o acesso aos Municípios Associados de informações e entidades com intervenção nesta área.

-----Orçamento -----

-----A cobertura em Receita (Mapa Um) será assegurada pela contribuição dos municípios associados, a qual se propõe que seja o valor definido estatutariamente, independentemente de, por decisão do Conselho de Administração, este valor possa vir a ser reduzido.

-----De referir que a contabilidade já está a funcionar na base do POCAL.” -----

-----Prosseguindo deu conhecimento do acta da quadragésima segunda reunião do Conselho de Administração da AMAGÁS -----

-----“No dia vinte e quatro de Março de dois mil e três, realizou-se na Sala de Sessões dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Torres Vedras, pelas dez horas, a quadragésima segunda reunião do Conselho de Administração da AMAGÁS com a seguinte ordem de trabalhos:

-----Um - Aprovação da acta da quadragésima primeira reunião do Conselho de Administração;

-----Dois - Análise e deliberação sobre o Relatório de Actividades e das Contas da

Gerência da AMAGÁS, referente ao ano de dois mil e dois, nos termos da alínea e) do artigo vigésimo segundo dos Estatutos; -----

----- Três - Análise e deliberação sobre a Primeira Revisão Orçamental para o ano de dois mil e três; -----

----- Quatro - Proposta de renovação do mandato, do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS para o ano de dois mil e três, ao abrigo do número três do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos; -----

----- Cinco - Informações.-----

----- Participaram no Conselho de Administração presidido pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da AMAGÁS, Vereador José António Vale Paulos da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vice-Presidente Simões Luís da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e o Vereador Alexandrino Saldanha da Câmara Municipal de Odivelas, Vereador José Manuel Baptista Alves da Câmara Municipal de Sintra, Assessor do Vice-Presidente Rui Martins Rodrigues da Câmara Municipal de Mafra, Vereador João Domingues da Câmara Municipal de Loures, e Vice-Presidente José Bernardo Nunes da Câmara Municipal do Cadaval. -----

----- Os representantes dos Municípios da Amadora Vereador Gabriel Oliveira, de Cascais Vereador Carlos Reis e de Oeiras Vereador José Neno, justificaram as suas faltas. -----

----- Participaram ainda nesta reunião, os Assessores da AMAGÁS Doutora Gracinda Veloso e Doutor Duarte Nuno Clímaco, e a Senhora Dona Maria Clara Lourenço que secretariou a reunião. -----

----- Primeiro ponto da ordem de trabalhos: Aprovação da acta da quadragésima primeira reunião do Conselho de Administração da AMAGÁS; -----

----- Foi colocada à apreciação e votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção dos Municípios de Sintra, Mafra, Cadaval e Loures, por não terem participado na reunião. -----



----- Segundo ponto da ordem de trabalhos: Análise e deliberação sobre o Relatório de Actividades e das Contas da Gerência da AMAGÁS, referente ao ano de dois mil e dois, nos termos da alínea e) do artigo vigésimo segundo dos Estatutos; -----

----- O Relatório de Actividades e das Contas da Gerência da AMAGÁS foi aprovado por unanimidade. -----

----- Terceiro ponto da ordem de trabalhos: Análise e deliberação sobre a Primeira Revisão Orçamental para o ano de dois mil e três; -----

----- Após análise sobre a Primeira Revisão Orçamental para o ano de dois mil e três, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- Quarto ponto da ordem de trabalhos: Proposta de renovação do mandato, do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS para o ano de dois mil e três, ao abrigo do número três do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos; -----

----- Foi aprovada por unanimidade, a proposta de renovação do mandato do Conselho de Administração. -----

----- Quinto ponto da ordem de trabalhos: Informações. -----

----- Foi distribuída diversa documentação e foi aprovada uma Moção, com a alteração na sua alínea b) intercalando “de garantir as inspecções” a seguir à palavra sentido. -----

----- Sexto ponto da ordem de trabalhos: Minuta da acta da quadragésima segunda reunião do Conselho de Administração. -----

----- A minuta da acta desta reunião foi aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o Senhor Presidente do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião.” -----

----- Continuando, frisou que no dia dezoito de Novembro, pelas dezanove horas, esteve em representação da Senhora Presidente no Sport Algés e Dafundo, estando também presente o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Doutor Hermínio Loureiro, onde foi

homologado o contrato-programa da sede social do Sport Algés e Dafundo.-----

----- Referiu que as obras deste clube estão a andar a um ritmo bastante elevado, as quais têm tido o apoio financeiro tanto por parte da Câmara como do Governo, estando neste momento previsto que o clube permaneça nestas instalações cerca de dez anos, o que quer dizer que a partir daí terá que se pensar novamente nesta questão, no entanto pensa que, o Sport Algés e Dafundo pela sua tradição, pela sua vocação e pela sua ligação ao Tejo e à zona ribeirinha, deveria passar para os terrenos que a CMO reservou terreno em colaboração com a Administração do Porto de Lisboa, para a zona ribeirinha do concelho, onde poderá aí construir a sua sede, desenvolver as suas actividades náuticas, podendo assim, dar o seu salto qualitativo, que é o seu anseio e julga de todo o Executivo para o Sport Algés e Dafundo.-----

----- Prosseguindo deu conhecimento de um fax do Sport Algés e Dafundo, relativo à visita do Senhor Secretário de Estado para homologação do contrato-programa, cujo teor é o seguinte: -----

----- “Vimos por este meio comunicar a Vossa Excelência que o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Doutor Hermínio Loureiro, irá efectuar uma visita à empreitada no próximo dia dezoito de Novembro, pelas dezanove horas, seguida da homologação oficial do contrato-programa, na sede social do Sport Algés e Dafundo.-----

----- Ficaria este Clube muito honrado se, na ocasião, pudesse contar igualmente com a presença de Vossa Excelência, na qualidade do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, sócia benemérita de Algés e entidade comparticipante no financiamento da empreitada.-----

----- Antecipadamente reconhecidos pela atenção que o assunto venha a merecer por parte de Vossa Excelência, ficamos a aguardar com expectativa uma resposta.” -----

----- Continuando, observou que no dia vinte e seis, em representação da Senhora Presidente assinou o protocolo celebrado entre a CMO e a Carta Europeia de Condução em Informática, que é um padrão de competências, reconhecidas em toda a Europa, certificando que



o seu detentor possui os conhecimentos e aptidões necessárias para utilizar as aplicações do computador mais correntes, de forma eficaz e produtiva. -----

----- Acrescentou ainda que foram disponibilizadas por parte da Câmara, as instalações da Biblioteca de Algés, onde são efectuados os exames, por forma a que se possa atribuir a Carta Europeia de Condução em Informática. Ela é composta por vários módulos e vem proporcionar uma meta e um padrão pelo qual se podem aferir as competências adquiridas em informática. Após o candidato completar quatro módulos, poder-se-á obter um certificado denominado ECDL Start. Os exames são independentes do tipo de software ou hardware, e estão de acordo com os conteúdos programáticos definidos pela Fundação ECDL, que assegura a sua uniformidade e consistência em todos os países europeus. -----

----- No dia vinte e oito, pelas dez horas, esteve em representação da Senhora Presidente, na Estação Agronómica Nacional, na inauguração do Laboratório de Resíduos de Pesticidas, onde também esteve presente o Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas. -----

----- A finalizar, referiu que no dia sete, esteve em representação da Senhora Presidente, na sessão solene da Junta de Freguesia de Paço de Arcos no seu Septuagésimo Sétimo Aniversário, onde teve a oportunidade de intervir, salientando dessa intervenção duas situações, uma delas que dizia respeito à atribuição de topónimo, já deliberado em reunião de Câmara, ao Pintor Vítor Câmara, que por sinal foi o autor do quadro do Patrão Joaquim Lopes, que está no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, tendo sido já agraciado pela Junta de freguesia, com a medalha de mérito grau ouro. -----

----- Acrescentou ainda, que nessa altura também foi agraciado com a medalha de mérito o Senhor Joaquim Coutinho, o qual está ligado ao Jornal a “Voz de Paço de Arcos” e a uma médica a título póstumo. -----

----- Observou que, encerrou a sua intervenção, tecendo algumas considerações sobre rede viária, estacionamento, circulação e transportes na Freguesia de Paço de Arcos, anunciando três

parques de estacionamento que estão previstos, um que irá ficar por detrás do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos e os outros dois na Tapada do Mocho, embora haja um que ainda não esteja na posse da Câmara e um outro que está dependente de negociações com a REFER e que fica no Largo da antiga estação.

----- Referiu ainda, que é intenção da Câmara Municipal atribuir ao Pavilhão da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, o nome de António Jesus Correia.

13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS:

----- O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção, salientando que a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Oeiras é uma das duas corporações de Bombeiros que não tem um quartel adequado à prestação de serviço e que até está inserido no centro de Oeiras, tema sobre o qual já teve uma conversa, a título particular, nomeadamente com a Senhora Presidente e o Senhor Vereador Rui Soeiro, a qual considerou muito interessante, deixando-o por isso muito satisfeito.

----- De seguida, referiu-se à reunião da Assembleia Municipal, que ontem se realizou e, ao fim de muitos anos, à noite e fora das instalações normais. Considerou que esta acção teve dois méritos, ou seja, um mérito especial porque se chegou junto das pessoas, dando-lhes a possibilidade de poderem discutir os seus problemas mais perto delas e o mérito de se realizar nas horas em que as pessoas podem participar, pois é de uma hipocrisia muito grande os políticos poderem dizer continuadamente que as pessoas se alheiam da política e depois não criam condições para que elas participem politicamente naquilo que lhes diz respeito.

----- Referiu que com estas palavras, não quer dar um ênfase especial à paternidade do PS por ter apresentado a proposta à Assembleia Municipal para que a reunião se realizasse desta maneira, aliás, como também o fez há seis anos, quando ele próprio era líder de bancada, para que houvesse reuniões fora das próprias instalações, o que na altura foi aprovado, significando isto, que, durante todos os mandatos a Assembleia Municipal faria em todas as freguesias uma



sessão, o que foi interrompido durante algum tempo. -----

----- Considerou que esta reunião foi muito interessante, havia muita gente, o que quer dizer que as pessoas se interessam por resolver os seus problemas. No que toca a receios de que algo pudesse acontecer não há que os ter, porque elas sabem como se comportarem, sabem estar de uma forma ordeira e sabem também colocar os seus problemas. O que de facto é importante é que haja vontade de esclarecer as pessoas e de olhar para os seus problemas. Por isso e para melhor esclarecimento das pessoas que não têm a obrigação de conhecer como se lêem plantas, proponho que a CMO faça uma maquete para estar disponível para os munícipes e os fregueses.-

----- Congratula-se por ter sido deputado municipal e talvez por ter passado por essa situação sente mais o efeito quando as reuniões das Assembleias Municipais são levadas para junto dos munícipes e às horas em que eles podem participar nelas. -----

----- Reportou-se a um dos temas que lá foi abordado, que foi o Rossio de Porto Salvo e sobre esta matéria gostaria de dizer que o PS em termos de vereação já disse tudo quando a proposta relacionada com este assunto foi votada na reunião de Câmara. -----

----- Referiu-se, de seguida, ao Senhor Vereador José Eduardo Costa e pese embora a boa relação pessoal e a amizade que tem por ele, não pode deixar de salientar uma situação, que tem que estabelecer como uma crítica, por uma razão tão simples quanto isto: o Senhor Vereador José Eduardo Costa quando proferiu certas palavras em relação ao Senhor Fernando Curto, fê-lo como representante da Câmara, numa reunião de Junta de Freguesia, mormente em Carnaxide, e é bom não esquecer que se algum membro do Partido Socialista, como já aconteceu no PSD, tiver que suspender o seu mandato, imediatamente a seguir sucede a pessoa visada pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa na lista de vereação do PS. -----

----- Na altura, e este assunto já aqui foi discutido, aquele Senhor Vereador, referiu como pouco ético, ou pouco correcto que o Senhor Fernando Curto, que é o quarto elemento da lista do PS e, portanto, o primeiro não eleito ou o primeiro a substituir qualquer dos Vereadores aqui

presentes, tenha escrito aquando da campanha eleitoral, uma carta aos Bombeiros do Concelho de Oeiras. Ora é bom não esquecer que o Senhor Fernando Curto estava em campanha eleitoral e estava também na circunstância que tem de ser Presidente da Associação dos Bombeiros Profissionais, que é aliás, a sua profissão e não lhe parece que, por exemplo, no caso do Senhor Vice-Presidente que é engenheiro, se se quisesse dirigir a todos os engenheiros, pedindo à Ordem dos Engenheiros para o efeito, que não o pudesse fazer e também não lhe parece que fosse incorrecto que todos os bombeiros, que são muitos de todas as corporações, que fazem parte das listas do P.S.D. às Juntas de Freguesia e à Assembleia Municipal também não o pudessem fazer e que alguma vez o P.S. se tivesse referido a eles de forma menos correcta e menos digna. -----

----- Parece-lhe, portanto, que foi um “lapsus linguae” do Senhor Vereador e tem a certeza, até pela relação que tem com o Senhor Vereador José Eduardo Costa, que se tratou de um excesso de linguagem, mas que já aconteceu no passado, pelo que acha que o seu camarada Fernando Curto, que, volta a dizer, é o quarto da lista do P.S. e é sempre aquele que entra quando algum dos actuais Vereadores se ausentar, tal como a lei lhes permite, tem o direito a um tratamento diferente daquele de alguém que cometeu um pecado, porque escreveu uma carta em seu nome pessoal, não se escondeu, não apareceu metido em qualquer lista de qualquer maneira ou feitio, mas apareceu dizendo quem era, qual a sua profissão e aquilo que pretendia para o Concelho, o que é legítimo em qualquer campanha eleitoral e não merece uma censura, tal como já aconteceu anteriormente aqui na reunião de Câmara em que, pessoalmente, se insurgiu e muito menos merece uma censura pública como, de algum modo, foi feito na reunião da Junta de Freguesia de Carnaxide. -----

----- Portanto, pelo respeito que lhe merece o Senhor Vereador José Eduardo Costa, mas sobretudo, pelo respeito que lhe merece o seu camarada Fernando Curto, não podia deixar de fazer esta intervenção, porque lhe parece que a política merece de todos mais do que isto. -----



----- Seguidamente, reportou-se à questão do Sport Algés e Dafundo dizendo que parecia que estava sem atenção àquilo que o Senhor Vice-Presidente estava a dizer sobre o assunto, mas não estava mesmo e não estava pela simples razão de que são todos Vereadores da Câmara há muitos anos e alguns não sendo da Vereação estavam noutras Órgãos e a verdade é que a história do Sport Algés e Dafundo tem sido contada sempre da mesma maneira, ou seja, como sendo de um abcesso que não se trata, do dente que não se arranca e da vontade da Câmara em arrancar esse dente. -----

----- Acrescentou que era capaz de juntar um acervozinho de propostas nesse sentido e de opiniões muito bem elaboradas pelo Doutor Isaltino Afonso Morais e o que é uma realidade é que o Sport Algés e Dafundo continua na mesma situação de mão estendida à espera que a Câmara resolva a sua situação. Assim sendo, acha que já é altura de se passar das palavras aos actos, porque, de facto, não duvida da boa intenção do Senhor Vice-Presidente não duvida daquilo que quer fazer, mas, como se sabe, não está a dizer nenhuma mentira, uma vez que tanto o Senhor Vice-Presidente como ele próprio, já ouviram aqui um conjunto de intenções da Câmara em relação àquela colectividade, ouviram também com mais premência junto de campanhas eleitorais, embora saiba que não é o caso agora, mas, na verdade, dos actos às palavras fica uma distância tão grande que, concerteza, o Senhor Vice-Presidente com a convicção com que o disse vai procurar encurtar. -----

14 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA ANA ISABEL BEÇA:-----

----- A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça, iniciou a sua intervenção dando conhecimento das actividades sociais em que participou, as quais a seguir se transcrevem: -----

----- “Nove de Outubro - Conferência Internacional “Comunicação para os Cidadãos no Estado da Sociedade em que Vivemos”, no Auditório do Centro Paroquial de Nova Oeiras.-----

----- Dez de Outubro - Conferência Internacional “Comunicação para os Cidadãos no Estado da Sociedade em que Vivemos”, no Auditório do Centro Paroquial de Nova Oeiras.-----

----- Debate “Promoção da Saúde Mental”, na Casa de Saúde de Carnaxide. -----

----- - Catorze de Outubro - Workshop “Rever o PDM em Oeiras: os Desafios do Futuro”, no Auditório da AERLIS; - Quinze de Outubro - Visita a IPSS do Concelho. -----

----- Reunião do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social com as Juntas de Freguesia do Concelho, no Salão Nobre da Fundição de Oeiras. -----

----- - Dezasseis de Outubro - Encerramento do Encontro “Alimentação e a Arte”, no Auditório da Estação Agronómica Nacional, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Alimentação, realizado pelo nono ano consecutivo – iniciativa da DAS/Saúde. -----

----- - Dezassete de Outubro - Primeira Mostra de Teatro Sénior, apresentado pela Academia Cultural para a Terceira Idade, no Auditório do CASO (Forças Armadas). -----

----- - De dezanove a vinte e três de Outubro - Conferência de Belfast, no âmbito da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, organizada pela Organização Mundial de Saúde. -----

----- - Vinte e sete de Outubro - Visita ao CAT de Oeiras. -----

----- - Vinte e oito de Outubro - Reunião Ordinária da Comissão Municipal de Saúde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

----- - Trinta de Outubro - Visita a IPSS do Concelho. -----

----- - Trinta e um de Outubro - Baile de Encerramento do “Programa Encontros de Outubro”, no Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora do Cabo, em Linda-a-Velha. -----

----- - Três de Novembro - Participação, em representação da Senhora Presidente da CMO, na Sessão de abertura “Férias em Saúde”, organizada pelo Centro de Saúde de Oeiras, na Sala de Reuniões do INATEL de Oeiras. -----

----- - Cinco de Novembro - Reunião do Grupo de Trabalho de “Oeiras, Município Acessível”, no Salão Nobre da Fundição de Oeiras. -----

----- - Dez de Novembro - Reunião com a Directora do Centro de Saúde de Oeiras sobre o projecto para o Centro de Saúde de Paço de Arcos, no Gabinete de Vereação da Fundição de



Oeiras.-----

----- Treze a dezasseis de Novembro - Participação na Conferência Internacional “Tobacco, Youth Prevention and Communication Conference”, em Roma, organizada pela Comissão Europeia. -----

----- Dezassete de Novembro - Visita a três IPSS's do Concelho. -----

----- Dezoito de Novembro - Visita de trabalho, com a Senhora Presidente, ao Centro Cívico de Carnaxide. -----

----- Reunião do Grupo de Trabalho de “Oeiras, Município Acessível”, no Salão Nobre da Fundição de Oeiras. -----

----- Inauguração da Galeria Comercial do Lagoas Park, no Lagoas Park, em Porto Salvo.

----- Dezanove de Novembro - Visita a IPSS do Concelho. -----

----- Vinte de Novembro - Sessão de Encerramento do Primeiro Fórum da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----

----- Vinte e quatro de Novembro - Visita a IPSS do Concelho -----

----- Vinte e cinco de Novembro - Participação no Fórum - Plano Estratégico da Acção Social (PEAS), em representação da Senhora Presidente da CMO, que decorreu no Centro de Estudos Territoriais, em Lisboa. -----

----- Vinte e seis de Novembro - Participação na Sessão de Abertura do Conciliar É Preciso, em representação da Senhora Presidente da CMO, seminário que decorreu no Auditório do Centro de Apoio Social de Oeiras e contou com a presença, entre outras personalidades, da Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, do Presidente da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, da Gestora do Gabinete EQUAL, do Presidente da ANJAF, da Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e da Directora do GDM da CMO. -----

----- Vinte e sete de Novembro - Participação, em representação da Senhora Presidente da CMO, na Cerimónia de Abertura do Congresso Nacional dos Farmacêuticos dois mil e três,

realizado nas antigas instalações da FIL - Feira Industrial de Lisboa e que contou com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, do Presidente do INFARMED e do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos.-----

----- Vinte e oito de Novembro - Reunião Extraordinária da Comissão Municipal de Saúde, realizada na Biblioteca Municipal de Oeiras.-----

----- Vinte e nove de Novembro - Inauguração da Rua da Encosta, em Porto Salvo.-----

----- Inauguração de diversos espaços municipais no Bairro do Alto da Loba (Paço de Arcos), na Rua do Instituto Conde Agrolongo e na Rua Thomaz de Mello. -----

----- Três de Dezembro - Participação no lançamento do livro “Projectos e Obras no Município de Oeiras: Um Caso Singular de Desenvolvimento – Dezassete Anos de Poder Local (mil novecentos e oitenta e seis - dois mil e dois)”, que decorreu no Átrio do Núcleo Central do Taguspark -----

----- Quatro de Dezembro - Participação, em representação da Senhora Presidente, na cerimónia de apresentação da Home Instead Senior Care, que decorreu na Fundação Marquês de Pombal, Palácio dos Aciprestes, em Linda-a-Velha. -----

----- Seis de Dezembro - Participação na cerimónia de inauguração da Creche e Jardim de Infância de São Marçal, em Outurela/Portela. -----

----- Nove de Dezembro - Participação, em representação da Senhora Presidente da CMO, na Assembleia Geral da Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF), que teve lugar no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa”. -----

----- Prosseguindo deu conhecimento da “Declaração de Belfast para as Cidades Saudáveis” que decorreu de dezanove a vinte e dois de Outubro de dois mil e três, em Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, a qual a seguir se transcreve: -----

----- “O poder da acção local -----

----- Celebrando os quinze anos do movimento das Cidades Saudáveis na Europa e, mais



do que isso, reconhecendo o poder da acção local; -----

----- Reconhecendo a liderança da cidade na saúde e no desenvolvimento sustentável; -----

----- Sabendo que as determinantes-chave da saúde situam-se fora do controlo directo do sector da saúde; -----

----- Baseando na nossa larga experiência e base científica; -----

----- Empenhados na melhoria contínua da saúde e da qualidade de vida de todos os nossos cidadãos; -----

----- Guiados pelos princípios de equidade, sustentabilidade, cooperação intersectorial, envolvimento da comunidade e solidariedade; -----

----- Compreendendo que a saúde nunca deveria ser assunto exclusivo de qualquer partido político ou área profissional e que tudo isto se devia guiar por estes princípios; -----

----- Inspirando-se na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável de dois mil e dois, que realçou a importância das parcerias a todos os níveis e a boa governância urbana; -----

----- Nós, os líderes políticos das nossas cidades, vilas e autoridades locais presentes no Encontro Internacional das Cidades Saudáveis da OMS, em Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, de dezanove a vinte e dois de Outubro de dois mil e três, comprometemo-nos a: -----

----- Criar fortes parcerias, alianças e redes de trabalho; -----

----- Conceber ambientes que permitam ir ao encontro das necessidades de todos os cidadãos; -----

----- Enfrentar as vastas determinantes da saúde; -----

----- Criar políticas eficazes, estratégias e instrumentos para acção. -----

----- Um apelo à acção -----

----- Como líderes políticos, comprometemo-nos a: -----

----- Reduzir as desigualdades e abordar a pobreza, que requer avaliação local e relatórios -----

regulares sobre o progresso na redução das diferenças.-----

----- Planear o desenvolvimento da saúde da cidade, dotando as nossas cidades de recursos para constituir e manter parcerias estratégicas para a saúde. -----

----- Promover a boa governância e criar cidades inclusivas que assegurem que todos os cidadãos sejam protagonistas na definição dos serviços e influenciem as políticas e os planos da cidade. -----

----- Construir cidades seguras e solidárias, sensíveis às necessidades de todos os cidadãos, envolvendo activamente os departamentos de planeamento urbano e promovendo o planeamento de práticas urbanas saudáveis.-----

----- Promover a avaliação do impacto na saúde como meio para que todos os sectores foquem a sua actividade na saúde e na qualidade de vida.-----

----- Desempenhar um papel activo na definição e implementação das estratégias nacionais, europeias e globais e contribuir para os Objectivos das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Milénio. -----

----- Demonstrar a relevância do nosso trabalho e maximizar o impacto e a importância estratégica das Cidades Saudáveis no conjunto dos países e actores internacionais.-----

----- Monitorizar sistematicamente, documentando, avaliando e comunicando o nosso trabalho por forma a que nós e os outros possamos aprender e beneficiar com o mesmo. -----

----- Reforçar a amizade e solidariedade internacional entre cidades e regiões, apoio mútuo e partilha de recursos, conhecimento, informação e experiência. -----

----- Expandir as Redes Nacionais de Cidades Saudáveis, uma vez que representam um importante alicerce de compromisso político, inovação e dinamismo para todo o movimento. ---

----- Reconhecer as nossas responsabilidades no apoio às Cidades Saudáveis noutras regiões, proporcionando o trabalho pioneiro e o conhecimento entre regiões tornando-o globalmente acessível.-----



-----Acção de outros-----

-----As cidades não podem actuar sós. Nós acompanhamos.-----

-----Governos nacionais-----

----- Reconhecer que as políticas nacionais de saúde e de sustentabilidade têm uma dimensão local e confirmar a significativa contribuição que as cidades podem dar na sua elaboração; -----

----- Reconhecer que as Redes Nacionais de Cidades Saudáveis têm um papel a desempenhar no desenvolvimento da saúde nos países e apoiar a sua coordenação e capacidade de realização.-----

-----Organização Mundial de Saúde-----

----- Proporcionar liderança e apoio estratégico na actividade com vista aos objectivos da Fase Quatro (dois mil e três - dois mil e sete) do Programa/Movimento das Cidades Saudáveis, da O.M.S.;-----

----- Reforçar a cooperação internacional das Cidades Saudáveis.-----

----- Reunir forças a outras organizações internacionais e agências para ir ao encontro dos desafios da saúde urbana”.-----

----- Por último, apresentou uma informação à Câmara, relacionada com o “Encontro Alimentação e Arte”, cujo teor é o seguinte:-----

----- “Realizou-se no passado dia dezasseis de Outubro – Dia Mundial da Alimentação; no Auditório da Estação Agronómica Nacional, o Nono Encontro de Alimentação integrado no Programa de Educação Alimentar que em dois mil e três contou com a organização conjunta da Divisão de Assuntos Sociais e da Divisão de Cultura e Turismo, subordinado ao tema “Alimentação e Arte”.-----

----- O Encontro contou com a presença de trezentos participantes, oriundos de diferentes entidades, nomeadamente:-----

----- Autarquias: Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal de Odivelas, Câmara Municipal de Cascais; -----

----- Hospitais: Hospital de Santa Cruz; Hospital de São Francisco Xavier; -----

----- Farmácias; -----

----- Escolas de Enfermagem; -----

----- Centros de Saúde de Oeiras e Carnaxide; -----

----- Juntas de Freguesia; -----

----- Escolas do Concelho, através da presença de diversos professores; -----

----- IPSS,s do Concelho: Associação de Reabilitação e Integração Ajuda; Obra Social Madre Maria Clara; Centro Paroquial São Romão de Carnaxide; Centro Social Cristo Rei de Algés, entre outras; -----

----- Artistas Plásticos; -----

----- Profissionais de Saúde (médicos, enfermeiros; nutricionistas técnicos de saúde ambiental, técnicos de desporto); -----

----- Estudantes de Design; -----

----- Comunicação Social - TVI entre outros. -----

----- No sentido, de desenvolver as temáticas abordadas no Encontro esteve presente um leque prestigiado de oradores, nomeadamente: -----

----- Doutor Eduardo Barroso (Moderador); Doutor Alfredo Saramago (“A História da Alimentação no Futuro”); Doutora Raquel Moreira (“Alimentação, Gastronomia e Arte”); Doutor Francisco Ibérico Nogueira (“Cirurgias Estéticas e Dismorfias Corporais”); Doutora Alice Gonçalves (“Alimentação e o Ciclo Biológico”); Doutor Ruy de Carvalho (“Arte-Terapia: Alimento de Si para Si mesmo”); Doutor Joaquim Caetano (“As Uvas de Zeuxis e Outros Manjares”); Doutora Guta Moura Guedes (“Algumas Ideias sobre Food - Design”); Doutor António Valdemar (“Gastronomia: Uma Expressão de Cultura (Visão Panorâmica no Domínio



Literário”), Doutor Tavares Salgado (Moderador). -----

----- Neste encontro teve também lugar a apresentação pública do Projecto de Aconselhamento para a Nutrição PACE (Provider Assessment and Counseling for Exercise), que surge como uma forma de promoção de hábitos alimentares saudáveis, dirigindo-se à população no geral, bem como a profissionais de saúde (médicos, nutricionistas, técnicos de desporto entre outros). Esta apresentação foi da responsabilidade do Professor Doutor Luís Sardinha e da Doutora Cláudia Menderico, da Faculdade de Motricidade Humana - Núcleo de Exercício e Saúde. -----

----- Com o intuito de avaliar o grau de satisfação do público, foram recolhidas opiniões dos participantes relativamente ao Encontro. Tecem-se assim as seguintes considerações: -----

----- Relativamente à estrutura do Encontro, Aspectos organizativos; o Conteúdo das Comunicações, a Capacidade de Comunicação dos Oradores e a Apreciação Global do Encontro, verificou-se que relativamente a estes parâmetros as opiniões recolhidas foram boas; -----

----- Entre os aspectos que mais agradaram são destacadas as intervenções dos oradores convidados, tendo sido particularmente elogiadas as intervenções do painel da manhã do Doutor Eduardo Barroso; Doutor Alfredo Saramago e do Doutor Francisco Ibérico Nogueira. Quanto ao painel da tarde, apesar de alguns dos participantes considerarem um painel mais vocacionado para a área da Arte foram consideradas igualmente interessantes as intervenções do Doutor Joaquim Caetano, do Doutor Pedro Lapa e da Doutora Guta Moura Guedes. -----

----- Questionados sobre novos temas para futuras iniciativas os participantes referiram como propostas:-----

----- Alimentação e Ciclo de Vida; -----

----- Desporto e Alimentação; -----

----- A Alimentação nas Escolas; -----

----- A Alimentação Biológica. -----

----- Considera-se que o Encontro teve um balanço muito positivo, tanto pelos oradores intervenientes e pertinentes intervenções que realizaram, bem como pela satisfação geral demonstrada pelo público presente.-----

----- Quanto à temática do próximo ano julga-se de grande importância manter a parceria entre a Divisão de Assuntos Sociais e outros serviços da Câmara bem como de outras entidades exteriores, pretendendo-se deste modo abordagens diversas que permitam a troca de experiências e saberes sobre temáticas ligadas à Alimentação”. -----

----- Deu ainda conhecimento de uma local que veio no Jornal da Costa do Sol, referente ao encontro “Alimentação e Arte”, a qual a seguir se transcreve: -----

----- “O Dia Mundial da Alimentação foi assinalado em Oeiras na passada quinta feira, no Auditório da Estação Agronómica Nacional, com a realização do Nono Encontro da Alimentação, subordinado ao tema “Alimentação e Arte”.-----

----- Abordagens ecléticas -----

----- O encontro formado por dois painéis que privilegiaram as “abordagens ecléticas” do tema como sublinhou a Presidente da Câmara Municipal Doutora Teresa Zambujo, na sessão de abertura, reuniu entre os seus oradores profissionais de diversos ramos, desde médicos, antropólogos, sociólogos e historiadores.-----

----- É que a alimentação ”assume nos nossos dias uma funcionalidade cultural” como frisou a autarca e o seu estudo engloba os mais diversos saberes e artes, indo para além da sua significação ritual enquanto acto do sagrado, cuja análise leitura permite desenvolver novos processos de interpretação antropológica, sociológica e psicológica do ser humano.-----

----- Os hábitos de mesa configuram-se como metáforas que permitem identificar sintomas, disfunções e até patologias da sociedade actual.-----

----- O acto de comer é igualmente uma forma de comunicar, perspectiva que reforça, num quadro de códigos e significados, uma relação que remete também, para a ordem do



simbólico e por conseguinte para a arte nas suas diferentes linguagens. -----

----- “Sou a negação do que deve ser a alimentação correcta”, confessa Eduardo Barroso, antes de apresentar os oradores do painel de que era moderador, o Historiador Alfredo Saramago, Raquel Moreira, Francisco Ibérico Nogueira, Alice Gonçalves e Rui Carvalho. -----

----- O segundo painel teve por moderador Tavares Salgado, em substituição de Eduardo Prado Coelho, que não pode estar presente e como oradores, Joaquim Caetano, Pedro Lapa, Guta Moura Guedes, António Valdemar e José Leitão Ramos, que falaram sobre a alimentação no âmbito da arte, do cinema e da história e da etnografia. -----

----- Na sessão de encerramento estiveram presentes Barreto Xavier e Isabel Beça, respectivamente Vereadores da Cultura e da Acção Social da CMO, assim como Germano de Sousa, Bastonário da Ordem dos Médicos e Elisabete Serra, directora do Centro de Saúde de Oeiras”. -----

----- Por último, deu conhecimento de um outro artigo publicado no jornal “A Capital”, cujo teor é o seguinte: -----

----- “Alimentação dá mote a encontro -----

----- “Alimentação e Arte” é o tema de Nono Encontro da Alimentação, que decorre no âmbito do Dia Mundial da Alimentação, hoje, no auditório da Estação Agronómica Nacional. Além dos cuidados a ter para uma alimentação saudável, este evento organizado pela Câmara Municipal de Oeiras, desenvolve temas paralelos, como por exemplo a cirurgia estética, explorando também as ligações entre alimentação e cultura, no âmbito literário e cinematográfico. O encontro tem início às nove horas e trinta minutos e prolonga-se até ao final do dia. Durante o evento, decorrerá ainda o lançamento e apresentação do Pace Nutrição, da responsabilidade do Núcleo de Exercício e Saúde da Faculdade de Motricidade Humana”. -----

----- A terminar, divulgou que na próxima sexta-feira, dia doze, a Câmara Municipal vai promover uma inauguração no Hangar K Sete, a partir das nove e trinta sobre “O Projecto Linha

de Água - Perspectivas sobre a Requalificação da Orla Costeira de Oeiras". -----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BARRETO XAVIER: -----

----- O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier iniciou a sua intervenção dando conhecimento das actividades desenvolvidas de vinte e dois de Outubro a dez de Dezembro, as quais a seguir se transcrevem: -----

----- “Esteve presente na abertura do Mercado da Juventude, em representação da Câmara, no passado dia vinte e dois de Outubro, pelas onze horas.-----

----- Esteve ainda presente no lançamento do livro O Agoiro do Mocho, na Verney, em representação da Senhora Presidente, a vinte e dois de Outubro, quarta-feira, pelas dezoito horas e trinta minutos; -----

----- Esteve presente na visita da Câmara Municipal ao SATU, no dia vinte e três, quinta-feira, pelas dez horas; -----

----- Esteve presente na abertura do Lagoas Parque, a vinte e três de Outubro, quinta-feira, pelas dezanove horas;-----

----- Representou a Câmara na abertura da Festa dos Jovens Criadores de Lisboa, que teve lugar no dia vinte e três de Outubro, pelas vinte e duas horas;-----

----- Esteve presente na Inauguração do Encontro Nacional de Juventude, que teve lugar pelas dez horas do dia vinte e quatro de Outubro, sexta-feira, na Fábrica da Pólvora de Barcarena; -----

----- Assistiu à peça de Teatro “Dinheiro não Compra Amor”, que teve lugar no Centro Social de Queijas, a vinte e quatro de Outubro, sexta-feira, pelas quinze horas e trinta minutos, em representação da Câmara;-----

----- Esteve presente, em representação da Câmara, no Espectáculo Musical da Escola de Dança Ana Mangericão, os vinte e cinco anos da EDAM – Homenagem ao Bird College, que teve lugar no Auditório Eunice Muñoz, pelas vinte e uma horas e trinta minutos do dia vinte e



quatro de Outubro, sexta-feira; -----

-----Acompanhou o Encontro Nacional de Juventude durante o dia vinte e cinco de Outubro, sábado, na Fábrica da Pólvora, e esteve presente no seu encerramento, em representação da Presidente da Câmara, no dia vinte e seis de Outubro, domingo; -----

-----Esteve presente nas actividades da Feira da Juventude, no Mercado de Oeiras, no dia vinte e cinco de Outubro, sábado; -----

-----Esteve presente, em representação da Câmara, no lançamento do livro Raiva e Luz, na Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, em Lisboa, a vinte e oito de Outubro, terça-feira, pelas dezoito horas e trinta minutos; -----

-----Representou a Câmara Municipal na apresentação da Lei de Bases do Sistema Educativo, no Conselho Nacional de Educação que reuniu a trinta de Outubro, quinta-feira; -----

-----Esteve presente na inauguração na quinquagésima primeira Exposição Ornitológica – Oeiras dois mil e três, no Pavilhão Comunitário da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, a trinta e um de Outubro, sexta-feira, pelas quinze horas; -----

-----Esteve presente na Sessão de Abertura do Quarto Mestrado Desenvolvimento da Criança, organizada pelo Departamento de Ciências da Motricidade, da Faculdade de Motricidade Humana, sob a coordenação do Professor Doutor Carlos Neto, que teve lugar no dia trinta e um de Outubro, sexta-feira, pelas dezasseis horas; -----

-----Inaugurou a Exposição Oeiras Arte Jovem, no Gabinete de Apoio à Juventude de Oeiras, pelas dezoito horas, do dia três de Novembro, segunda-feira; -----

-----Esteve presente na Assembleia Geral da AMEC, em representação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, no dia quatro de Novembro, terça-feira; -----

-----Esteve presente, em representação da Câmara, na entrega de prémios do Festival Hip Hop, no Gabinete de Apoio à Juventude Oeiras, no dia oito de Novembro, domingo, pelas vinte e uma horas; -----

----- Intervieio na abertura no Sexto Encontro de História Local do Concelho de Oeiras, na Biblioteca Municipal de Oeiras, a treze de Novembro, quinta-feira, pelas quinze horas e inaugurou a respectiva Exposição, no mesmo dia, pelas dezoito horas, no Lagar do Azeite;-----

----- Esteve presente na Escritura do Palácio dos Marqueses de Pombal, pelas dezasseis horas, do dia treze de Novembro, quinta-feira;-----

----- Esteve presente na estreia da peça de teatro “A Dama do Maxime” do Grupo de Teatro T.I.O., que teve lugar no dia treze de Novembro, quinta-feira, no Teatro Eunice Muñoz; -

----- Intervieio, com uma comunicação, no Painel “Dança para a Comunidade”, no Seminário “Dança no Sistema Educativo Português”, organizado pela Faculdade de Motricidade Humana, no dia catorze de Novembro, sexta-feira;-----

----- Representou a Câmara Municipal na Sessão Solene da Comemoração do Octogésimo Nono Aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, pelas dezasseis horas do dia quinze de Novembro, sábado, em Porto Salvo; -----

----- Esteve presente, no dia dezoito, na visita conduzida pela Senhora Presidente da Câmara às obras do Centro Cívico de Carnaxide; -----

----- Esteve presente na inauguração da nova Galeria Comercial Lagoas Park, que teve lugar no dia dezoito de Novembro, terça-feira, pelas dezoito horas; -----

----- Esteve presente na abertura do ano lectivo e inauguração do novo edifício da Universidade Atlântica, pelas dezassete horas do dia dezanove de Novembro, quarta-feira, em Barcarena; -----

----- Esteve presente, em representação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, na Homenagem a José de Castro, pelas dezasseis horas e trinta minutos, de dia vinte e três de Novembro, domingo, em Paço de Arcos; -----

----- Esteve presente na Conferência organizada pelo Observatório das Actividades Culturais, sobre “Públicos da Cultura” no dia vinte e quatro de Novembro, segunda-feira, em



Lisboa; -----

----- Esteve presente na sessão da Assembleia Municipal, no dia vinte e cinco de Novembro, terça-feira; -----

----- Presidiu à Cerimónia de entrega de prémios do Prémio Cesário Verde, pelas dezoito horas de dia vinte e sete de Novembro, quinta-feira, na Livraria Galeria Municipal Verney; -----

----- Esteve presente na apresentação da obra de arte pública “Origens”, da autoria de Pedro Cabrita Reis, pelas doze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de Novembro, sexta-feira, no Miraflores Premium; -----

----- Presenciou a Inauguração da Entrada do Povoado Pré-histórico de Leceia, em Leceia, a vinte e oito de Novembro, sexta-feira, pelas quinze horas e trinta minutos, bem como o lançamento do livro “O Povoado Pré-histórico de Leceia”, no mesmo dia, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no Restaurante Alba Pólvora; -----

----- Representou a Câmara Municipal na inauguração do Clube de Jovens do Alto da Loba, pelas quinze horas e trinta, minutos do dia vinte e nove de Novembro, sábado; -----

----- Esteve presente, em representação da Senhora Presidente, nas Cerimónias comemorativas da Independência de Portugal, organizadas pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal, pelas dezasseis horas do dia um de Dezembro, segunda-feira, em Lisboa; -----

----- No dia três de Dezembro esteve presente no lançamento do livro “Obras de Oeiras”, no Tagus Park; -----

----- Esteve presente, em representação da Câmara, no Leilão de Obras de Arte, a favor da escola de arte AR.Co, em Lisboa, no dia três; -----

----- Visitou a Cisterna de Carnaxide, na companhia da Junta de Freguesia de Carnaxide, pelas onze horas de dia seis de Novembro, sábado; -----

----- Esteve presente na entrega de prendas de Natal para instituições de caridade

organizada pelo Gabinete de Juventude, no Oeiras Parque, pelas dezassete horas do dia seis de Dezembro, sábado;

----- Representou a Câmara Municipal no Concerto Final do Terceiro Workshop de Regências de Bandas, da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, de sete de Dezembro, domingo;

----- No dia nove de Dezembro esteve presente, em Porto Salvo, na terceira sessão da Assembleia Municipal". -----

----- De seguida, focou a situação que se encontra por resolver e que se prende com o Centro Cultural José de Castro, ou seja, é regularmente dito pela população de Paço de Arcos que pretende este Centro Cultural, dependendo o avanço do mesmo essencialmente da vontade da população, porque o espaço está previsto já há uns anos. Tem tido ali alguns serviços a funcionar, inclusive alguns até ocupados pela própria Câmara, mas que aos poucos têm ficado devolutos, portanto não é devido ao facto destes serviços lá se encontrarem que as obras de reabilitação não têm sido feitas, mas porque a Associação Popular de Paço de Arcos, a qual há cerca de vinte anos se instalou naquele local, não quer sair, o que leva a que se crie um problema extremamente complicado, isto é, ou a Câmara intenta uma acção em Tribunal obrigando-os ao fim de um longo processo judicial a sair, ou numa perspectiva positiva e amigável a Câmara poderá fazê-los sair, embora amigavelmente seja um pouco difícil, visto que, ainda há pouco tempo o Senhor Arquitecto Pedro Carrilho foi expulso daquelas instalações, quando tentou visitar o local. -----

----- Disse ainda que, a Associação Popular de Paço de Arcos, actualmente está a efectuar obras não autorizadas, dentro do próprio espaço, sendo estes contratemplos que têm surgido, para que este projecto ainda não fosse concretizado: no entanto, acrescentou que está a envidar esforços no sentido de encontrar um espaço alternativo para a Associação Popular de Paço de Arcos, havendo neste momento já três espaços em vista, o que é necessário é que queiram sair



daquelas instalações, o que seria óptimo, porque Paço de Arcos e nomeadamente aquele futuro Centro bem o mereceria.-----

-----Por último, observou que, se reuniu com as dez Juntas de Freguesia do Concelho com o objectivo de articular com as mesmas algumas actividades para o ano de dois mil e quatro, nomeadamente a criação de um espaço para exposições em cada uma delas. Esta seria uma iniciativa que não irá trazer custos com expressão para a Câmara, visto que é o aproveitamento de espaços já existentes e a possibilidade de os quatrocentos e cinquenta candidatos a expor no concelho de Oeiras, que estão neste momento em lista de espera, possam ter alguma expectativa de vazão, usando espaços de associações, ou outras estruturas existentes em cada freguesia, o que iria permitir que a concretizar-se no próximo ano e em dois mil e cinco, poderia haver três a seis exposições por freguesia e por ano, o que significa que no final de dois mil e cinco, houvesse cerca de sessenta exposições por ano, exposições estas que se podem chamar populares, visto que este espaços vão permitir principalmente aos fregueses e munícipes que apresentem actividades nesses locais.-----

-----Acrescentou ainda, que esta iniciativa vem permitir qualificar outros espaços, como o Palácio Ribamar, Palácio Anjos, ou o próprio Lagar do Azeite, etc., para outro tipo de exposições. -----

-----Referiu também que efectuou juntamente com alguns institutos culturais estrangeiros, sedeados em Portugal, visitas ao concelho, em sete locais diferentes. No próximo ano irão ter lugar no concelho de Oeiras, actividades internacionais com estes institutos, a preços muitos baixos, as quais também vêm permitir que a cultura desses países seja trazida ao concelho de Oeiras, dando como exemplo, que irá ser efectuada uma exposição com gravuras de Salvador Dali e outros autores, exposição esta que irá ficar em cerca de mil euros, na sua totalidade. -----

-----Para terminar, salientou que já comunicou à Senhora Presidente, de quem obteve já autorização a possibilidade de participar num grupo de trabalho inter-ministerial, o qual irá

coordinar e que será feito entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação. Este grupo de trabalho tem o objectivo de, no prazo de noventa dias, apresentar ao Governo um projecto de roteiros culturais para as escolas do País, que vai do pré-primário, até ao fim do ensino secundário, o qual tem por finalidade visar complementar o tempo lectivo, com actividade cultural, ou seja, quando os alunos saem das escolas saberem o que hão-de fazer, ao nível de excursões, visitas, etc., isto porque não há uma informação estruturada a nível nacional, nem padrões de informação, sendo portanto o seu objectivo criar uma rede de informação.

----- Referiu ainda, que este grupo de trabalho integra um representante do Instituto dos Museus, do Instituto do Património, do Instituto de Arte Contemporânea, do Departamento do Ensino Secundário e do Ensino Básico.

----- Sobre este assunto, pediu um parecer jurídico ao GCAJ da Câmara e à Direcção Regional de Administração Autárquica, no sentido de saber se haveria alguma incompatibilidade entre o seu regime nesta Câmara e o facto de poder desenvolver esta actividade, a qual é desenvolvida a título gratuito, tendo-lhe sido transmitido que não haveria incompatibilidade. Assim sendo, disse considerar que irá valer a pena desenvolver este trabalho, pois ele irá ser composto por quatro reuniões por mês, durante três meses.

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:

----- Reportando às questões levantadas pelos Senhores Vereadores, o Senhor Vice-Presidente começou por se referir à questão do Rossio de Porto de Salvo, que foi levantada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, frisando que, de facto, houve um aproveitamento político por parte de alguns partidos quando disseram que o que estava previsto para aquela zona era um projecto camarário, quando não era, ou seja, a Câmara única e simplesmente limitou-se a apreciar um projecto de uma entidade privada, que sujeitou à Câmara vários projectos, tendo sido alguns deles indeferidos, ficando este aprovado, pois reunia as condições que a Câmara previa para aquele espaço, louvando o PS representado na Câmara por partilhar da mesma



opinião. Por isso, tudo aquilo que se ouve das pessoas, do diz que disse, e por não terem conhecimento de causa quanto ao projecto anunciado para aquela zona. Compreende naturalmente os motivos que estão subjacentes a esta operação, nomeadamente em relação à Irmandade, que também está com certas dúvidas em relação a este projecto, mas não tem que ter qualquer problema, porque a Câmara vai financiar construção da sua obra social, bem como o lar e centro de dia, o centro social e paroquial, que irão constituir toda a panóplia de equipamentos que Porto Salvo não tem e que pode vir a ter o seu núcleo mais antigo bem apetrechado. -----

-----Em relação à questão que o Senhor Vereador Emanuel Martins colocou quanto ao facto de muitas pessoas não saberem ler um projecto, partilha da mesma opinião, ou seja, para colmatar essa situação poder-se-á elaborar uma maquete com o projecto aprovado, por forma a que a população fique informada plenamente daquilo que está projecto para aquela área. -----

-----Sobre este assunto usou de seguida da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, observando que o PS fez este pedido, porque foi propositadamente a uma Assembleia de Freguesia de Porto Salvo e fez uma intervenção como sendo público. A Câmara não se fez representar nessa reunião, o que acha lamentável, pois não estava ninguém naquela assembleia que pudesse prestar esclarecimentos suficientes às pessoas que ali estavam presentes. Também tem conhecimento que há alguns colegas seus do PS, que residem em Porto Salvo e que os conhece suficientemente como pessoas, que não estão contra o projecto, só por estarem contra: no entanto, para si seria muito mais cómodo ter ficado nas calmas e não ir lá dizer o que quer que fosse. - -----

-----Interveio novamente o **Senhor Vice-Presidente**, reportando-se a uma outra questão colocada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins e que diz respeito ao Sport Algés e Dafundo, ou seja, julga que a Câmara é uma parte para a resolução do problema, visto não lhe competir a resolução da situação, até porque essa tarefa cabe à Direcção e Associados do Sport Algés de Dafundo e à Administração Central; no entanto, o que tem estado a obstaculizar esta situação é o

facto de este Clube não querer mudar-se para o terreno que a Câmara iria dar e que fica na zona ribeirinha, porque tem estatuto de domínio público, mas apesar deste terreno ter este estatuto referiu que, na próxima reunião que tiver com a Administração do Porto de Lisboa, onde também irá estar presente a Senhora Presidente, vai inquirir no sentido de saber qual é de facto o estatuto pelo qual o terreno está abrangido. Lembrou ainda que, em mil novecentos e noventa e cinco o PS disse que iria desclassificar as zonas ribeirinhas, que não tinham estatuto portuário, o que não aconteceu. -----

----- Seguidamente, usou da palavra, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa**, esclarecendo a questão colocada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins e que consta do seguinte: foi convidado para ir à Assembleia de Freguesia de Carnaxide, para discutir problemas de segurança, e, no contexto da discussão sobre problemas de segurança em Carnaxide, foi abordado que os Bombeiros Voluntários já não vão a Outurela, devido ao facto de serem assaltados e que inclusivamente esta situação já foi objecto de notícia no jornal, ao que respondeu que, efectivamente veio uma entrevista no jornal, dada pelo Senhor Presidente dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, que ele próprio tinha falado com a parte operacional dos Bombeiros, onde lhe disseram que apesar de ter havido um problema faziam serviço normalmente. No contexto dessa conversa disse que, o que se passa por vezes e isto não é em relação ao Senhor Fernando Curto, pelo qual tem muita consideração, mas, na sua opinião, por vezes não se sabe diferenciar o Senhor Fernando Curto cidadão militante partidário e o Senhor Fernando Curto Presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide.-----

----- Referiu ainda que, não é a primeira vez que este Senhor confunde as situações e se ele fosse Vereador diria o mesmo, porque nenhum Vereador ou quase Vereador, ou Vereador em regime de substituição está isento às críticas e não tem um comportamento que não pode ser criticável e foi neste contexto que disse que aquando das eleições autárquicas, enquanto candidato pelo PS, tinha feito um comunicado aos Bombeiros, salientando que o que está aqui



em causa não é o comunicado, é a forma como o quis distribuir, forma essa que consistiu em emaná-lo para as direcções dos bombeiros e para os comandos para ser distribuídos entre si. -----

----- Acrescentou que, enquanto candidato pode distribuir o que quiser, mas eticamente e continua a dizê-lo não é correcto, na sua maneira de ver e na sua maneira de estar, que se mande para as direcções, seja qual for o partido, porque se fosse o seu condená-lo-ia na mesma, um comunicado partidário, ou uma carta partidária aos bombeiros, porque bombeiros são bombeiros, não são políticos. Na altura até deu um exemplo, que ele próprio durante as campanhas eleitorais e mais na última, uma vez que era o Vereador responsável pela Protecção Civil, houve algumas vezes pessoas do PSD que foram aos quartéis dos Bombeiros e ele ficou à porta, porque na sua situação entendia que não devia lá entrar. Observou que o que disse foi tudo isto e não retira nada do que disse. -----

----- A propósito deste assunto, usou novamente da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, frisando que o Senhor Vereador José Eduardo Costa ainda disse mais duas coisas, que quanto a si são reprováveis enquanto Vereador, ou seja, enquanto o Senhor Vereador exerce uma função paga pelo Estado, para depois utilizar a função que exerce, isto é, para interagir com os bombeiros não precisa de se deslocar ao quartel, pode simplesmente usar um telefone. -----

----- Realçou que já foi vereador de um pelouro e na altura, o então Presidente da Câmara fez um conjunto de promessas no âmbito do seu pelouro acerca de propostas que lhe fez, nomeadamente colocar caixas automáticas nos mercados e na altura da campanha eleitoral ninguém o ouviu pronunciar-se sobre essa matéria e isto aconteceu porque tem uma relação ética com a vida que diz o seguinte: entre delegado e delegante tem que haver compromisso e se não há compromisso não há delegado nem delegante, porque também só aceita delegação quando quer e ninguém o ouviu em campanha eleitoral falar em matérias que lhe foram delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara. Neste caso concreto não tem que haver confusões, uma vez que se está a falar de uma pessoa que não foi paga pela Câmara, para posteriormente utilizar esse seu

serviço na mesma para fazer a sua campanha eleitoral. -----

----- Referiu ainda, que o Senhor Vereador José Eduardo Costa pode achar que é pouco ético que o Senhor Fernando Curto diga que é bombeiro profissional e pode, embora não saiba a morada de todos os outros bombeiros, enviar a carta ao comando, dizendo que agradece que a ponha à disposição de todas as pessoas, o que pode parecer pouco ético, mas, quanto a si, é menos ético pessoas que estão sob a sua jurisdição trabalharem na Câmara Municipal e assinarem documentos, cujas situações já denunciou.-----

----- Observou, que continua a achar que o Senhor Vereador José Eduardo Costa é a pessoa mais disponível, com mais boa vontade, com vontade de ajudar dentro desta Câmara sendo este o conceito que tem da sua pessoa e repete-o tanto à frente de si próprio, como do público porque, a vida é só feita de uma maneira: ou morta, que é quando acaba, ou viva, mas continuando frisou que, há ainda outros dois erros e que dizem respeito à actividade do Senhor Vereador, porque por vezes também traz às reuniões problemas que quanto a si não deveriam ser trazidos da maneira como o são, ou seja, em relação aos Bombeiros de Carnaxide eles não foram proibidos de se deslocarem à Outurela pelo seu Presidente, o que acontece é que, como já foram apedrejados aquando de uma ida a este local, no futuro, se houver necessidade de ir lá novamente vão mas acompanhados de um carro da polícia, de modo a evitar situações como a que aconteceu e até já houve dois deputados municipais que foram inteirar-se desta situação de Outurela, nomeadamente uma situação que o PS viabilizou e que está de acordo, que é aquela que tem que ver com o comboio (como lhe chamam), e nesta situações as pessoas têm que decidir em conformidade e em consciência, dado que as pessoas têm o direito de decidir em consciência e não por rebanho e a verdade é que um dos carrinhos teve que lá ficar. -----

----- Agora queria dizer que isto aconteceu a ele e a outro deputado socialista que lá foram, sendo natural que os Bombeiros façam referência a esse facto, mas agora já não acha tão oportunamente a atitude do Senhor Vereador José Eduardo Costa, porque o Senhor Vereador conhece



melhor do que ele próprio de como é que tudo isso deve funcionar, e, provavelmente, pessoalmente, do ponto de vista ético, teria feito precisamente ao contrário do que o Senhor Vereador José Eduardo Costa aqui anunciou, ou seja, não entrava em contacto com o Comando porque este tem uma Direcção e era com essa Direcção que entrava em contacto a qual tinha que o informar porque é que disse o que disse e em que termos, visto ser a Câmara que os financia. --

----- Agora, não lhe parece que o Senhor Vereador José Eduardo Costa possa evocar o sentido ético, além de que até disse mais uma coisa, sobre a qual não ia falar, mas que é exactamente ao contrário, porque lhe assiste o direito de entrar em contacto com a Direcção, até porque é esta que faz os pedidos à Câmara e às vezes até são os mesmos membros que cá estão na Câmara que assinam e que dizem que pode ser, apesar dessa situação, actualmente, estar a melhorar. -----

----- Por conseguinte é a Direcção que faz os pedidos e é a Direcção que a Câmara financia, não é o corpo activo, pelo que não faz sentido que um vereador que não é ainda dirigente das Direcções dos Bombeiros se dirija ao corpo activo. -----

----- Assim, se por ter ouvido um boato acerca da Direcção dos Bombeiros, o que resolve fazer é ir falar como o corpo activo, pede imensa desculpa àquele Senhor Vereador mas tem que lhe dizer que verbera esse tipo de procedimento, embora o Senhor Vereador tenha o direito de achar que está correcto, mas pessoalmente também tem o direito de achar que não está, até porque o Vereador que é responsável pela Protecção Civil não é dirigente dos Bombeiros, não é Presidente de nenhuma Associação de Bombeiros, para falar com o corpo activo ou com o Comandante dos Bombeiros. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** observou que o Senhor Vereador Emanuel Martins está a falar de uma situação que não conhece, porque o que seria de si, quando há inundações e quando há problemas, se tivesse que contactar os Presidentes das Direcções para resolver as situações visto que a questão de socorro é uma questão operacional,

ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** observou estarem a falar de coisas diferentes, porque o Senhor Vereador não falou de uma situação operacional falou, sim, do “diz que disse”, ou seja, que ouviu dizer que os bombeiros por terem sido agredidos numa carrinha disseram que não iam lá mais e não procurou informar-se junto de quem teria, eventualmente, podido dar essa ordem, porque a verdade é que o Senhor Vereador não foi apanhado numa acção em que foram chamados os bombeiros e estes disseram que não iam. Portanto, não pode dizer que se tratou de uma questão operacional porque, na realidade, ouviu um rumor e provavelmente se fosse numa das muitas Corporações em que são colocados alguns dos seus elementos, ora nas Juntas de Freguesia, ora nos Bombeiros, ora onde se mudam uns para os outros, ora onde se mudam os Comandos a favor do bel-prazer da política dominante da terra, isto resolvia-se facilmente, mas como não é assim é preferível falar com o operacional e isso é outra das coisas que verbera, sem prejuízo da consideração que tem pelo Senhor Vereador. -----

----- Agora, tem que se convir que estas coisas são como são e não vale a pena andar a “tapar o sol com a peneira”, porque não é justo e o Senhor Vereador não tem o direito de puxar para a praça pública uma atitude tomada com toda a dignidade e com toda a frontalidade, pois não foi feita às escondidas e nem a pessoa em causa se escondeu nem arranjou uns amigos, não pôs uns homens de mão, nem semeou poder, visto que apenas escreveu uma carta e pediu para fazerem o favor de a distribuir. -----

----- Portanto, não é lícito que dois anos depois o Senhor Vereador chame isto à coacção para macular a atitude de uma pessoa, porque, eventualmente, achou que estava a agir mal quando afinal nem tinha agido já que nem sequer tinha dado instruções nesse sentido. -----

----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Luís Pires** dizendo que não tinha intenção de intervir, não fosse essa situação ter sido tornada numa situação para ser discutida pelo Executivo. Assim, referiu que apesar de toda a amizade e consideração que tem pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa não pode deixar, perante esta situação, em que dois anos depois de



um acto eleitoral e em que, por acaso, quem escreveu a carta estava envolvido numa campanha onde também participava e até era o número um da lista, de manifestar o seu desagrado quando se fala em falta de ética nessa carta, porque para si, falta de ética, foi a atitude e a falta de independência de quem recebeu a carta e a quem foi pedido, como elemento de uma Associação de Bombeiros Profissionais, para a mesma ser divulgada pelos bombeiros daquela corporação, e quem quisesse ler lia e quem não quisesse não lia, mas o que se constatou foi a falta de independência verificada nessa distribuição e a censura que foi feita não permitindo que esse pedido de esclarecimento e de informação político-profissional chegasse a essas pessoas. Além disso, falta de ética foi aquilo que se passou no mandato anterior em que, pessoalmente, foi censurado politicamente por alguns comandantes de corporações destes Bombeiros por ter as suas opiniões políticas que eram possivelmente contrárias às deles e aos interesses de algumas dessas pessoas. Acontece que foi censurado politicamente e não ouviu, antes pelo contrário, desta Câmara e da sua maioria política qualquer palavra ou qualquer manifestação de solidariedade, quando, na sua opinião, todos têm obrigação de defender aqui, pelo menos, duas coisas: a liberdade de expressão e a democracia.

Ora, quando exprimiu a sua opinião, fê-lo como direito que lhe assiste de ter uma opinião diferente àquela que era vigente na distribuição que era feita na altura e da forma como era feita, e que continua porque ainda não houve coragem para alterar, pelo que manifestou a sua opinião, o que foi o suficiente para receber faxes, e cartas censurando-o politicamente por ter tido a ousadia de ter uma opinião diferente dos iluminados comandantes que tiveram, realmente, a elegância de lhe escrever missivas bonitas que ainda hoje guarda com prazer porque são uma boa recordação em que pode verificar que determinadas pessoas, em certas alturas, gostam de dizer: “não faças o que não deves, mas a mim permitam-me que faça aquilo que me dá jeito”.

Interveio, seguidamente, o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** dizendo que se está aqui a empolar uma situação que não faz qualquer sentido e está-se também a criticar um

Vereador porque tomou uma posição. Ora, se cada vez que algum dos Vereadores toma uma posição, o Executivo se criticar desta forma veemente, crê que daqui e até ao final do mandato não vão fazer rigorosamente nada porque todos têm atitudes com as quais os outros podem não estar de acordo, até porque é muito natural que haja Vereadores que não concordam com aquilo que diz ou com aquilo que faz e, sobretudo, com a sua forma espontânea e muitas vezes alegre de intervir, sendo até natural que isso seja motivo, algum dia, de uma certa censura, mas é bom que se perceba que não estão aqui para levar as coisas ao limite, nem estão propriamente a um mês das eleições, razão pela qual considera que era bom que se tivesse alguma contenção na linguagem, pois, caso contrário, estão todos aqui a perder algum tempo. -----

----- Usou, seguidamente, da palavra a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** dizendo ser evidente que não vai intervir mais relativamente a este assunto dado que já muito foi dito sobre o mesmo, mas não pode deixar de dizer que subscreve inteiramente as palavras que foram proferidas pelos seus colegas de bancada e de manifestar também a maior solidariedade para com o seu camarada Fernando Curto que, aliás, faz parte da lista desta Vereação, ainda que como suplente. -----

----- De seguida interveio o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** para esclarecer qual a maneira de proceder do Vereador responsável pela Protecção Civil a fim de que não fiquem dúvidas no ar. Assim, referiu que, voltando dois anos atrás, deve esclarecer que, como todos calculam, não interveio minimamente na situação e crê que acreditam na sua palavra porque se há uma coisa que tem é ser uma pessoa directa e sincera, apesar de saber que há quem não goste mas o certo é que diz aquilo que pensa e até hoje nunca se arrependeu disso, porque está bem com a sua consciência e isso é o que lhe interessa, apesar de, por vezes, poder ser politicamente incorrecto mas também não está minimamente preocupado com isso. -----

----- Acrescentou que o que aconteceu é que teve conhecimento “à posteriori” que a carta não foi distribuída e quem ler na acta as palavras do Senhor Vereador Luís Pires fica com a ideia



de que a carta foi escrita como sendo da Associação dos Bombeiros Profissionais, mas a verdade é que a mesma foi escrita e subscrita como candidato partidário e nessa qualidade percebe que não tenha sido distribuída porque se fosse Comandante ou Presidente de Direcção não distribuía em qualquer quartel que fosse, uma carta partidária. Agora, se tivesse sido escrita e subscrita como Presidente da Associação dos Bombeiros Profissionais era uma situação totalmente diferente e, por isso, considera que não houve censura por parte das Corporações de Bombeiros, sendo que, na sua perspectiva, o que houve foi bom senso, o que é completamente diferente. -----

-----Por outro lado, deve esclarecer que discute as questões operacionais com os Comandos dos Bombeiros e quando há uma emergência qualquer são os Comandos que lhe telefonam ou vice-versa. Quanto às questões de subsídios, de cerimónias, etc., não discute com os Comandos mas sim com os Presidentes das Direcções.-----

-----Por conseguinte pretende que isto fique muito claro, assim como pretende que também fique muito claro que nunca interferiu nem interfere em eleições de Corporações de Bombeiros, e apesar de ter sido convidado, o que não é segredo, para se candidatar aos Corpos Gerentes dos Bombeiros de Paço de Arcos, de que é sócio, mas o que sempre disse foi que, enquanto fosse Vereador ia votar nas eleições, mas não seria membro de qualquer lista nem candidato a nenhum Órgão, porque enquanto Vereador responsável pela Protecção Civil quer estar equidistante de todos os Corpos Sociais das Corporações. -----

-----Por outro lado também deve esclarecer que, quando há problemas no seio das Associações, ouve sempre as várias partes e aquilo que recomenda a todos é que haja bom senso. Acrescentou que já houve problemas, neste mandato, em Carnaxide, que foram públicos e pessoalmente acha vergonhoso aquilo que veio publicado na imprensa, porque lavar roupa suja na praça pública é uma vergonha para todos, além de que coloca mal os Bombeiros e não A, B ou C; houve problemas em Algés, houve problemas em Barcarena e, após ter ouvido todos, aquilo que recomendou foi bom senso e sensatez porque estavam a desprestigar as Corporações

e os Bombeiros perante as respectivas populações, ao virem para a praça pública lavar roupa suja uns dos outros, até porque se calhar todos têm telhados de vidro e o melhor era não atirarem pedras uns aos outros. Por conseguinte, tanto a postura da Câmara Municipal, como a sua postura é esta.-----

----- Interveio, por último, o **Senhor Vereador Luís Pires** para realçar um pormenor que pensa ser importante e que consiste no facto de ter ouvido, mais do que uma vez, os elogios que foram tecidos os Senhor Vereador José Eduardo Costa, enquanto responsável da Protecção Civil no Concelho, nomeadamente pela Corporação dos Bombeiros de Carnaxide, dada a forma e a colaboração que sempre deu àquela Corporação, pelo que, na sua opinião, está fora de questão a equidistância que tem mantido na maneira como tem tratado todas as Corporações, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** respondeu ser uma questão de princípio.-----

17 - PROPOSTA Nº. 1507/03 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 1/03:-----

----- Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

18 - PROPOSTA Nº. 1512/03 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA DR. VICTOR SÁ MACHADO, Nº. 14, 3º. DTº., NO Bº. PÁTEO DOS CAVALEIROS, A FRANCISCO NOBRE EUSÉBIO:-----

----- Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

19 - PROPOSTA Nº. 1534/03 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO: -----

----- Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

20 - PROPOSTA Nº. 1602/03 - ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO JUNTO À GALERIA DE PASSAGEM ENTRE A LOJA 2-B E LOJA Nº. 4, NA RUA ANTÓNIO MACEDO, NO Bº. DO



POMBAL, EM OEIRAS:-----

-----Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

21 - PROPOSTA Nº. 1607/03 - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 765/03, DE 28 DE MAIO:-----

-----Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

22 - PROPOSTA Nº. 1648/03 - PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO Nº. 156 - AQUISIÇÃO DE 2 PARCELAS DE TERRENO, ABRANGIDAS PELO REORDENAMENTO VIÁRIO JUNTO AO MERCADO DE LECEIA - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 08/10/03 - PONTO 89:-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

-----“O reordenamento viário da envolvente ao Mercado de Leceia, tem como objectivo alterar o esquema de circulação vigente, com sentidos únicos em toda a envolvente ao referido equipamento municipal, assumindo assim a praça forma geométrica de uma rotunda ovalizada. --

-----Esta solução foi considerada a mais adequada dada a configuração e topografia da envolvente ao Mercado de Leceia se adaptarem a uma solução do tipo giratório em que a zona do mercado constitui a praça central. -----

-----Com esta solução de rotunda ovalizada, será eliminado o cruzamento da Rua da Fonte com a Rua Pedro Álvares Cabral, o cruzamento Rua da Fonte com a Estrada de Leceia e o cruzamento da Estrada de Leceia com a Dom Manuel Primeiro, eliminado tanto quanto possível, os pontos de conflito actuais, originados na sua maior parte pelas viragens à esquerda, obtendo-se grandes vantagens sobre o ponto de vista da segurança rodoviária, bem como, uma melhoria substancial na capacidade e fluidez de circulação.-----

----- Para ser implantada esta solução, tornou-se necessário adquirir a área adjacente ao Mercado de Leceia, composta por duas parcelas de terreno, a saber: -----

----- - Parcela de terreno com a área de duzentos e oitenta e quatro metros quadrados, que constitui o artigo mil e vinte e nove, rústico, secção vinte e sete, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, sob a ficha número mil cento e catorze, da Freguesia de Barcarena, que tem como proprietários a Senhora Maria Odete Pereira da Silva, a Senhora Julieta de Alegria Ferreira Moreira e o Senhor Fernando Madeira Alegria Ferreira, a que foi atribuído o valor total de dez mil setecentos e oitenta e cinco euros (área nove mil quinhentos e oitenta e cinco euros mais benfeitorias de mil e duzentos euros). -----

----- - Parcela de terreno com a área de cento e sessenta metros quadrados, que constitui o artigo seiscentos e dois, rústico, secção vinte e sete, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, sob o número cinco mil quatrocentos e cinquenta e três, a folha cinquenta e dois, do livro B-dezoito, da Freguesia de Barcarena, que tem como proprietários a Senhora Lídia Coelho Salgueiro, a Senhora Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira, a Senhora Margarida Maria Ribeiro Gomes Ferreira, o Senhor Júlio João Alves Ribeiro Gomes Ferreira, a Senhora Maria da Conceição Ferreira Flores, o Senhor João Pedro Salgueiro Gomes Ferreira e a Senhora Maria Teresa Gomes Ferreira Flores, a que foi atribuído o valor total de dois mil quinhentos e cinquenta euros. -----

----- Em, oito de Outubro de dois mil e três, foi deliberado em reunião de Câmara, adquirir ambas as parcelas pelo valor global de treze mil trezentos e trinta e cinco euros. -----

----- Todavia, por lapso, na proposta de deliberação número mil trezentos e noventa e três, de dois mil e três, aquando da descrição das parcelas e da referência aos valores a pagar, dois mil quinhentos e cinquenta euros, pela parcela dois (artigo seiscentos e dois) e nove mil quinhentos e oitenta e cinco euros, pela parcela um (artigo mil e vinte e nove), não se incluiu nesta última o valor das benfeitorias no montante de mil e duzentos euros, que assim perfaz o montante



avaliado pelo perito oficial, ou seja, dez mil setecentos e oitenta e cinco euros.-----

-----Pelo exposto, proponho que seja deliberado pagar aos proprietários da parcela um (artigo mil e vinte e nove) as benfeitorias realizadas, que de acordo com avaliação efectuada por perito oficial têm o valor de mil e duzentos euros e que por lapso não foram referidas na proposta de deliberação número mil trezentos e noventa e três, de dois mil e três, de oito de Novembro, embora o montante estivesse previsto no valor global dos treze mil trezentos e trinta e cinco euros, aprovado na citada proposta de deliberação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

23 - PROPOSTA Nº. 1649/03 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITUADA EM QUEIJAS - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 28/05/03 - PONTO 10: -----

-----I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta:---

-----“Considerando que em reunião camarária realizada em vinte e oito de Maio, de dois mil e três, e em reunião da Assembleia Municipal realizada em trinta de Junho, de dois mil e três, foi aprovada a desafectação do domínio público e integração no domínio privado do Município de uma parcela de terreno, situada em Queijas, destinada a acerto do lote de terreno propriedade da firma Ferreira Martins e Lopes, Limitada.-----

-----Considerando que para efeitos de registo da referida parcela de terreno, a favor do Município na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, se torna necessário identificar a referida parcela de uma forma mais específica e indicar a descrição predial, onde se encontra mencionada a integração no domínio público, do terreno cedido no âmbito do Alvará de Loteamento seis, de noventa, e donde esta irá ser desanexada.-----

-----Proponho que seja aprovada a desafectação do domínio público e integração no domínio privado de uma parcela de terreno com a área de cento e vinte e três metros quadrados,

situada em Queijas, a qual confronta a Norte com Ferreira Martins e Lopes, Limitada, a Poente com terrenos do domínio público e Ferreira Martins e Lopes, Limitada, a Sul com terrenos do domínio público e a Nascente com Estrada das Várzeas. A referida parcela será desanexada da área cedida para o domínio público, que se encontra identificada na ficha três mil oitocentos e oitenta e um da Freguesia de Carnaxide.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

24 - PROPOSTA Nº. 1650/03 - Pº. 143-DH/03 (VOL. I) - REPARAÇÃO DE 3 FRACÇÕES DE HABITAÇÃO SOCIAL: 1 NO Bº. DO POMBAL E 2 NO MOINHO DA PORTELA - ADJUDICAÇÃO - CP 05.01.03.15.: -----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo sido consultadas três entidades para adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, com o preço base de vinte e um mil quatrocentos e oito euros e setenta e quatro centimos, apenas uma das entidades convidadas apresentou proposta, conforme acto público, realizado no passado dia nove de Setembro do corrente ano; -----

----- Uma das entidades consultadas, a firma “Assuão - Engenharia e Construção, Limitada”, através da telecópia datada de oito de Agosto do corrente ano, informou de que, por motivos técnicos não lhe foi possível apresentar qualquer proposta.-----

----- Iniciada a análise da proposta admitida, de imediato, terminou esta com a formalização do relatório final junto à presente proposta.-----

----- Apesar da proposta apresentada ser de valor superior ao preço base - vinte e um mil quatrocentos e oito euros e setenta e quatro centimos - cerca de quatro vírgula oito por cento - esse facto, não é relevante ou considerado impeditivo da adjudicação.-----

----- O único concorrente foi ouvido, oficiosamente, em um de Outubro corrente, face às disposições contidas no número um do artigo centésimo primeiro do Regime Jurídico de



Empreitadas de Obras Públicas, conjugadas com as disposições do Código de Procedimento Administrativo, sobre a apreciação efectuada e que consta do relatório junto à presente proposta de deliberação. -----

----- A proposta apresentada avaliada de acordo com o critério aprovado apresenta o seguinte valor, com o prazo de execução de sessenta dias: -----

----- Único concorrente - CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima - vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e cinco céntimos. ---

----- Atendendo à apreciação efectuada pela respectiva comissão de análise das propostas, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- Ajustar directamente com a empresa “CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima”, de harmonia com o disposto na alínea d) do número dois do artigo quadragésimo oitavo do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, alterado pela Lei número cento e sessenta e três, de mil novecentos e noventa e nove, de catorze de Setembro, conjugada com a parte final do número um do seu artigo centésimo trigésimo segundo, por preço global, a empreitada designada em epígrafe, pela importância total de vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e cinco céntimos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em vigor, cinco por cento, com um prazo de execução de sessenta dias. -----

----- Notificar a empresa preferida, tendo em consideração o estipulado no artigo centésimo décimo do Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas, da deliberação tomada, a fim de que preste a caução devida, comunicando-se a mesma, de acordo com o contido no seu número três, aos concorrentes preteridos, no prazo de quinze dias, após a prestação da referida caução, comunicação que será acompanhada do relatório justificativo, o qual conterá os fundamentos da apreciação da proposta, bem como as suas características e vantagens.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

25 - PROPOSTA Nº. 1651/03 - TRANSFERÊNCIA DO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA FRANCISCA GUERREIRO CANTIGAS, PARA O FOGO SITO NA RUA COMISSÃO DE MORADORES, Nº. 3, 1º. ESQº., Bº. RIBEIRA DA LAGE: -----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da informação número dois mil seiscentos e dezanove, de dois mil e três, do Departamento de Habitação, e despacho nela exarado propõe-se: -----

----- Um - A transferência, do agregado referido em epígrafe, do fogo T Três sito na Rua Gaspar Corte Real, número três, terceiro esquerdo, do Bairro dos Navegadores, para o fogo T Três, sito na Rua Comissão de Moradores, número três, primeiro esquerdo, do Bairro da Ribeira da Lage.-----

----- Dois - Fixação de uma renda mensal no valor de duzentos e três euros e oitenta e três centimos, a vigorar a partir de um de Janeiro de dois mil e três.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

26 - PROPOSTA Nº. 1652/03 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE DEVOLVIDO POR FALTA DE PROVISÃO: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através do Serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que o cheque número um bilião cento e trinta e cinco milhões oitocentos e setenta e um mil oitocentos e sessenta, sobre a Caixa Geral Depósitos, na importância de duzentos e cinquenta euros, em nome de Cravo Serrano C.I. Exportação, Sociedade Anónima, tendo sido devolvido com a indicação de “falta de provisão”.-----

----- O cheque supramencionado destinava-se ao pagamento da terceira prestação da coima aplicada aos processos de contra-ordenação número novecentos e dezanove, de dois mil e um, novecentos e trinta e quatro, de dois mil e um, e novecentos e trinta e cinco, de dois mil e um, através da guia F zero sete, número oito mil cento e noventa e sete, de dezassete de



Novembro de dois mil e três.-----

-----Propõe-se, nos termos do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita no valor de duzentos e cinquenta euros, correspondente ao cheque devolvido.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

27 - PROPOSTA Nº. 1653/03 - Pº. 383-DIM/DOM/00 - RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DO Bº. DA MEDROSA, EM OEIRAS - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS DE NATUREZA NÃO PREVISTA - CP 09.01.03.54.: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em reunião de Câmara de dez de Outubro de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à firma Jocartécnica - Construções e Obras Públicas, Limitada, pela importância de quinhentos e trinta e três mil duzentos e setenta euros e trinta e quatro cêntimos, com o prazo de execução de oito meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Segundo a informação número setecentos e sete, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, através da carta referência dois mil cento e setenta e um barra PM barra JCT, de dois mil e três, de vinte e sete de Outubro de dois mil e três, vem a firma adjudicatária, Jocartécnica, Limitada, apresentar uma proposta de preço para o trabalho de execução de caixas de ramal de águas, que não foi previsto na empreitada. -----

-----O trabalho acima mencionado resulta da omissão no mapa de medições, que não contemplou a execução de caixas de ramal de água, cuja execução se apresenta necessária ao acabamento completo da empreitada. -----

-----Ainda segundo a mesma informação, a percentagem do trabalho a mais é de zero vírgula dezoito por cento, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do preço unitário;-----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de novecentos e trinta e cinco euros, acrescido do respectivo IVA.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**28 - PROPOSTA Nº. 1654/03 - Pº. 242-DIM/DOM/01 - URBANIZAÇÃO DE VILA FRIA -
ESPAÇOS EXTERIORES - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS - CP 10.01.03.26.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Em reunião de Câmara de vinte e cinco de Setembro de dois mil e dois, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe à empresa Solátia - Sociedade Nacional de Investimento Imobiliário, Sociedade Anónima, pela importância de seiscentos e cinquenta e um mil duzentos e noventa e oito euros e trinta cêntimos, com o prazo de execução de doze meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. ---

----- Segundo a informação número seiscentos e vinte e um, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, de acordo com os dados em análise e tratando-se a presente empreitada de uma empreitada por série de preços, os trabalhos que ora se propõem para aprovação resultam da estimativa baixa das quantidades de trabalho da espécie escavação. O tipo série de preços aplica-se quando não se pode definir, com precisão contratual, quais as espécies e quantidades de trabalho que vão ser necessários para que se termine a obra de forma completa e útil. Não obstante, para se classificar os trabalhos ora propostos como trabalhos a mais, ainda que de natureza prevista, cumpre verificar se reúnem os requisitos legais previstos no artigo vigésimo sexto e no quadragésimo quinto do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Assim: -----

----- - As quantidades em causa não foram previstas no contrato inicial;-----

----- - Destinam-se à realização da mesma empreitada, isto é, são indubitablemente necessários à conclusão completa da empreitada, de modo a que sejam atingidos os objectivos



pretendidos de acordo com o projecto da obra e, em consequência, o interesse público subjacente à mesma; -----

----- - São necessários em consequência de uma circunstância que, a não ser imprevista, é pelo menos de difícil previsão, pela própria natureza desta espécie de trabalhos (isto é, a dificuldade de calcular com precisão quais as quantidades de facto necessárias para a espécie escavação de toda a obra), aliado à circunstância de ter havido uma omissão no projecto inicial que condicionou a elaboração das medições finais no que concerne a este capítulo, o dono da obra não podia prever de modo indelével quais as quantidades efectivamente necessárias;-----

----- - Não podem ser técnica nem economicamente separadas do contrato inicial sem que daí resulte grave inconveniente para o dono da obra, para os trabalhos em causa, não faz qualquer sentido abrir um procedimento ou ter um empreiteiro distinto a escavar as quantidades em falta, para não falar nos custos e dispersão de responsabilidades (dos empreiteiros) consequentes.-----

-----No que respeita ao controlo de custos, os trabalhos representam dois vírgula trinta por cento do valor do contrato, e o acumulado de trabalhos a mais é de cinco vírgula vinte e um por cento, pelo que, estão dentro dos limites impostos pelo artigo quadragésimo quinto do diploma retro referido. -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais, acrescido do respectivo IVA; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de quinze mil setecentos e treze euros e vinte cêntimos, o qual inclui a importância de setecentos e quarenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à Solátia - Sociedade Nacional de Investimento Imobiliário, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º.

AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.49.:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por despacho proferido em vinte e nove de Abril de dois mil e três, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, pela importância de cento e dezanove mil quatrocentos e um euros e setenta e oito cêntimos, com o prazo de execução de cento e vinte dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de dezassete mil cento e quarenta e quatro euros e setenta e um cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número setecentos e dez, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de dezoito mil e dois euros, o qual inclui a importância de oitocentos e cinquenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à Empresa Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

30 - PROPOSTA Nº. 1656/03 - Pº. 28-DIM/DOM/03 - RDL 1/03 - REPARAÇÃO DE

ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO

3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.51.:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por despacho proferido em vinte e nove de Abril de dois mil e três, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à Empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela



importância de sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos, no montante global de dezassete mil cento e onze euros e oitenta e quatro cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Segundo a informação número setecentos e um, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de dezassete mil novecentos e sessenta e sete euros e quarenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de oitocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 1657/03 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO VICENTE FERREIRA, 5-A, NO Bº. CDH DO POMBAL, A NUNO MIGUEL MARQUES PEREIRA: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Na sequência da informação número dois mil cento e sessenta e dois, de dois mil e três, do Departamento de Habitação, de dezasseis de Setembro, e do despacho a ela exarado, propõe-se: -----

-----Um - O reajustamento tipológico do Senhor Nuno Miguel Marques Pereira residente num fogo T Dois, no Bairro dos Navegadores, na Avenida Gaspar Corte Real, vinte e cinco-A, para um fogo de tipologia adequada à composição do seu agregado familiar; -----

-----Dois - A atribuição do fogo de tipologia T Zero, sito no Bairro CDH do Pombal, na Rua António Vicente Ferreira, cinco-A, ao Senhor Nuno Miguel Marques Pereira; -----

----- Três - A manutenção da mesma renda apoiada mensal.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

32 - PROPOSTA Nº. 1658/03 - REGTº. 38303/03 - PROCº. 1642/59 - (12º. VOL.) - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS, SOLICITADA PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Através do registo número trinta e oito mil trezentos e três, de dois mil e três, vem a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, solicitar que lhe seja devolvida a importância de dois mil quatrocentos e vinte euros e quarenta e seis cêntimos, referente à licença de construção setecentos e dezanove, emitida em três de Outubro de dois mil e três, invocando para tal que são Instituição de Utilidade Pública Administrativa, conforme declaração publicada no Diário da República, Terceira Série, número cento e quarenta e seis, de vinte e sete de Junho de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Neste contexto e de acordo com o capítulo segundo, artigo terceiro a), da Tabela de Taxas “pode a Câmara Municipal de Oeiras isentar do pagamento de taxas do licenciamento de obras de construção promovidas por pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública”, considera-se que a pretensão da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, pode merecer a aceitação desta edilidade. -----

----- Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar a isenção do pagamento de taxas à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral tendo em conta que é reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.-----

----- - Aprovar a devolução à requerente da importância paga, referente à licença de construção número setecentos e dezanove, de três de Outubro de dois mil e três, no valor de dois mil quatrocentos e vinte euros e quarenta e seis cêntimos. -----

----- - Comunicar à requerente o teor da presente deliberação.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

33 - PROPOSTA Nº. 1659/03 - PROJECTO DE EXECUÇÃO DO AUDITÓRIO MUNICIPAL DO ALTO DA BARRA - CP 02.01.03.03.: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“No âmbito da Recuperação das antigas salas de cinema nas Galerias Comerciais do Alto da Barra, desenvolveram-se estudos com vista à remodelação e construção do Auditório Municipal do Alto da Barra.-----

-----Neste contexto e após a conclusão dos estudos com vista à remodelação do referido equipamento foi executado o Projecto de Execução. -----

-----Nesta conformidade, propõe-se a aprovação do Projecto de Execução para o Auditório Municipal do Alto da Barra.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

34 - PROPOSTA Nº. 1660/03 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR - CP 01.05.13.01.: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um - Introdução -----

-----O Decreto-Lei número trezentos e noventa e nove-A, de oitenta e quatro, de vinte e oito de Dezembro, regula a transferência para os Municípios das novas competências em matéria de Acção Social Escolar, no domínio dos auxílios económicos destinados às crianças do primeiro ciclo do ensino básico. Por auxílios económicos entendem-se os subsídios destinados a comparticipar nas despesas escolares do aluno, inerentes à frequência das aulas (artigo décimo terceiro), nomeadamente o subsídio para livros e material escolar. Por material escolar entende-se não só o de uso corrente, como outro material necessário ao desenvolvimento das actividades curriculares. -----

-----Para obterem o referido subsídio os pais e encarregados de educação devem

preencher o modelo de candidatura, e entregá-lo na escola dentro do prazo estipulado para o efeito. Posteriormente, cabe à Delegação Escolar e às escolas com autonomia a análise dos pedidos apresentados e a resposta à Câmara.

Assim, a Delegação Escolar de Oeiras bem como a EB Um Outurela/Portela solicitam à Autarquia subsídio para livros e material escolar para trinta alunos carenciados que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico em onze escolas do Concelho.

Dois - Proposta

Nesta conformidade, e tendo por base a proposta apresentada na reunião do Conselho Consultivo de Acção Escolar, proponho:

Dois.um - A atribuição do subsídio para livros e material escolar a vinte e seis alunos carenciados inseridos no Escalão A e quatro alunos carenciados inseridos no Escalão B, perfazendo um total de trinta alunos carenciados, de onze escolas do primeiro ciclo do ensino básico, com um valor global de oitocentos e três euros, conforme listagem que a seguir se transcreve.

Dois.dois - Comunicação às escolas.”

“Relação Nominal para Concessão de Subsídio de Livros e Material Escolar

Ano Lectivo dois mil e três - dois mil e quatro

Escola / Número de alunos (Escalão A) vinte e oito euros e cinquenta cêntimos / Número de alunos (Escalão B) quinze euros e cinquenta cêntimos / Número de alunos sem direito / Valor do subsídio a atribuir por Escola:

EB Um Número Um de Algés / dois / zero / zero / cinquenta e sete euros;

EB Um de Outurela/Portela / dois / zero / zero / cinquenta e sete euros;

EB Um do Dafundo / zero / três / zero / quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos;

EB Um Número Um de Oeiras / sete / zero / zero / cento e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos;



-----EB Um Número Dois de Oeiras / três / zero / zero / oitenta e cinco euros e cinquenta cêntimos;-----

-----EB Um Número Três de Oeiras / dois / zero / zero / cinquenta e sete euros;-----

-----EB Um do Murganhal / zero / um / zero / quinze euros e cinquenta cêntimos; -----

-----EB Um Número Um de Porto Salvo / dois / zero / zero / cinquenta e sete euros; -----

-----EB Um Pedro Álvares Cabral / cinco / zero / zero / cento e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos; -----

-----EB Um da Laje / dois / zero / zero / cinquenta e sete euros;-----

-----EB Um Número Dois de Linda-a-Pastora / um / zero / zero / vinte e oito euros e cinquenta cêntimos; -----

-----Valores totais / vinte e seis / quatro / zero / oitocentos e três euros;-----

-----Total alunos com direito / trinta.-----

-----Total processos / trinta”.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

35 - PROPOSTA Nº. 1661/03 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ANPES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO, NO ÂMBITO DO SEMINÁRIO SUBORDINADO AO TEMA: “EDUCAÇÃO SEXUAL EM CONTEXTO ESCOLAR” - CP 01.05.13.10.:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um - Introdução -----

-----A Associação Nacional dos Professores do Ensino Secundário (ANPES), em colaboração com a Associação de Professores Pró-Ordem, realizou no dia vinte e cinco de Novembro de dois mil e três, no Centro de Apoio Social de Oeiras, um seminário para professores que congregou elevado interesse e participação e em que a Câmara esteve representada, subordinada ao tema: “Educação Sexual em Contexto Escolar”.-----

----- Dois - Proposta -----

----- Face à validade do trabalho habitualmente desenvolvido por esta Associação, propõe-se: -----

----- Dois.um - A concessão de um apoio financeiro à ANPES, no valor de duzentos e cinquenta euros, como comparticipação nas despesas inerentes à organização da acção. -----

----- Dois.dois - Pagamento sequente.-----

----- Dois.três - Comunicação à Associação.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

36 - PROPOSTA Nº. 1662/03 - REQTº. 1834/01 APENSO AO PROCº. 7034-PV/96 - CEDÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA O REPERFILAMENTO DO ACTUAL CAMINHO DAS PEDREIRAS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

----- “Através do requerimento número mil oitocentos e trinta e quatro, de dois mil e um, vêm Luís Alves Diniz e Maria de Lurdes da Fonseca Diniz, na qualidade de proprietários de um prédio denominado por Horta do Meio, em Leião - Barcarena apresentar um pedido de autorização de cedência de uma parcela com a área de noventa e dois vírgula dois metros quadrados. -----

----- Através da informação técnica número mil quatrocentos e nove, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, verificou-se o seguinte: -----

----- Trata-se de uma parcela de terreno com a área de noventa e dois vírgula dois metros quadrados com vista a integrar o domínio público municipal para o reperfilamento do actual Caminho das Pedreiras e que passará a ter as seguintes confrontações: a Norte com José João Ramos Diniz, a Sul com José João Ramos Diniz, a Nascente com o próprio, e a Poente com o Caminho das Pedreiras.-----



----- A referida parcela de terreno faz parte de um prédio descrito sob a ficha número dois mil oitocentos e onze, da Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras e omissa na matriz. -----

----- De acordo com a operação de loteamento, processo número onze mil duzentos e um, de dois mil, apenso ao processo número duzentos e noventa e dois, de dois mil, aprovada em reunião de Câmara a dezoito de Abril de dois mil e um, segundo proposta de deliberação número seiscentos e sessenta e nove, de dois mil e um, verifica-se que a parcela de terreno em questão está em conformidade com o referido loteamento, o qual prevê a respectiva cedência para via e passeio (reperfilamento do caminho existente). -----

----- Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aceitar a cedência de uma parcela com a área de noventa e dois vírgula dois metros quadrados com vista a integrar o domínio público municipal para o reperfilamento (via e passeio) do actual Caminho das Pedreiras, cujo prédio se encontra descrito sob a ficha número dois mil oitocentos e onze, na Conservatória do Registo Predial de Oeiras e omissa na matriz. ---

----- - Comunicar aos requerentes o teor da presente deliberação. -----

----- - Emitir duas certidões a fim de que os requerentes procedam à inscrição da cedência junto à Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

37 - PROPOSTA Nº. 1663/03 - REQTº. 1373/01 APENSO AO PROCº. 1730-PB/98 E 292/00 (1º. E 2º. VOL.) - CEDÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA O REPERFILAMENTO DO ACTUAL CAMINHO DAS PEDREIRAS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

----- “Através do requerimento número mil trezentos e setenta e três, de dois mil e um, vem José João Ramos Diniz na qualidade de proprietário de um prédio denominado por Horta do

Meio, em Leião - Barcarena, apresentar um pedido de autorização de cedência de uma parcela com a área de cento e trinta e seis metros quadrados. -----

----- Através da informação técnica número mil quatrocentos e oito, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, verificou-se o seguinte: -----

----- Trata-se de uma parcela de terreno com a área de cento e trinta e seis metros quadrados com vista a integrar o domínio público municipal para o reperfilamento do actual Caminho das Pedreiras e que passará a ter as seguintes confrontações: a Norte com Joaquim Diniz, a Sul com Luís Alves Diniz, a Nascente com o próprio, e a Poente com o Caminho das Pedreiras. -----

----- A referida parcela de terreno faz parte de um prédio correspondente ao artigo quingentésimo nono, secção vinte e seis, descrito sob a ficha número mil cento e vinte e cinco barra cento e trinta mil oitocentos e noventa e um, da Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras. -----

----- De acordo com a operação de loteamento, processo número onze mil duzentos e um, de dois mil, apenso ao processo número duzentos e noventa e dois, de dois mil, aprovada em reunião de Câmara a dezoito de Abril de dois mil e um, segundo proposta de deliberação número seiscentos e sessenta e nove, de dois mil e um, verifica-se que a parcela de terreno em questão está em conformidade com o referido loteamento, o qual prevê a respectiva cedência para via e passeio (reperfilamento do caminho existente). -----

----- Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aceitar a cedência de uma parcela com a área de cento e trinta e seis metros quadrados com vista a integrar o domínio público municipal para o reperfilamento (via e passeio) do actual Caminho das Pedreiras, cujo prédio corresponde ao artigo quingentésimo nono, secção vinte e seis, descrito sob a ficha número mil cento e vinte e cinco barra cento e trinta mil oitocentos e noventa e um, na Conservatória do Registo Predial de Oeiras, nos termos



da informação técnica número mil quatrocentos e oito, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento; -----

----- - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação; -----

----- - Emitir duas certidões a fim de que o requerente proceda à inscrição da cedência junto à Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

38 - PROPOSTA Nº. 1664/03 - RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS - RUA FEBUS MONIZ - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS - CP 02.03.02.10.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização do Departamento de Projectos Especiais foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos contratuais referente a trabalhos executados no âmbito da empreitada de “Recuperação e Beneficiação do Centro Histórico de Oeiras - Rua Febus Moniz”, adjudicada à empresa “Mateus & Seabra Nascimento, Limitada”, pelo valor de cento e vinte e quatro mil cento e noventa e seis euros e um cêntimo, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. ---

----- As obras estão a decorrer a bom ritmo. -----

----- O adjudicatário enviou à Câmara a situação de trabalho número um, com a descrição dos trabalhos já executados, no valor de vinte e quatro mil setecentos e noventa e três euros e trinta e nove cêntimos. -----

----- A Fiscalização do Departamento de Projectos Especiais em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o previsto. -----

----- Assim e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- - A aprovação e subsequente liquidação do presente auto de medição, no valor de vinte e quatro mil setecentos e noventa e três euros e trinta e nove cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, no valor de mil duzentos e trinta e nove euros e sessenta e sete

cêntimos, totalizando a importância de vinte e seis mil trinta e três euros e seis céntimos.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

39 - PROPOSTA Nº. 1665/03 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA - CP 11.02.09.02:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição, referente ao terceiro trimestre de dois mil e três. -----

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo, a transferência de dezanove mil oitocentos e vinte e dois euros e dezanove céntimos, para a Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado entre a CMO e aquela Autarquia.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

40 - PROPOSTA Nº. 1666/03 - REQTº. 11509/03 APENSO AO PROCº. 6770-PL/97 (15º. VOL.) - ALTERAÇÃO AO A.L. 13/99 - ALTO DE ALGÉS - PROMAX - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

----- “Através do requerimento número onze mil quinhentos e nove, de dois mil e três, vem a Promax - Promoção Imobiliária, Sociedade Anónima, solicitar a alteração ao Alvará de Loteamento treze, de noventa e nove, inserido no Plano de Pormenor do Alto de Algés.-----

----- A alteração proposta surge no decurso do projecto de licenciamento de alterações para o lote número quarenta e um, em que é previsto mais um piso em cave, devido à profundidade das fundações, uma vez que a constituição geológica do terreno assim o obrigava.-

----- Este piso é destinado a arrecadações afectas aos fogos e a uma sala de apoio ao



condomínio e não implica alterações na volumetria do edifício. -----

----- Através da informação técnica número mil trezentos e noventa e seis, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, foi analisado o assunto tendo-se concluído tratar-se de uma alteração ao Alvará de Loteamento treze, de noventa e nove, em regime simplificado, enquadrada no ponto oito do artigo vigésimo sétimo do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho. -----

----- Nesta conformidade, não se vê inconveniente na alteração solicitada pela requerente, podendo merecer a aceitação da Câmara. -----

----- Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar a alteração ao Alvará de Loteamento número treze, de noventa e nove - Alto de Algés, enquadrada no ponto oito do artigo vigésimo sétimo do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho, de acordo com o preconizado na informação técnica número mil trezentos e noventa e seis, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento; -----

----- - Dar conhecimento à requerente da presente deliberação.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

41 - PROPOSTA Nº. 1667/03 - REQTº. 12491/03 APENSO AO PROCº. 410/02, EM NOME DE EDUARDO TRIGO DE MORAIS - JUNÇÃO DE ELEMENTOS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

----- “Através do requerimento número doze mil quatrocentos e noventa e um, de dois mil e três, vem Eduardo Trigo de Moraes, solicitar o aditamento ao pedido de informação prévia para os prédios localizados na Rua Nova Stella, em Caxias, constituídos por dois lotes contíguos, com a área total de dois mil oitocentos e três vírgula vinte e cinco metros quadrados. -----

----- Foi elaborada a informação técnica número novecentos e setenta e seis, de dois mil e três, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, Divisão de Planeamento, tendo-se verificado que se trata de uma área de intervenção inserida num quarteirão consolidado do Aglomerado Urbano de Caxias-Laveiras, confinante a Nascente com o empreendimento habitacional da Gibalta, a Sul limitada pela Estrada da Gibalta e a Poente e Norte confrontando com moradias unifamiliares. -----

----- Deste modo, tendo em conta alguns reajustamentos indispensáveis à regularização do processo apresentados na sequência de recomendações e orientações técnicas transmitidas anteriormente ao requerente, particularmente no que respeita ao cumprimento do artigo trigésimo sexto, do Plano Director Municipal, determinante para a regularização e aprovação do processo em causa, considera-se que o assunto se encontra em condições de merecer a aceitação da Câmara. -----

----- Face ao que antecede proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o presente aditamento à operação de loteamento, de acordo com os fundamentos expressos na informação técnica número novecentos e setenta e seis, de dois mil e três, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, Divisão de Planeamento; -----

----- - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.” -----

----- II - A Câmara, por maioria, com abstenção da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, deliberou aprovar o proposto. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** justificou a sua abstenção dizendo que, tal como já tem referido várias vezes, é contra os condomínios fechados, que ferem os seus princípios, porque em relação às questões urbanísticas aquilo que pensa é que todos devem pugnar para que o espaço público de todos os edifícios e de todos os condomínios seja de qualidade e tenha as condições de segurança necessárias para uma sã convivência de todos os que usufruem desse espaço e daí ser frontalmente contra a proliferação de condomínios fechados



em todo o País. -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse respeitar a opinião da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, mas deve esclarecer que o seu voto é favorável porque aquilo que gosta é que as pessoas vivam bem e conforme gostam de viver. Se os condomínios privados existem e se as pessoas os ocupam é porque é assim que gostam de viver; a si não o fere porque passa por eles e não tem nada a ver com isso, razão pela qual não tem que votar contra, nem abster-se e viabiliza estas situações se, tecnicamente e do ponto de vista da lei, não foram ilegais. -----

----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Luís Pires** dizendo não poder deixar de defender a liberdade de acesso à opinião que cada um tem. No entanto, deve acrescentar que pela explicação técnica que foi dada em relação a este projecto, considerou-o um projecto bastante interessante, razão pela qual não se sente à vontade para impor a quem goste de viver em condomínios fechados que não o faça, até porque pessoalmente lhe agradaria viver num, além de que pessoas bem mais ilustres, incluindo algumas do seu partido, residem em condomínios fechados porque sentiram que era essa a melhor forma de terem paz e sossego nas suas vidas. Assim sendo, não pode votar contra, nem abster-se relativamente a um projecto que, tal como já disse, é muito interessante. -----

**42 - PROPOSTA Nº. 1668/03 - REQTº. 17268/03 APENSO AO PROCº. 251/03 - PROJECTO DE
LOTEAMENTO - ALTO DE ALGÉS REQUERIDO PELA EMPRESA DOSIOBRAS, LDª. E A
COOPERATIVA HABIJAMOR, C.R.L.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

----- “Pela empresa Dosiobras, Limitada, e a Cooperativa Habijamor, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, foi submetido para apreciação da CMO um projecto de loteamento para as suas propriedades, em Algés. -----

----- Trata-se de um loteamento com a área total de quinze mil cento e vinte e três metros quadrados, que face ao Plano Director Municipal, localiza-se em “Espaço Urbanizável” do aglomerado de Algés/Miraflores, para o qual foi desenvolvido o Plano de Pormenor do Alto de Algés - (P.P.A.A.), publicado na Segunda Série do Diário da República, de vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- A área de intervenção abrange os núcleos dois (parte), dois A, três e quatro (parte) do P.P.A.A. constituídos pelas unidades quarenta e cinco, parte da quarenta e seis, parte da quarenta e sete, quarenta e oito, quarenta e nove, cinquenta, cinquenta e um, cinquenta e dois, cinquenta e três, cinquenta e quatro, parte da cinquenta e seis, cinquenta e sete, cinquenta e oito, cinquenta e nove e parte da sessenta. -----

----- Da observação efectuada aos parâmetros urbanísticos, através da informação precedente com o número mil cento e sessenta e oito, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, verificou-se existir a necessidade de se procederem a algumas correcções.-----

----- Mediante a apresentação do requerimento número dezassete mil duzentos e sessenta e oito, de dois mil e três, vêm as requerentes colmatar as deficiências indicadas, sendo que os elementos agora apresentados foram analisados através da informação técnica número mil trezentos e oitenta e um, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, na qual se concluiu que o processo reúne condições de merecer a aprovação da Câmara. -----

----- Neste contexto, proponho à Câmara que delibere:-----

----- Aprovar o Projecto de Loteamento sito no Alto de Algés em nome da Dosiobras, Limitada, e Habijamor, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, nos termos expressos nas informações números mil cento e sessenta e oito e mil trezentos e oitenta e um, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento;-----

----- Dar conhecimento às requerentes, da presente deliberação.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----



43 - PROPOSTA Nº. 1669/03 - REQTº. 11272/03 APENSO AO PROCº. 26/02 - CEDÊNCIA DE TERRENO INSERIDA NO PLANO DE PORMENOR DO ALTO DE ALGÉS - CERÂMICA DE MONTARGILA, S.A.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

----- “Através do requerimento número onze mil duzentos e setenta e dois, de dois mil e três, vem a Cerâmica de Montargila, Sociedade Anónima, solicitar a cedência de uma parcela de terreno com a área de três mil quinhentos e doze vírgula cinquenta metros quadrados inserida no Plano de Pormenor do Alto de Algés.-----

----- Mediante a informação técnica número mil trezentos e trinta e cinco, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, foi analisado o assunto e verificado o seguinte: -----

----- No âmbito do pedido de licenciamento do loteamento para o núcleo onze do Plano de Pormenor do Alto de Algés, processo número vinte e seis, de dois mil e dois, propriedade da sociedade Cerâmica de Montargila, Sociedade Anónima, foi aprovado que a referida parcela de terreno deveria ser cedida até à emissão do Alvará de Loteamento, sendo o seu valor deduzido nos encargos que decorrem da aplicação do modelo de gestão urbanística do Plano.-----

----- Este terreno está definido como encargo global do Plano, sendo o seu valor de quinhentos e quarenta e dois mil setecentos e sessenta e um euros e trinta céntimos (cento e oito mil oitocentos e treze contos e oitenta e sete escudos igual a cinquenta e seis mil cento e oitenta e cinco contos e vinte escudos (valor inicial do terreno) mais valorização média do Plano noventa e três vírgula sessenta e sete por cento), já apurado aquando do pedido de emissão do Alvará de Loteamento da propriedade confinante. -----

----- Deste modo e no que concerne à aplicação do Modelo de Gestão Urbanística do Plano considera-se de proceder à aplicação dos seguintes valores: -----

----- A pagar - a receber -----

----- - Encargos globais - duzentos e oitenta e seis mil cento e noventa contos -;-----
----- - Compensação urbanística - duzentos e vinte mil oitocentos e vinte e sete contos -
....; -----
----- - Valor dos terrenos a ceder em encargos globais - ... - duzentos e trinta e seis mil
oitocentos e cinquenta e um contos; -----
----- - Valor da parcela a ceder e não incluída no loteamento - ... - cento e oito mil
oitocentos e catorze contos; -----
----- - Obras que se propõe realizar em encargos globais - ... - oitenta e seis mil duzentos
e noventa e nove contos; -----
----- O valor final a pagar será de setenta e cinco mil e cinquenta e três contos mais taxas
urbanísticas, acrescido da devida actualização, uma vez que se tratam de valores à data de
execução do Plano. -----

----- Face ao que antecede proponho à Câmara que delibere:-----
----- - Aprovar a aceitação da referida parcela de terreno, devendo o acerto de contas ser
feito com a emissão do Alvará de Loteamento, nos termos indicados na conclusão da informação
técnica número mil trezentos e trinta e cinco, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento; -----
----- - Remeter à Divisão Administrativa - Secção de Notariado para a realização da
respectiva escritura; -----
----- - Comunicar à firma requerente o teor da presente deliberação.” -----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 1670/03 - REQTº. 16433/03 APENSO AO PROCº. 204/01 (2º. E 1º. VOL.) -
JUNÇÃO DE ELEMENTOS RELATIVOS A UM PEDIDO DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
DE TERRENO LOCALIZADO EM LEIÃO-TALAÍDE APRESENTADO POR OEIRAS PARQUE
- INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela



Senhora Presidente:-----

-----“Pela Oeiras Parque - Investimentos Imobiliários, Sociedade Anónima, na qualidade de proprietária, é apresentado um pedido de junção de elementos relativos a um pedido de licença para o loteamento do terreno localizado em Leião-Talaíde, incluído na sub-unidade operativa de planeamento e gestão cinco ponto três do Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (PIAPCT). -----

-----Através da informação técnica número mil trezentos e noventa e cinco, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, foi analisado o assunto tendo-se verificado o seguinte:-----

-----Antecedentes Urbanísticos -----

----- - Proposta de Deliberação número oitocentos e oitenta e nove, de dois mil e dois (reunião da CMO de vinte e nove de Maio de dois mil e dois). -----

-----Em vinte e nove de Maio de dois mil e dois, foi aprovada em reunião de Câmara a proposta de loteamento, para um terreno localizado em Talaíde, correspondente ao processo quatro mil quinhentos e setenta e cinco, de dois mil e dois, apenso ao duzentos e quatro, de dois mil e um, na sequência da informação número trezentos e oitenta e oito, de dois mil e dois, da Divisão de Planeamento; -----

----- - Proposta de Deliberação número cento e dezassete, de dois mil e três (reunião CMO de trinta de Julho de dois mil e três). -----

-----Em trinta de Julho de dois mil e três foram aprovadas em reunião de Câmara duas rectificações ao loteamento em referência, na sequência da informação número trezentos e dezoito, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento (rectificação por lapso da área de comércio do lote um, de quinhentos metros quadrados para dois mil e quinhentos metros quadrados, e rectificação da geometria do lote vinte) de modo a salvaguardar os acessos existentes ao número cento e quatro, da Estrada de Talaíde. -----

-----Junção de elementos agora apresentados -----

----- Da análise dos elementos apresentados face aos instrumentos de enquadramento urbanísticos, nomeadamente apresentação pela requerente de Plantas de Síntese que contemplam a rectificação da geometria do lote vinte, de modo a ajustá-lo correctamente ao loteamento confinante (titulado pelo Alvará de Loteamento catorze, de oitenta e nove), bem como ainda a rectificação do quadro de áreas, pelo respectivo decréscimo da área correspondente ao lote vinte, mantendo-se os índices de construção e de implantação conclui-se que as referidas rectificações à operação de loteamento reúnem condições de merecer a aceitação da Câmara. -----

----- Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar as rectificações à operação de loteamento do terreno localizado em Leião-Talaíde, incluído na sub-unidade operativa de planeamento e gestão cinco ponto três do Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (PIAPCT); -----

----- - Comunicar à requerente o teor da presente deliberação.” -----

----- II - A Câmara, por maioria, com abstenções dos Senhores Vereadores Luís Pires, Emanuel Martins e Maria Manuela Augusto deliberou aprovar o proposto. -----

----- III - No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** justificou a abstenção da bancada do PS dizendo que, ao que julgam saber, esta questão está em tribunal mediante acção interposta pela munícipe que se considera lesada, a qual, aliás, já expôs este assunto em reunião pública de Câmara, ao que o **Senhor Vereador Luís Pires** acrescentou que na reunião de trabalho foi explicado pelo Arquitecto Baptista Fernandes que sobre este assunto já houve uma reunião, no Gabinete da Senhora Presidente, com a munícipe que é a reclamante e a verdade é que não constam quaisquer elementos sobre esta matéria, quer no Alvará de Loteamento, quer em todo o processo que se lhe seguiu, que façam referência a que num dos lados da sua moradia seria construída uma via e, portanto, toda a situação consiste em explicações verbais por parte do vendedor, ou seja, nos serviços da Câmara não existe qualquer informação técnica que aponte nesse sentido. -----



45 - PROPOSTA Nº. 1671/03 - RESCISÃO DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO ENTRE A C.M.O. E A ACADEMIA DE ARTES ORIENTAIS NAN FU: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira:-----

----- “No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, o qual engloba, a atribuição de sedes sociais a Entidades Desportivas do Concelho, foi celebrado em três de Abril de dois mil e um, um Protocolo de Cedência de Instalações (loja sita no Bairro do Pombal, Rua Francisco Lucas Pires, sete A, em Oeiras), em Regime de Comodato, entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Academia de Artes Orientais Nan Fu, com vista à prática desportiva, nomeadamente de artes marciais. No entanto, e devido à falta de recursos humanos para manter as referidas instalações em funcionamento, a referida Academia deixou de exercer actividades, pelo que se propõe à Câmara a denúncia do protocolo, em conformidade com a cláusula segunda do referido Protocolo de cedência.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

46 - PROPOSTA Nº. 1672/03 - PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E O CLUBE DE KUNG FU HONG LONG: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira:-----

----- “A Câmara Municipal de Oeiras reconhece que a promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva, constituem competências próprias e obrigações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e designadamente no direito a uma política desportiva consignada no princípio do desporto para todos. -----

----- Considera ainda a C.M.O. que um dos eixos fundamentais de desenvolvimento desportivo passa, necessariamente, pelo apoio e estímulo aos clubes e associações desportivas. Estas entidades, que constituem a base do associativismo desportivo, para além de portadoras de uma função social de extrema importância, são pólos dinamizadores da prática desportiva, colmatando neste sector deficiências do próprio sistema desportivo nacional. -----

----- Assim, tendo por objectivo facilitar a criação de estruturas sociais adequadas para dar resposta às necessidades desportivas e sociais da população, e em sequência da rescisão de contrato com a Academia de Artes Orientais Nan Fu, propõe-se a realização do Protocolo de Cedência de Instalações em Regime de Comodato entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Clube de Kung Fu Hong Long (que a seguir se transcreve) - que consiste na atribuição do espaço sito no Bairro do Pombal, Largo Francisco Lucas Pires, sete A, em Oeiras.”-----

----- “Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato -----
A construção de equipamentos desportivos integrados nos bairros sociais pretende fomentar instâncias de socialização complementares, nomeadamente as relacionadas com a acção cultural e a actividade desportiva. Assim uma das prioridades é a construção de equipamentos desportivos e incentivo à prática das actividades que se vão desenvolver, tendo em vista incutir nos grupos uma maior capacidade de adaptação ao meio, fomentar o espírito de grupo e sentimentos de tolerância e solidariedade. -----

Assim foi construído um equipamento destinado a ginásio no Bairro do Pombal, que pretende dar apoio e constituir-se como forma de enquadramento aos jovens do bairro. O Clube de Kung Fu Hong Long em conformidade com este pressuposto demonstrou interesse em ocupar o espaço onde possa desenvolver as artes marciais e proporcionar oportunidade de prática de actividade física.-----

Pretende a Câmara municipal de Oeiras delegar competências de gestão do equipamento no Clube de Kung Fu Hong Long.-----



Entre a Câmara Municipal de Oeiras, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, representada neste acto pela Senhora Presidente da Câmara, Doutora Teresa Pais Zambujo e o Clube de Kung Fu Hong Long, pessoa colectiva número cinquenta milhões seiscentos e vinte e um mil e cinquenta e três, representada neste acto pelo Senhor Presidente da Direcção, Doutor Mário Jorge Lameiras Marques, celebram entre si o protocolo subordinado às seguintes cláusulas: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal de Oeiras cede, em regime de comodato, ao Clube de Kung Fu Hong Long, as instalações sitas em Oeiras, no Largo Francisco Lucas Pires, número sete A, numa área bruta total de cento e quarenta e oito metros quadrados. -----

----- Segunda -----

O espaço será cedido pelo prazo de três anos, tacitamente renovável se não for denunciado por nenhuma das partes com a antecedência mínima de seis meses. -----

----- Terceira -----

O espaço ora cedido destina-se exclusivamente à instalação de ginásio e à prossecução dos fins desta organização compatíveis com os usos e capacidades projectadas para o mesmo. -----

----- Quarta -----

O Clube de Kung Fu Hong Long compromete-se ainda a conservar em bom estado o espaço objecto deste Protocolo, não o aplicando a fim diverso do expresso na clausula anterior e a entregá-lo à Câmara Municipal de Oeiras, finda a cedência como se encontra à data da entrega, indemnizando-a por quaisquer prejuízos que possam existir. -----

----- Quinta -----

As despesas de água, luz e telefone decorrentes da utilização das instalações cedidas são da exclusiva responsabilidade do Clube de Kung Fu Hong Long. -----

----- Sexta -----

As dúvidas resultantes da interpretação do presente Protocolo, os casos omissos e os problemas decorrentes da utilização do espaço agora cedido, serão resolvidos de comum acordo entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Clube de Kung Fu Hong Long.

----- Sétima-----

Ambos os outorgantes obrigam-se a cumprir pontual e integralmente o presente Protocolo.

Feito em Oeiras, aos ... dias do mês de ... de dois mil e..., de harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Oeiras em sua reunião realizada no dia dez de Dezembro do corrente ano.

Câmara Municipal de Oeiras (Teresa Pais Zambujo)-----

Clube de Kung Fu Hong Long (Mário Jorge Lameiras Marques)”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

----- Nesta altura saiu da sala o Senhor Vice-Presidente.

47 - PROPOSTA Nº. 1673/03 - RECURSO HIERÁRQUICO DO CANDIDATO EDUARDO JORGE PINTO CARRÊLO, NO ÂMBITO DO CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA A ADMISSÃO DE 3 ESTAGIÁRIOS, COM VISTA AO PROVIMENTO DE 3 LUGARES NA CATEGORIA DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA DE GRAU 1, NÍVEL 1:

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:

----- “Primeiro - Os factos -----

----- Um - Conforme cópias, extraídas do respectivo processo e que aqui se dão por reproduzidas, a abertura do concurso em epígrafe, após despacho autorizador da Presidente do Conselho de Administração, foi objecto de publicação no Diário da República, Terceira Série, número duzentos e trinta e nove, de dezasseis de Outubro de dois mil e dois, rectificada, conforme publicitação efectuada no Diário da República, Terceira Série, número duzentos e sessenta e oito, de vinte de Novembro de dois mil e dois.



-----O mesmo concurso decorreu nos termos legais, com o apoio da Direcção Geral da Administração Pública (DGAP), tendo esta, para além da análise de candidaturas, aplicado os métodos de selecção aprovados, constituídos por prova de conhecimentos gerais e exame psicológico de selecção, ambos eliminatórios, vindo o júri a aplicar o último, correspondente, por sua vez, a entrevista profissional de selecção. -----

-----Como se pode verificar, através das cópias das respectivas actas das reuniões do júri, dos dezanove candidatos admitidos ao concurso, foram excluídos catorze, pelos motivos ali referidos, vindo finalmente a ser entrevistados cinco candidatos. Um destes, o recorrente, durante a respectiva entrevista, declarou ser aposentado pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), entregando declaração comprovativa. O candidato não fez menção na respectiva candidatura, à sua qualidade de aposentado pela CGA. -----

-----O júri, com base em parecer solicitado à DGAP e considerando:-----

-----a) O disposto nos artigos septuagésimo quarto e septuagésimo oitavo, ambos do Estatuto da Aposentação (EA), aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e noventa e oito, de setenta e dois, de nove de Dezembro, que referem, em resumo, o seguinte: -----

----- - O aposentado mantém-se vinculado à função pública;-----

----- - O aposentado não poderá, em regra, exercer funções públicas, salvo se: as exercer em regime de prestação de serviços; houver lei que o permita; sob proposta do membro do Governo, com poder hierárquico de tutela sobre a entidade onde o aposentado vier a prestar serviço, o Primeiro-Ministro o autorize, mediante despacho, do qual constará o regime jurídico a que o aposentado ficará sujeito, bem como a remuneração a atribuir.-----

-----b) Considerando que as situações previstas no artigo septuagésimo oitavo do EA serão para lugares fora do quadro de pessoal e terão uma natureza temporária e face ainda ao conhecimento superveniente de facto impeditivo de candidatura a lugar de quadro na Função Pública, deliberou excluir o candidato, com os fundamentos já referidos.-----

----- Dois - Em sede do direito de participação dos interessados, previsto no artigo trigésimo oitavo do Decreto-Lei número duzentos e quatro, de noventa e oito, de onze de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei número duzentos e trinta e oito, de noventa e nove, de vinte e cinco de Junho, veio o candidato alegar o desconhecimento da existência de incompatibilidade entre a sua situação de aposentado e o exercício de funções públicas com provimento em lugar de quadro, solicitando que se aguardasse o resultado das diligências que já tinha iniciado, com vista a ser abrangido por um dos regimes de excepção, previstos no artigo septuagésimo oitavo do EA. -----

----- O júri, considerando as disposições legais em vigor, nos termos dos artigos septuagésimo quarto e septuagésimo oitavo, ambos do EA, impeditivas de candidatura de um aposentado ao provimento em lugar de quadro e considerando a satisfação das urgentes necessidades de serviço que presidiram à abertura do presente concurso, deliberou manter a exclusão do candidato, estabelecer a lista ordenada de classificação final e propor ao Conselho de Administração a respectiva homologação, nos termos do disposto no artigo trigésimo nono do Decreto-Lei número duzentos e quatro, de noventa e oito, de onze de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei número duzentos e trinta e oito, de noventa e nove, de vinte e cinco de Junho. -----

----- Três - O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e nove de Setembro de dois mil e três, deliberou proceder à homologação da acta número seis, contendo a lista ordenada de classificação final do presente concurso, da qual consta a exclusão do interessado, com base nos fundamentos aduzidos pelo júri.-----

----- Segundo - Do recurso-----

----- Da homologação da lista de classificação final, ao abrigo da garantia estabelecida pelo número dois do artigo quadragésimo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e quatro, de



noventa e oito, de onze de Julho, vem agora o candidato interpor recurso hierárquico, documento que aqui se dá por reproduzido.-----

-----Termina, solicitando:-----

-----A sua inclusão no concurso em referência, na posição que lhe caberia na lista de classificação final (primeiro), caso se tivesse mantido no processo;-----

-----A suspensão do concurso, até ser conhecido o despacho do Primeiro-Ministro, na sequência das diligências que tem desenvolvido, no sentido de poder vir a ser-lhe aplicado um dos regimes de excepção previstos no artigo septuagésimo oitavo do EA. -----

-----Terceiro - Proposta -----

-----Um - Considerando que o recorrente não apresenta no presente recurso quaisquer factos novos relativamente aos apresentados ao júri do concurso em sede de audiência dos interessados e em sede de audiência do autor do acto recorrido;-----

-----Dois - Proponho a confirmação da deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de vinte e nove de Setembro de dois mil e três, que homologou a acta do presente concurso, que contém a lista ordenada de classificação final e da qual consta a exclusão do interessado, com base nos fundamentos aduzidos pelo júri, negando-se, deste modo, provimento ao recurso apresentado pelo candidato Eduardo Jorge Pinto Carrêlo.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

48 - PROPOSTA Nº. 1674/03 - RECURSO HIERÁRQUICO DE HELDER DINIS ESTEVES FLOR NO ÂMBITO DO CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE 6 LUGARES NA CATEGORIA DE LEITOR COBRADOR DE CONSUMOS: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

-----“Primeiro - Os factos-----

-----Um - Conforme cópias, extraídas do respectivo processo e que aqui se dão por

reproduzidas, a abertura do concurso em epígrafe, após despacho autorizador da Presidente do Conselho de Administração, foi objecto de publicação no Diário da República, Terceira Série, número cento e sessenta e nove, de vinte e quatro de Julho de dois mil e dois. -----

----- Os métodos de selecção aprovados no âmbito do acima citado despacho, bem como o programa de provas de conhecimentos, foram constituídos por: prova escrita de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.-----

----- Como se pode verificar, através da cópia da acta número três da reunião do júri, após aplicação dos referidos métodos de selecção, estabeleceu aquele o projecto de lista de classificação final, do qual foi dado conhecimento a todos os candidatos, em sede do direito de participação dos interessados, conforme se encontra estabelecido no artigo trigésimo oitavo do Decreto-Lei número duzentos e quatro, de noventa e oito, de onze de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei número duzentos e trinta e oito, de noventa e nove, de vinte e cinco de Junho. -----

----- Relativamente ao recorrente, candidato Helder Dinis Esteves Flor, este ficou posicionado em sétimo lugar da citada lista, com a classificação final de treze vírgula oitocentos e setenta e cinco valores, com uma diferença de zero vírgula zero vinte e cinco do sexto candidato.-----

----- Dois - Na sequência do procedimento anterior, veio o recorrente então alegar que, sendo funcionário da Empresa “Alfalimpa”, não compreendia o facto de ter obtido classificação inferior à de colegas seus que também tinham concorrido, o que só era explicável por lhe ter sido atribuída uma classificação relativamente inferior, na entrevista profissional de selecção. Pelo que, solicitava a revisão da mesma classificação, visto que lhe bastariam zero vírgula cinco valores, para que, a classificação final subisse, o que lhe permitiria ficar posicionado entre os primeiros seis candidatos, considerando ainda que detinha das melhores classificações, em sede de avaliação curricular.-----



----- Três - Após análise das alegações apresentadas, o júri, considerando: -----

----- - Que, relativamente aos factores e critérios de apreciação, aprovados para a entrevista profissional de selecção e constantes do aviso de abertura do presente concurso: motivação para a função; sentido de responsabilidade; sentido de organização e rigor e capacidade de comunicação oral, todos os candidatos tinham sido avaliados numa escala de zero a cinco valores, por factor de apreciação; -----

----- - Que, o candidato, durante a entrevista, referiu que a motivação para o exercício da função se devia ao facto de a sua área de formação académica (psicologia clínica), não lhe oferecer perspectivas de futuro no mercado de trabalho; -----

----- - Que, tal facto não poderia ser valorizado da mesma maneira como aos restantes candidatos, que se manifestaram inequivocamente interessados na função e no seu significado, pelo que, o candidato tinha obtido no factor motivação uma classificação de dois valores, ao contrário de outros, que obtiveram classificação superior, pelo motivo indicado. -----

----- Deliberou manter a classificação anteriormente dada, estabeleceu a lista ordenada de classificação final e remeteu a respectiva acta número quatro ao Conselho de Administração que, por deliberação de vinte e nove de Setembro de dois mil e dois a homologou, de acordo com o disposto no artigo trigésimo nono do Decreto-Lei número duzentos e quatro, de noventa e oito, de onze de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei número duzentos e trinta e oito, de noventa e nove, de vinte e cinco de Junho. -----

----- Segundo - Do recurso -----

----- Da homologação da lista de classificação final, ao abrigo da garantia estabelecida pelo número dois do artigo quadragésimo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e quatro, de noventa e oito, de onze de Julho, vem agora o candidato interpor recurso hierárquico, documento que aqui se dá por reproduzido. -----

----- Termina, solicitando que, com base nas alegações ali aduzidas, seja considerado um

acréscimo de zero vírgula cinco valores à classificação atribuída à respectiva entrevista, o que lhe permitiria ser posicionado num dos primeiros seis lugares colocados a concurso. -----

----- Terceiro - Proposta-----

----- Um - Considerando que o recorrente não apresenta no presente recurso quaisquer factos novos relativamente aos apresentados ao júri do concurso em sede de audiência dos interessados e em sede de audiência do autor do acto recorrido; -----

----- Dois - Proponho a confirmação da deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de vinte e nove de Setembro de dois mil e três, que tendo homologado a acta do presente concurso contendo a lista ordenada de classificação final, confirmou a decisão do júri, conforme fundamentos aduzidos por este, de manter a classificação atribuída à entrevista profissional do candidato, negando-se, deste modo, provimento ao recurso apresentado pelo candidato Helder Dinis Esteves Flor.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Após a votação entrou na sala o Senhor Vice-Presidente. -----

49 - PROPOSTA Nº. 1675/03 - ATRIBUIÇÃO DOS FOGOS SITOS NA AV^a. GASPAR CORTE REAL, Nº. 23-A E RUA GONÇALO AFONSO, Nº. 2, R/C ESQº. NO BAIRRO DOS NAVEGADORES AOS AGREGADOS FAMILIARES DE JOÃO PEDRO RODRIGUES E DOMINGOS MONTEIRO, RESPECTIVAMENTE: -----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência das informações números dois mil quinhentos e sessenta e dois mil setecentos e noventa e nove, de dois mil e três, do Departamento de Habitação, e despachos superiores nelas exarados, propõe-se: -----

----- Um - A atribuição do fogo de tipologia T Dois sito na Avenida Gaspar Corte Real, número vinte e três-A, no Bairro dos Navegadores, ao agregado familiar de João Pedro Rodrigues, -----



-----Dois - A fixação da renda mensal no valor cento e dois euros e quarenta e sete cêntimos, com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil e quatro; -----

-----Três - A atribuição do fogo T Dois sito na Rua Gonçalo Afonso, número dois, rés-do-chão esquerdo, Bairro dos Navegadores, ao agregado familiar de Domingos Monteiro; -----

-----Quatro - A fixação da renda mensal no valor de cento e seis euros e setenta e nove cêntimos, com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil e quatro.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

50 - PROPOSTA Nº. 1676/03 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA MARIA ALBERTINA, Nº. 4, 2º. ESQº., Bº. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, AO AGREGADO FAMILIAR DE TERESA ISABEL SANTOS JESUS: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“De acordo com as informações números dois mil trezentos e cinquenta e três e dois mil quinhentos e três, de dois mil e três, do Departamento de Habitação, e despachos nela exarados, propõe-se:-----

-----Um - A atribuição do fogo T Dois, sito na Rua Maria Albertina, número quatro, segundo esquerdo, no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, ao agregado familiar de Teresa Isabel Santos Jesus, residente na Rua da Eira, Vivenda Sequeira/Ramada, Odivelas; -----

-----Dois - A atribuição da renda social no valor de cinquenta e oito euros e oito cêntimos, com entrada em vigor em Dezembro de dois mil e três.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

51 - PROPOSTA Nº. 1677/03 - APROVAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DOS PAVILHÕES SITOS NO ALTO DOS BARRONHOS, NA FREGUESIA DE CARNAXIDE - ARRENDAMENTO: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“O empreendimento do Alto dos Barronhos, situado na Freguesia de Carnaxide, é

uma urbanização, essencialmente, composta por edifícios de habitação, mas, também, por um conjunto de edifícios, destinados a pequenas empresas não poluentes, que a possam dotar de vida laboral diurna, tendo, pelo facto de ser necessário compatibilizar a filosofia subjacente ao Programa URBAN com a do PER, sido alterado o Plano Director Municipal, através da publicação do Plano de Urbanização do Alto dos Barronhos - vide Resolução do Conselho de Ministros, número cento e setenta e quatro, de noventa e sete, publicada em dezassete de Outubro. -----

----- Os objectivos do programa URBAN são fomentar o emprego e a criação de micro e pequenas empresas no local. -----

----- Como é, também, do domínio deste Executivo, bem como do Órgão Deliberativo, adquiriu esta Câmara Municipal, directamente, à empresa “Ferreiras & Magalhães, Sociedade Anónima”, na sequência do contrato promessa de compra e venda celebrado em vinte e um de Dezembro de dois mil e um, cuja minuta foi visada pela Direcção do Tribunal de Contas, em quinze de Novembro do mesmo ano, conforme processo número dois mil oitocentos e vinte e dois, de dois mil e um, dezanove desses pavilhões (prédios urbanos), localizados na Rua Comendador Nunes Corrêa, conforme escrituras celebradas em vinte e cinco de Julho de dois mil e dois e vinte de Agosto de dois mil e três. -----

----- Na sequência dessas aquisições, deliberou esta Câmara Municipal, conforme reunião ordinária, realizada em doze de Novembro de dois mil e três, atribuir, mediante arrendamento e nas condições e fundamentos na mesma expressos - ponto mil quinhentos e quarenta e nove - três desses espaços. -----

----- No âmbito das competências que me foram delegadas pela Senhora Presidente desta Câmara Municipal, incumbi o Departamento de Habitação de elaborar um instrumento que nos permitisse conhecer a origem dos pavilhões, visando a definição de alguns critérios para escolha dos futuros arrendatários daqueles espaços, propriedade do Município de Oeiras. -----



----- Saliento ser da maior importância a dinamização social do Bairro do Alto dos Barronhos, tendo em consideração o número elevado de pavilhões ainda não ocupados e os pedidos chegados ao Departamento de Habitação, bem como a sua natureza diversificada, tendo ainda como princípio orientador principal o interesse e as necessidades do Município. -----

----- Tendo-me sido presente o relatório elaborado pelo Departamento de Habitação, e atentos os critérios de atribuição dos pavilhões constantes daquele documento, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Oeiras a renda mensal de seis euros e vinte e cinco cêntimos por metro quadrado de área útil dos objectos em causa, sujeita a actualização, de acordo com os coeficientes definidos anualmente; -----

----- - Aprovar os critérios de atribuição que a seguir se transcrevem; -----

----- - Abrir concurso público para atribuição, mediante arrendamento, de dez pavilhões; -----

----- - Aprovar o programa de concurso e caderno de encargos do respectivo procedimento; -----

----- - Incumbir o Departamento de Habitação, assim como a Divisão de Polícia Municipal, de avaliarem, semestralmente, a utilização dos espaços, a ceder em regime de arrendamento, de acordo com o consagrado no artigo sexto do respectivo caderno de encargos, capítulo terceiro.” -----

----- “Critérios de Atribuição: -----

----- Tendo em consideração as características da população residente naquele núcleo urbano, com características e origens tão diversificadas, optou-se por criar grupos/tipo de actividades, tendo em consideração a natureza da actividade (serviços/serviços oficiais, sociais/culturais/desportivas/turísticas/ ou outras idênticas, armazenamento), assim como a população alvo da mesma actividade, con quanto não possamos esquecer o investimento da CMO naquelas aquisições (aproximadamente mais de um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil e

cinquenta e cinco euros). -----

----- Tipo de actividade; -----

----- Motivação; -----

----- Origem; -----

----- Mérito técnico do projecto (capacidade técnica e dinâmica de desenvolvimento); -----

----- Compatibilização do projecto; -----

----- Modo de ocupação/Prazos de instalação; -----

----- Postos de trabalho. -----

----- No critério - motivação - privilegia-se o subfactor de início de actividade, tendo em consideração os objectivos da candidatura PROQUAL. Considerou-se, de seguida o subfactor expansão, por se entender que uma entidade que já esteve sedimentada noutro local transmite uma maior confiança na sua continuidade e no sucesso do seu desempenho. -----

----- Outro dos factores a ter em consideração, num eventual processo de atribuição destes espaços, é a criação de postos de trabalho por parte da entidade interessada num dos espaços. -----

----- De igual modo, a criação ou manutenção de postos de trabalho destinados a deficientes, devidamente justificada, contribuirá para uma maior pontuação, atendendo à solidariedade para a integração de um leque de população mais desfavorecida. -----

----- Localizando-se os espaços a atribuir em pisos térreos, com proximidade a edifícios habitacionais, em que o descanso nocturno importa acautelar na perspectiva do bem-estar dos residentes, ir-se-ão privilegiar as actividades em que o funcionamento ocorrerá entre o início da manhã e o final da tarde. Esse factor contribuirá, também, para o fácil escoamento dos produtos produzidos, uma vez que a sua circulação se irá iniciar após os picos mais dinâmicos de trânsito automóvel se terem atenuado. -----

----- No entendimento de que qualquer espaço devoluto fica mais exposto a actos de vandalismo, considerámos que uma permanência diária do seu utilizador, salvaguardará



eventuais apropriações indevidas da área exterior circundante.

A ponderação dos sete critérios estabelecidos, assim como a pontuação dos diversos indicadores, aprovados, por unanimidade.

Um - Tipo de actividade:

a) Serviços e serviços oficiais;

b) Sociais/Culturais/Desportivas/Turísticas/Outras idênticas;

c) Armazenamento;

d) Outros (factor de exclusão).

Dois - Motivação:

a) Início de actividade;

b) Expansão;

c) Outras.

Três - Origem:

a) Funcionando em local impróprio;

b) Localização no Concelho de Oeiras;

c) Fora da área geográfica de Oeiras.

Quatro - Mérito técnico do projecto:

a) Capacidade técnica de instalação;

b) Dinâmica de desenvolvimento.

Cinco - Compatibilização do projecto:

a) Com o meio envolvente;

b) Com o espaço a ocupar;

c) Com a disponibilidade do local;

d) Não compatível (factor de exclusão).

Seis - Modo de Ocupação/Prazos de instalação:

----- a) Permanente; -----
----- b) Não permanente ou sazonal; -----
----- c) Menor ou igual a trinta dias; -----
----- d) Maior que trinta dias. -----
----- Sete - Postos de trabalho: -----
----- a) Número de postos de trabalho; -----
----- b) Número de postos de trabalho para deficiente(s)”. -----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**52 - PROPOSTA Nº. 1678/03 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
PARA AQUISIÇÃO DE VÁRIAS VIATURAS, EM AOV - ALUGUER OPERACIONAL
VEICULAR, POR 48 MESES, COM RETOMA DE OUTRAS:** -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:
----- “Através da informação número duzentos e catorze, de dois mil e três, da Divisão de Viaturas e Máquinas, manifestou a Divisão de Viaturas e Máquinas a necessidade de se proceder à aquisição de viaturas com retoma de outras, por divisão em lotes, nos termos do artigo vigésimo quinto número um do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Não obstante o facto da aquisição em causa reportar-se ao ano de dois mil e quatro, tendo em conta a morosidade deste tipo de procedimento, entendeu-se ser conveniente proceder-se à sua abertura desde já. -----

----- Remetida ao Departamento de Finanças e Património procedeu o mesmo, através do seu Sector de Aprovisionamento e Economato, à elaboração da respectiva regulamentação jurídica. -----

----- Nestes termos, pretende-se a aquisição de viaturas com retoma de outras, em AOV (Aluguer Operacional Veicular), por quarenta e oito meses, de acordo com os seguintes lotes: ---



----- Lote um: -----

----- - Seis viaturas ligeiras de cinco lugares de passageiros em AOV, com retoma de cinco “Corsas” de mil novecentos e noventa e sete, de diversos serviços;-----

----- Lote dois: -----

----- - Dez viaturas ligeiras de cinco lugares de passageiros em AOV, com retoma de dois “Vitaras” de mil novecentos e noventa e um e de cinco “Corsas” de mil novecentos e noventa e cinco; -----

----- Lote três: -----

----- - Duas viaturas ligeiras tipo van em AOV, com retoma de dois “Renault Expresso” de mil novecentos e noventa e dois (trinta e quatro-dezanove-AE) e outra de mil novecentos e noventa e cinco (trinta e cinco-oitenta e sete-EU).-----

----- Assim, estimando-se que o valor da aquisição seja de trezentos e setenta e seis mil novecentos e quarenta e dois euros, à luz do disposto no número um do artigo octogésimo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, propõe-se a abertura de um concurso público internacional para a aquisição dos referidos bens, na modalidade de AOV. -----

----- Para o efeito propõem-se como elementos a integrar o respectivo júri do concurso, os seguintes: - -----

----- - Engenheiro Nuno Guerreiro, Coordenador da Divisão de Viaturas e Máquinas - Presidente; -----

----- - Engenheiro Paulo Riscado, Técnico Superior Eng. Mecânico - Vogal; -----

----- - Doutora Patrícia Bruges e Saavedra, Técnica Superior Jurista - Vogal; -----

----- - Engenheiro Pedro Cabrera, Técnico Superior Engenheiro Mecânico - Vogal suplente.-----

----- Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

----- a) A abertura do concurso público internacional para aquisição de viaturas com retoma de outras, por divisão em lotes, na modalidade de AOV, pelo período de quarenta e oito meses;-----

----- b) Os termos do programa de concurso e do caderno de encargos;-----

----- c) A constituição do júri do concurso.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

53 - PROPOSTA Nº. 1679/03 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2004 DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS E DESPORTIVOS:-----

----- Esta proposta, a pedido do Senhor Vereador Emanuel Martins que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

54 - PROPOSTA Nº. 1680/03 - TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL DO IGAPHE PARA O MUNICÍPIO DE OEIRAS:-----

----- I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

----- “Considerando que é intenção do IGAPHE transferir para o Município, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei número cento e sessenta e três, de noventa e três, de sete de Maio, três fracções autónomas sitas no Bairro Casal da Medrosa, em Oeiras, inscritas na matriz predial urbana da Freguesia de Oeiras sob os artigos mil e noventa e dois-“B”, mil cento e cinco-“A” e mil cento e cinco-“B” e descritos na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob as fichas mil trezentos e vinte e três-“B”, dois mil seiscentos e setenta e um-“A” e dois mil seiscentos e setenta e um-“B”, respectivamente.-----

----- Proponho: -----

----- - Que seja aprovada a minuta de Transferência Patrimonial do IGAPHE para o Município de Oeiras das fracções supra mencionadas com a seguinte redacção: -----

----- “Transferência Patrimonial do IGAPHE para o Município de Oeiras-----

Entre:-----



- O IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, com sede em Lisboa, na Avenida Cinco de Outubro, cento e cinquenta e três, representada por ..., adiante designado por IGAPHE; -----
e -----

O Município de Oeiras, representado por, ..., na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de ..., adiante designado por Município, é celebrada a presente escritura pública de transferência patrimonial, nos termos e nas condições constantes das seguintes cláusulas: -----

----- Primeira -----

- Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei número cento e sessenta e três, de noventa e três, de sete de Maio, o IGAPHE transfere para o Município e este aceita, sem qualquer contrapartida, o direito de propriedade e dos direitos e obrigações sobre as fracções autónomas sitas no Bairro Casal da Medrosa, em Oeiras, Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Concelho de Oeiras e a seguir identificadas; -----

- Fracção autónoma situada na Rua da Madeira, número um, rés-do-chão esquerdo, em Oeiras, descrita na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha dois mil seiscentos e setenta e um-“A” - Oeiras, e inscrita na matriz sob o artigo número mil cento e cinco-“A” - Oeiras; -----

- Fracção autónoma situada na Rua da Madeira, número um, rés-do-chão direito, em Oeiras, descrita na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha dois mil seiscentos e setenta e um-“B” - Oeiras e inscrita na matriz sob o artigo número mil cento e cinco-“B” - Oeiras; -----

- Fracção autónoma situada na Praceta Gonçalves Zarco, número quatro, rés-do-chão direito, em Oeiras, descrita na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha mil trezentos e vinte e três-“B” - Oeiras, e inscrita na matriz sob o artigo número mil e noventa e dois-“B” - Oeiras; -----

----- Segunda -----

Um - O Município, juntamente com a transferência dos bens referidos na cláusula primeira, aceita a partir da data da respectiva transmissão, a responsabilidade pelos direitos e obrigações inerentes aos mesmos nomeadamente: -----

- a) Os contratos de arrendamento, escritos ou verbais, celebrados pelo IGAPHE ou pelas entidades que o antecederam na titularidade daquele património; -----
- b) O direito ao recebimento das rendas em dívida, bem como o direito a quaisquer indemnizações devidas pelos respectivos moradores e ex-moradores; -----
- c) Os acordos celebrados pelo IGAPHE com os respectivos moradores e ex-moradores relativos à regularização de rendas em dívida; -----
- d) O encargo com as despesas de condomínio, na quota parte que lhe é devida; -----
- e) A tarifa de conservação dos esgotos, relativa ao património transferido, posta a pagamento à data da transferência. -----

Dois - Serão também transferidos todos os processos relativos a outro património existente no bairro atrás referido, já alienado, bem como todas as obrigações a ele inerentes. -----

Três - Exceptuam-se do disposto no número um, da cláusula segunda, todos os direitos e obrigações emergente de contratos de empreitada e fornecimentos adjudicados pelo IGAPHE, ou pelas entidades a quem este sucedeu. -----

Esta transmissão está isenta do pagamento de Sisa, ao abrigo do disposto no número dois do artigo décimo terceiro do Código do Imposto de Sisa e do Imposto de Selo, conforme estipulado na alínea a) do artigo quinto do Código do Imposto de Selo, caso se verifique que a presente escritura se realize no próximo ano de dois mil e quatro, deverá ser aplicada a legislação em vigor, isto é, o artigo sexto alínea a) do Código de Imposto de Selo e o artigo sexto alínea a) do Código do IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões. -----

Está dispensada a apresentação de licenças de utilização dos bens transferidos, nos termos do



disposto nos artigos décimo segundo e vigésimo do Decreto-Lei número cento e quarenta e um, de oitenta e oito, de vinte e dois de Abril, na redacção do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e oito, de noventa e três, de vinte de Agosto. -----

Esta escritura começará a produzir efeitos a partir de-----

Assim o disseram o outorgaram,-----

Arquivo no maço de documentos respeitantes a este acto, conforme referência feita no texto:-----

Certidão da deliberação tomada pela Câmara Municipal de ..., em sua reunião de ..., com os documentos que dela fazem parte integrante;-----

Declaração ... (quando aplicável). -----

Foram-me exibidas ... certidões emitidas ..., em ..., comprovativas dos indicados elementos registrais e ... cadernetas prediais passadas pelos Serviços de Finanças de ..., em ..., onde verifiquei os elementos matriciais citados. -----

Esta escritura foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo e efeito em voz alta e na presença simultânea de todos”.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

55 - PROPOSTA Nº. 1681/03 - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA ZONA MÉDIA DA BRANDOA - SMAS:-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de nove de Dezembro de dois mil e três, deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada em referência à empresa Construteze, Limitada, pelo valor de setecentos e setenta e oito mil trezentos e quinze euros e cinquenta e cinco céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo.-----

----- Face ao exposto proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação da empreitada em referência à empresa Construteze, Limitada, pelo valor de setecentos e setenta e oito mil trezentos e quinze euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois - A celebração de contrato escrito; -----

----- Três - O envio ao Tribunal de Contas para efeito de Visto Prévio.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

56 - PROPOSTA Nº. 1682/03 - ACTUALIZAÇÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES PARA OBRAS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA 2004 - SMAS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de nove de Dezembro de dois mil e três, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Actualização das Comparticipações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para o ano de dois mil e quatro, que a seguir se transcreve. -----

----- Face ao exposto, proponho:-----

----- Um - A ratificação da deliberação do Conselho de Administração referente à proposta de Actualização das Comparticipações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para o ano de dois mil e quatro; -----

----- Dois - O respectivo envio à Assembleia Municipal.” -----

----- “Dois mil e três - variação percentagem dois mil e três/dois mil e quatro (sem arredondamento) - dois mil e quatro (com arredondamento): -----

----- Habitação e Comércio - um euro e sessenta e três cêntimos - três vírgula cinco por



cento - um euros e sessenta e nove cêntimos-----

-----Indústria - quarenta e oito cêntimos - três vírgula cinco por cento - cinquenta cêntimos;-- -----

-----Equipamento - quarenta e cinco cêntimos - três vírgula cinco por cento - quarenta e sete cêntimos. -----

-----(Valores por metro quadrado de construção e isentos de IVA).”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

57 - PROPOSTA Nº. 1683/03 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES À EB1 Nº. 2 DE PORTO

SALVO - CP 01.05.07.03.:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“No âmbito das suas competências tem vindo a Autarquia, a proceder ao fornecimento de refeições às EB Um/Jardim de Infância do Concelho, com refeitório escolar em funcionamento, sendo que para o efeito alguns foram adaptados e/ou modificados com vista à introdução do referido serviço. -----

-----No entanto a EB Um Número Dois, de Porto Salvo não possui refeitório em funcionamento, e informou a Divisão de Educação à semelhança do ano lectivo transacto que do total de alunos que frequentam o estabelecimento existem catorze com necessidade de usufruir de uma refeição completa.-----

-----Atendendo a que no mesmo espaço físico, coabitam a EB Um e a Santa Casa da Misericórdia, existe a possibilidade de ser facultado a estes alunos o serviço referenciado em título. -----

-----Face à situação exposta, e no sentido de colmatar e minorar carências ao nível da alimentação, foi solicitado à Santa Casa da Misericórdia de Oeiras o fornecimento das refeições, tendo a mesma acedido positivamente, ao preço unitário de dois euros e dez cêntimos, por refeição.-----

----- O encargo financeiro a suportar pela Autarquia importa na quantia de cinco mil cento e setenta e quatro euros e quarenta cêntimos, repartida em dois anos civis:-----

----- Um - Ano civil de dois mil e três: de Setembro a Dezembro - mil novecentos e quarenta euros e quarenta cêntimos;-----

----- Dois - Ano civil de dois mil e quatro: de Janeiro a Junho - três mil duzentos e trinta e quatro euros.-----

----- Assim sendo, propõe-se o fornecimento diário de refeições aos catorze alunos, durante todos os dias (quinze de Setembro a vinte e cinco de Junho, sendo o total de cento e setenta e seis dias lectivos) do ano lectivo dois mil e três - dois mil e quatro.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

58 - PROPOSTA Nº. 1684/03 - Pº. 174-DIM/DCAD//01 - CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO LUMINOSA RASANTE EM PASSADEIRAS PARA PEÕES NAS FREGUESIAS DE OEIRAS, PAÇO DE ARCOS E PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.02.03.08.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por série de preços, no montante de cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de



cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil oitocentos e trinta e dois euros e trinta e sete cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima.”

-----II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** observou que a bancada do PS tem por norma não dizer mal só por dizer mal e acha que tem que dizer bem quando considera que tem que dizer bem. Assim, deve salientar que o trabalho que tem sido feito nesta matéria é de enaltecer e merece o seu aplauso. -----

-----III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

59 - PROPOSTA Nº. 1685/03 - Pº. 176-DIM/DCAD//01 - CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO LUMINOSA RASANTE EM PASSADEIRAS PARA PEÕES NAS FREGUESIAS DE ALGÉS, DAFUNDO, CRUZ QUEBRADA E LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.02.03.10.: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por série de preços, no montante de quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima.-----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de cinquenta e dois mil quarenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil quatrocentos e setenta e oito euros e trinta e três cêntimos de IVA à taxa

de cinco, por cento, e o sequente pagamento à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima.”

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

60 - PROPOSTA Nº. 1686/03 - Pº. 165-DIM/DOM/03 - ARRANJOS EXTERIORES NA RUA LUCIANO CORDEIRO, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 10.01.03.19.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por despacho proferido em quinze de Maio de dois mil e três, pelo Excelentíssimo Director Municipal de Obras e Ambiente, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de dezasseis mil duzentos e quarenta e cinco euros, com o prazo de execução de quinze dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de catorze mil seiscentos e setenta euros, correspondendo a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número setecentos e quarenta e oito, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de quinze mil quatrocentos e três euros e cinquenta céntimos, o qual inclui a importância de setecentos e trinta e três euros e cinquenta céntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

61 - PROPOSTA Nº. 1687/03 - Pº. 28-DIM/DOM/03 - RDL 1/03 - REPARAÇÃO DE ARRUAIMENTOS NA FREGUESIA DE PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO



4º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.51.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por despacho proferido em vinte e nove de Abril de dois mil e três, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à Empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos, no montante global de oito mil trezentos e vinte e nove euros e setenta e quatro cêntimos, o qual corresponde a trabalhos a mais de natureza prevista.-----

----- Segundo a informação número setecentos e dois, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, com efeito e de acordo com os dados fornecidos pela presente informação, os trabalhos ora propostos para sancionamento podem classificar-se como trabalhos a mais de natureza prevista da empreitada por reunirem os requisitos cumulativos exigidos pelo artigo vigésimo sexto do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, a saber: -----

----- - Não foram previstos no contrato inicial e por isso a mais; -----

----- - Destinam-se à realização da mesma empreitada, pois são elementos que vão complementar a obra em curso. Pode com efeito, confirmar-se que a sua execução vai realizar de forma muito mais completa o interesse público subjacente à mesma, pois sem a sua realização, o efeito útil da empreitada seria seriamente comprometido por não ser concluída correctamente; -----

----- - São necessários devido a circunstâncias imprevistas, para além da justificação constante da informação sub júdice, esta empreitada é do tipo “série de preços”, pelo que tem como característica essencial a não determinação, com incidência contratual, de todas as espécies e quantidades realmente necessárias para o acabamento completo e útil da obra; -----

----- - Não podem ser técnica e/ou economicamente separadas do contrato inicial sem que origine grave inconveniente para o dono da obra, pois destinam-se sem dúvida à realização da mesma empreitada e a sua separação implica, entre outros, os inconvenientes/problemas de ter mais de um empreiteiro na mesma obra, a diluição das suas responsabilidades, etc..-----

----- Ainda, e para efeitos de controlo de custo, representam doze vírgula cinquenta e três por cento do valor da empreitada, pelo que estão dentro dos limites impostos pelo artigo quadragésimo quinto do mesmo diploma. -----

----- Ainda segundo a mesma informação, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do sancionamento de trabalhos a mais de natureza prevista, no valor de oito mil trezentos e vinte e nove euros e setenta e quatro cêntimos, acrescido do IVA; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de oito mil setecentos e quarenta e seis euros e vinte e três cêntimos, o qual inclui a importância de quatrocentos e dezasseis euros e quarenta e nove cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

62 - PROPOSTA Nº. 1688/03 - Pº. 252-DIM/DEIP/03 - AUMENTO DE POTÊNCIA DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DO CENTRO DE ATENDIMENTO A TOXICODEPENDENTES DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 11.04.03.09.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por treze mil cento e oitenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos, à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada. - -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de



medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de treze mil cento e oitenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de treze mil oitocentos e quarenta e três euros e setenta e quatro cêntimos, o qual inclui a importância de seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte e três cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

63 - PROPOSTA Nº. 1689/03 - Pº. 328-DIM/DOM/00 - CENTRO CÍVICO DE CARNAXIDE - INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, JUNTA DE FREGUESIA, BIBLIOTECA E EQUIPAMENTO SOCIAL - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 02.01.02.02.: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em reunião de Câmara de dez de Outubro de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Engil - Sociedade de Construção Civil, Sociedade Anónima, pela importância de cinco milhões quinhentos e onze mil setecentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos, com o prazo de execução de quinze meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Em dez de Outubro de dois mil e três, foi realizada a medição dos trabalhos pela Cinclus - Planeamento e Gestão de Projectos, Sociedade Anónima, empresa que fiscaliza a empreitada em título, cujo auto se anexa ao processo e importa em duzentos e quarenta e quatro mil noventa euros e noventa e nove cêntimos, correspondendo a trabalhos previstos.-----

-----Segundo a informação número setecentos e quarenta, de dois mil e três, da Divisão

de Obras Municipais, os trabalhos acima mencionados mereceram parecer favorável da fiscalização, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e noventa e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos, o qual inclui a importância de doze mil duzentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Engil - Sociedade de Construção Civil, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

64 - PROPOSTA Nº. 1690/03 - Pº. 328-DIM/DOM/00 - CENTRO CÍVICO DE CARNAXIDE - INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, JUNTA DE FREGUESIA, BIBLIOTECA E EQUIPAMENTO SOCIAL - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 20º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 02.01.02.02.:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Em reunião de Câmara de dez de Outubro de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Engil - Sociedade de Construção Civil, Sociedade Anónima, pela importância de cinco milhões quinhentos e onze mil setecentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos, com o prazo de execução de quinze meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Em onze de Novembro de dois mil e três, foi realizada a medição dos trabalhos pela Cinclus - Planeamento e Gestão de Projectos, Sociedade Anónima, empresa que fiscaliza a empreitada em título, cujo auto se junta ao processo e importa em cento e noventa mil trezentos e quarenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos, correspondendo a trabalhos de natureza não prevista.-----

----- Segundo a informação número setecentos e cinquenta e sete, de dois mil e três, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos acima mencionados foram aprovados em reunião de



Câmara de trinta de Julho de dois mil e três, e pertencem todos ao primeiro Contrato Adicional. -

-----Este auto tem cem por cento de trabalhos a mais, que correspondem a três vírgula quarenta e cinco por cento do valor da adjudicação, totalizando até à presente data doze vírgula cinquenta e um por cento de trabalhos a mais facturados, conforme consta do mapa junto ao processo com a designação “Autos/Resumo”. -----

-----Ainda segundo a mesma informação os trabalhos acima mencionados mereceram parecer favorável da fiscalização, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cento e noventa e nove mil oitocentos e sessenta e dois euros e seis cêntimos, o qual inclui a importância de nove mil quinhentos e dezassete euros e vinte e quatro cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Engil - Sociedade de Construção Civil, Sociedade Anónima.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

65 - PROPOSTA Nº. 1691/03 - REQTº. 12282/03 APENSO AO PROCº. 9/03, EM NOME DE IMOPLUS - CAPITAL E IMÓVEIS, S.A. - PROJECTO DE LOTEAMENTO EM CARNAXIDE:--

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

-----“Através do requerimento número doze mil duzentos e oitenta e dois, de dois mil e três, vem a Imoplus - Capital e Imóveis, Sociedade Anónima, solicitar que se iniciem os procedimentos necessários para se efectuar a escritura de aquisição de uma parcela de terreno à Câmara com a área total de mil setecentos e oitenta metros quadrados proveniente do Alvará de Loteamento número quatro, de dois mil e dois, em Carnaxide. -----

-----Foi elaborada a informação técnica número mil trezentos e onze, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento, tendo-se verificado o seguinte: -----

-----Tal como foi exposto na informação número seiscentos e trinta e seis, de dois mil e

três, da Divisão de Planeamento, relativamente ao processo de loteamento nove, de dois mil e três, esta área foi cedida pela mesma requerente para o domínio privado municipal no âmbito do Alvará de Loteamento número quatro, de dois mil e dois, para acerto de infra-estruturas e desenho urbano, ficando os termos da eventual retrocessão salvaguardados na cláusula segunda, ponto um, alínea c), do protocolo número um-PT, de dois mil e um, que a seguir se transcreve:--

----- “Aceitar a retrocessão gratuita a favor da Imoplus das áreas cedidas para acertos de infra-estruturas e desenho urbano que esta se propõe entregar à CMO nos termos da alínea a) da cláusula quarta do presente protocolo, desde que o aproveitamento dessas áreas se mostre necessário à efectiva ocupação do prédio a que se refere o Considerando (A) ii)”.-----

----- Neste contexto, proponho à Câmara que delibere:-----

----- - Aceitar a retrocessão da parcela de terreno em causa de acordo com o protocolo número um-PT, de dois mil e um;-----

----- - Remeter à Divisão Administrativa/Secção de Notariado, com cópia do protocolo, para celebração da respectiva escritura.”-----

----- II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Luís Pires** observou que, dadas as dificuldades já existentes, neste momento, relativamente à mobilidade no Concelho, bem como as que se avizinhama, nomeadamente com toda a construção que vai ser feita nesta zona Norte de Carnaxide, parece-lhe que seria de bom-tom criar-se uma via de algum escoamento que acabaria por não servir só alguns municípios, nomeadamente as pessoas que ali irão viver, como também inevitavelmente iria servir de escoamento a quem vem de Sintra e Amadora, pelo que repete que seria bom criar ali uma via de circulação com duas faixas, que pegasse na estrada da Amadora, viesse ao desnivelamento das Cicas, ou seja, fazer-se uma via de escape com as duas faixas perfeitamente circuláveis e sem estacionamento para ver se conseguia, de alguma forma, acelerar o atravessamento naquela zona do Concelho, ao que o **Senhor Vice-Presidente** respondeu ter percebido a ideia do Senhor Vereador Luís Pires e deve dizer-lhe que isso está



previsto, tal como foi visto na reunião de trabalho, ou seja, aquele troço continua em frente, não liga com as duas vias à Estrada da Amadora, mas vira em duas vias para o Parque de Santa Cruz que, por sua vez, vai ligar em duas vias à futura V.L.N. onde vai ser feito o desnívelamento na Portela. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

66 - PROPOSTA Nº. 1692/03 - 13^a. ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E 13^a. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

----- “Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas e de acordo com as notas explicativas do mesmo diploma, contas zero vinte e dois, zero dois mil duzentos e onze e zero dois mil duzentos e doze, propõe-se à Câmara a aprovação da Décima Terceira Alteração ao Plano Pluriannual de Investimento e Décima Terceira Alteração Orçamental no valor de um milhão cento e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco euros.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

67 - PROPOSTA Nº. 1693/03 - ATRIBUIÇÃO DE EXECUÇÃO DE UMA OBRA DE ARTE AO ESCULTOR FRANCISCO SIMÕES ALUSIVA AO POETA DAVID MOURÃO-FERREIRA, A FIGURAR NO PARQUE DOS POETAS - 1^a FASE - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO

TOMADA NA REUNIÃO DE 22/12/99 - PONTO 37 - CP 02.01.05.15.:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

----- “Um - Introdução:-----

----- Foi o escultor Francisco Simões convidado à representação escultórica dos poetas do Século Vinte a figurarem no Parque dos Poetas - primeira fase.-----

----- Em vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove foi aprovada em reunião de Câmara, através da proposta de deliberação número dois mil quinhentos e oitenta, de noventa e nove, a adjudicação a este escultor da execução da obra de arte representativa do poeta David Mourão-Ferreira, pelo valor de dez milhões de escudos, o equivalente a quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos, acrescidos de IVA. -----

----- Em nove de Maio de dois mil e três, foi apresentada pelo escultor a proposta para a execução desta obra que consiste na representação da cabeça do poeta esculpida em mármore designado “Pinta Azul do Brasil”, com as dimensões de dois vírgula trinta metros, por um vírgula setenta e cinco metros, por um vírgula setenta e três metros, sobre a qual serão colocadas três esculturas em bronze, com zero vírgula noventa e cinco metros de altura, evocativas dos diversos femininos da obra poética de David Mourão-Ferreira. -----

----- O orçamento desta proposta é de oitenta e sete mil setecentos e seis euros, acrescidos de cinco por cento de IVA.-----

----- A diferença do valor do orçamento agora apresentado e o valor aprovado em mil novecentos e noventa e nove, é de trinta e sete mil oitocentos e vinte seis euros e vinte e um cêntimos. -----

----- Dois - Proposta: -----

----- Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

----- a) Aprovar o pagamento do valor diferencial de trinta e sete mil oitocentos e vinte e



seis euros e vinte e um cêntimos, a que acresce IVA, face à proposta apresentada pelo escultor. --

-----b) Dispensa de procedimento ao abrigo da alínea d) do número um do artigo octogésimo sexto do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.” --

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

68 - PROPOSTA N°. 1694/03 - PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO LIVRO “POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA NO QUADRO DE INVESTIGAÇÃO, RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO PORTUGUÊS”: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Tendo sido editada a publicação em epígrafe e sendo possível desde já a sua comercialização, propõe-se ao Executivo Camarário que o preço de venda ao público seja de quatro euros, com IVA incluído.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

69 - PROPOSTA N°. 1695/03 - MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E O CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA AMADORA REFERENTE À REALIZAÇÃO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MULTIMÉDIA: -----

-----I - A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Junto se envia para apreciação e aprovação do Executivo Camarário a minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Centro de Formação Profissional da Amadora relativo à realização de um Curso de Formação Profissional de Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia.” -----

-----“Protocolo de Colaboração -----

-----Formação Profissional de Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia -----

-----Preâmbulo-----

A Câmara Municipal de Oeiras, pretende levar a cabo um curso de formação profissional na área dos audiovisuais e produção dos média, em especial no itinerário de tecnologias de informação e comunicação multimédia, sustentada nas necessidades detectadas pela UNIVA no seio dos jovens inscritos na mesma.

Esta medida insere-se num conjunto de acções mais vastas que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do emprego e da formação profissional. Os objectivos gerais destas acções têm sido: o apoio directo a pessoas em situação de desemprego e que procuram emprego e/ou formação profissional (UNIVA e Clube de Emprego), a investigação destas temáticas a nível local (Observatório Local de Emprego), a realização de eventos (Feira de Emprego, Conferência Local de Emprego) e o desenvolvimento e apoio a acções de formação que respondam às necessidades apresentadas pelos municípios.

Nestes termos, a Câmara Municipal de Oeiras, representada pela sua Presidente, Senhora Doutora Teresa Zambujo e o Centro de Formação Profissional da Amadora, representado pela respectiva Directora, Senhora Doutora Ana Paula Filipe, acordam livremente e de boa fé no estabelecimento do presente protocolo nos termos das cláusulas seguintes:

----- ----- Cláusula Primeira ----- -----

----- ----- (Objecto) ----- -----

O presente Protocolo visa estabelecer uma parceria entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Centro de Formação Profissional da Amadora para qualificar e certificar profissionalmente um grupo de formandos no itinerário de formação Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia (nível três EU).

----- ----- Cláusula Segunda ----- -----

----- ----- (Obrigações das Partes) ----- -----

Um - Ao Centro de Formação Profissional da Amadora compete:

- Garantir a organização de todo o processo de formação teórico-prática previsto no itinerário



de qualificação de “Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia”, com a duração de mil seiscentas e cinco horas, organizado em quatro unidades capitalizáveis - Aplicações Informáticas no Escritório, Tratamento de Imagem e Som, Programação e Multimédia, Concepção e Desenvolvimento de Produtos Multimédia, complementadas com uma formação prática em contexto de trabalho, com a duração de trezentas e sessenta horas;

- b) Suportar todos os custos inerentes ao desenvolvimento desta acção, designadamente custos com formandos, formadores e com todos os materiais de apoio à formação;
- c) Proceder à selecção dos candidatos pré-seleccionados pela Câmara Municipal de Oeiras, nomeadamente no que diz respeito à orientação vocacional e avaliação médica.

Dois - A Câmara Municipal de Oeiras compromete-se a:

- a) Ceder, a título gratuito, as instalações e equipamento informático para realização deste curso de Formação Profissional;
- b) Garantir a pré-selecção dos formandos que reúnam as condições adequadas, nos termos descritos na cláusula primeira, sendo que oitenta por cento do grupo de formandos (dezento) deverão ser identificados pela Câmara Municipal de Oeiras e os restantes vinte por cento poderão ser formandos seleccionados pelo Centro de Formação Profissional.

----- Cláusula Terceira -----

----- (Coordenação entre as Partes) -----

Um - O Centro de Formação Profissional da Amadora é a entidade responsável pela coordenação e gestão de todo o processo formativo.

Dois - Pela sua parte, a Câmara Municipal de Oeiras assegurará, em parceria com o Centro de Formação Profissional da Amadora, o acompanhamento do desenvolvimento do processo formativo, designadamente no apoio logístico: cedência de instalações, acompanhamento técnico da acção e disponibilização de fotocópias.

Três - Para garantir a boa coordenação entre as partes, durante todo o desenrolar do processo

formativo, deve haver lugar a reuniões de avaliação entre os acordantes do presente protocolo ou dos seus legítimos representantes.

-----Cláusula Quarta-----

-----(Regulamentos)-----

Um - O funcionamento do Curso de Formação Profissional rege-se pelos normativos internos do Centro de Formação Profissional da Amadora.

Dois - Deve ser respeitado o normativo interno do local a indicar para ministrar a formação.

-----Cláusula Quinta-----

-----(Vigência)-----

Um - O presente Protocolo produz efeitos a partir de Dezembro de dois mil e três, e manter-se-á em vigor até Abril de dois mil e cinco.

Dois - O presente protocolo pode ser renovável se a situação o justificar e de acordo com os resultados da avaliação a que se refere o número três da cláusula terceira.

-----Cláusula Sexta-----

-----(Denúncia)-----

Este Protocolo poderá ser denunciado antecipadamente, por incumprimento dos deveres contratuais assumidos pelas partes, mediante pré-aviso com uma antecedência mínima de sessenta dias, a realizar por carta registada com aviso de recepção.

-----Cláusula Sétima-----

-----(Foro competente)-----

Qualquer questão ou litígio emergente da interpretação, aplicação ou violação do presente Protocolo será competente o foro da Comarca de Oeiras.

Oeiras, ... de Dezembro de dois mil e três;

A Câmara Municipal de Oeiras, Doutora Teresa Zambujo;

O Centro de Formação Profissional da Amadora, Doutora Ana Paula Filipe.”



-----II - Continuando, a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse que gostaria de assinalar o início deste Curso de Formação Profissional de Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia, desde logo porque é mais uma parceria que a Câmara tem com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e, neste particular, com o Centro de Formação Profissional da Amadora. -----

-----Trata-se de um curso de nível três no âmbito da União Europeia, o qual, pessoalmente, reputa de grande qualidade e vai em direcção ao objectivo, que já aqui tem defendido, em relação às políticas de emprego, formação profissional e de qualificação das pessoas, em que a Câmara tem procurado diversificar a oferta, sendo que esta particularmente se destina a um público muito específico que são os jovens à procura do primeiro emprego.-----

-----Também já aqui referiu a preocupação desta Câmara em relação aos jovens, aos menos jovens, àqueles que estão à procura do primeiro emprego, àqueles que estão já desempregados há muito tempo e que são vulgarmente conhecidos por desempregados de longa duração e, por outro lado, como certamente todos tiveram ocasião de se aperceber, existem acções programadas e vocacionadas para pessoas portadoras de deficiência, para públicos muito específicos também pouco qualificados, quer profissionalmente, quer academicamente, mas, neste caso específico, é dirigido a pessoas com habilitações académicas já muito razoáveis, ou seja, com o décimo segundo ano, mas que necessitam de uma formação profissional para entrarem no mercado de trabalho e este curso permite-lhes isso, e vai ao encontro daquilo que o Senhor Vice-Presidente há pouco dizia a propósito da Carta de Condução Informática, porque tem componentes de formação, quer sócio-cultural, quer científico-tecnológica, quer de formação no contexto do trabalho, o que é muito importante para dar sequência a estes jovens que recebem esta formação. -----

-----O seu início terá lugar já no próximo dia quinze de Dezembro e requer equipamento muito específico tanto a nível de software, como a nível de hardware, de modo que a Câmara

teve que encetar também uma parceria com a AERLIS, que não pode deixar de salientar uma vez que demonstraram uma grande abertura relativamente e este pedido, porque tem salas com os equipamentos adequados a este tipo de formação.-----

----- Trata-se de um curso de formação que tem quatro módulos de formação, designadamente: Aplicações Informáticas no Escritório; Tratamento de Imagem e Som; Programação e Multimédia e Concepção e Desenvolvimento de Produtos de Multimédia. Portanto, como se pode verificar não se trata de mais um desses cursos de informática que por aí proliferam mas que depois não capacitam os jovens com este tipo de habilitação académica a aspirarem a um emprego qualificado e a um emprego, inclusivamente a nível de qualquer País da União Europeia ou de qualquer outro País, ao contrário deste curso que deixa os formandos devidamente qualificados para esse efeito, até porque o parceiro da Câmara neste curso oferece todas as garantias para que se possa acreditar que tal é possível, visto que irá ser um curso de muita qualidade e virado para o futuro. -----

----- Intervio de seguida o **Senhor Vereador Emanuel Martins** dizendo que esta é uma daquelas propostas que, apresentada no final da reunião, passaria a correr mas como propõe um objectivo nobre teria concerteza o seu voto favorável; no entanto, fica satisfeito por a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto ter feito esta exposição porque esta é, para si, uma área sobre a qual é particularmente interessado dado ter um gosto pessoal e particular na área que abrange este curso e, se pediu a palavra é porque considera que há aqui um aspecto que deve realçar que é o facto do Município de Oeiras, neste domínio, estar a fazer aquilo que na maioria dos casos toda a gente diz que é necessário fazer para o País, que é, de facto, readequar as pessoas às necessidades daquilo que são os serviços que hoje existem e das soluções que as pessoas procuram.-----

----- Não é, portanto, caso virgem, ou seja, não acontece uma única vez mas sim quase diariamente e em todas as empresas, e di-lo com conhecimento de causa, haver pessoas que



sabem de informática mas quando toca à questão de saberem trabalhar em informática mas numa lógica diferente, isto é, na lógica que tem que ver com o tratamento da imagem e do som, ou seja, em multimédia, na maioria dos casos sabem fazer apenas aquilo que a Microsoft ensina. -----

-----Na verdade, acha que enveredar por este tipo de curso, e chama a atenção para o facto de ser um curso de mil seiscentas e cinco horas e ter este tipo de opção é, realmente, apostar com força no futuro e é apostar em situações de ponta, tal como a Câmara noutras áreas também aposta e, por conseguinte, considera que isso merece todo o realce. -----

-----Por outro lado, também é importante dizer aqui que este tipo de consciência em relação à necessidade resulta não só do sentido empreendedor da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto e dos técnicos que a coadjuvam, mas também quer do Observatório Local de Emprego, quer de um conjunto de eventos, relativamente aos quais, se calhar, se passa um pouco ao lado e não se dá conta deles, como é a Feira do Emprego, a Conferência Local de Emprego, etc., que, de facto, hoje, permitem à Câmara estar a enveredar por novas formas, por novas tecnologias e por garantir este tipo de cursos. Ademais, hoje, porque se encontra um pouco ligado e a discutir com pessoas que tratam destas coisas a este nível começa a perceber melhor o seu alcance, pelo que, embora seja um bocado suspeito por se tratar de uma Vereadora eleita pelo mesmo partido que o seu, gostaria de dar, de facto, os parabéns à Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto porque a proposta que ela apresenta é, realmente, aquilo que pessoalmente acha que é o que o País inteiro precisa de fazer, que é reformular os novos métodos de ensino, as novas concepções daquilo que tem que se ensinar, porque vale a pena ensinar para as pessoas aprenderem aquilo que têm que fazer, para que não continue a situação vigente. -----

-----Por último gostaria de chamar a atenção para um aspecto que não lhe parece estar claro no Protocolo ou que, pelo menos, não o esclarece a esse respeito, que é justamente o facto de caber à Câmara suportar os custos inerentes ao desenvolvimento desta acção, os custos com os formandos e com os formadores, e não haver uma estimativa de custos como suporte para

uma melhor compreensão, pois, deve dizer que um curso deste nível e desta dimensão, merece concerteza os maiores encómios e merece também a maior participação económica para que se realize. No entanto, acha que teria sido útil saberem exactamente os custos deste curso, com formandos, com formadores e com os meios logísticos de apoio à formação e que essa estimativa viesse realmente como suporte de informação.

----- Respondendo a esta intervenção a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse assumir que, realmente, não juntou à proposta a estimativa de custos, mas, de futuro, tentará que essa informação venha apensa ao Protocolo, o que não aconteceu neste caso dada a escassez de tempo, uma vez que o curso se irá iniciar já no próximo dia quinze e urgia que o protocolo fosse hoje aprovado.

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

70 - PROPOSTA N°. 1696/03 - REAJUSTAMENTO TIPOLÓGICO DO AGREGADO FAMILIAR DE MÓNICA PEREIRA CURTO PARA O FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO SOARES, 2, 3 DT°., B°. QUINTA DA POLITEIRA, EM LECEIA:

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta:
----- “Na sequência da informação número dois mil e cinquenta e seis, de dois mil e três, do Departamento de Habitação, propõe-se:

----- - A atribuição do fogo sito na Rua António Soares, dois, terceiro direito, do Bairro Quinta da Politeira, em Leceia, ao agregado familiar de Mónica Pereira Curto, com a aplicação de renda no valor de três euros e cinquenta e seis céntimos.”

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

71 - PROPOSTA N°. 1697/03 - PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DA BROCHURA “PARQUE DOS POETAS” (1ª FASE):

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:



-----“Tendo sido recentemente editada a publicação em epígrafe, propõe-se ao Executivo Camarário a sua venda ao público pelo valor de dois euros e cinquenta cêntimos, com IVA já incluído.” - -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

72 - PROPOSTA Nº. 1698/03 - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2004: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

-----“Nos termos do preceituado nos números um e dois do artigo sexagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro, com redacção alterada pela Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho que a Câmara delibere:-----

-----Um - Que as reuniões ordinárias sejam realizadas quinzenalmente, à Quarta-Feira, com inicio às dezassete horas; -----

-----Dois - Nos meses de cinco semanas: Março, Junho e Setembro realizar-se-ão três reuniões; -----

-----Três - Que a última reunião de cada mês é pública, de acordo com o preceituado no número dois do artigo octogésimo quarto do supra citado diploma; -----

-----Quatro - aprovar a calendarização, relativa às reuniões a efectuar no ano de dois mil e quatro, que a seguir se transcreve;-----

-----Cinco - A marcação de reuniões extraordinárias, será efectuada de acordo com o estipulado no artigo sexagésimo terceiro do diploma em análise.” -----

-----“Calendarização das reuniões de Câmara para o ano de dois mil e quatro-----

-----Mês / Dia -----

-----Janeiro / catorze - vinte e oito;-----

----- Fevereiro / onze - vinte e cinco; -----
----- Março / dez - vinte e quatro - trinta e um; -----
----- Abril / catorze - vinte e oito; -----
----- Maio / doze - vinte e seis; -----
----- Junho / nove - vinte e três - trinta; -----
----- Julho / catorze - vinte e oito; -----
----- Setembro / oito - vinte e dois - vinte e nove; -----
----- Outubro / treze - vinte e sete; -----
----- Novembro / dez - vinte e quatro; -----
----- Dezembro / sete - vinte e dois.” -----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

73 - PROPOSTA Nº. 1699/03 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE ESPAÇO NÃO HABITACIONAL A CELEBRAR COM A OPTIMUS, S.A., PARA INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE DA ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES: -----

----- Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

74 - PROPOSTA Nº. 1700/03 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS CORPOERAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS COM POSTO MÉDICO - CP 04.01.13.03.:-----

----- I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta:-
----- “Um - Introdução-----

----- É conhecido o trabalho meritório desenvolvido por todas as Corporações de Bombeiros do Concelho na área da Protecção Civil, abastecimento de viaturas em serviço de socorro, prestação de assistência aos seus membros entre outras áreas de intervenção. -----

----- Neste contexto tem sido considerado anualmente pela Autarquia o apoio às Corporações que para além deste trabalho disponibilizam à comunidade serviços médicos



especializados.

Estes serviços que incluem consultas de clínica geral, especialidades e apoio de enfermagem são efectuados a custos reduzidos.

Assim, procedeu-se à análise dos planos e relatórios de actividades enviados, foram efectuadas visitas e recolhida informação estatística sobre o seu funcionamento.

Dois - Proposta

Face ao que antecede, propõe-se:

Dois.um - A atribuição dos seguintes subsídios:

Corporação - Valor de subsídio;

Bombeiros Voluntários de Carnaxide - mil e quinhentos euros;

Bombeiros Voluntários de Oeiras - mil e quinhentos euros;

Bombeiros Voluntários de Algés - mil novecentos e seis euros;

Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos - mil setecentos e cinquenta euros;

Total - seis mil seiscentos e cinquenta e seis euros.

Dois.dois - Cabimento contabilístico no valor de seis mil seiscentos e cinquenta e seis euros.

Dois.três - Comunicação às Associações supracitadas.

Dois.quatro - Pagamento sequente.”

II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

75 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

Às vinte e uma horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão Administrativa.

O Vice-Presidente,

A Chefe da Divisão Administrativa,